



Documento 1/53

008.1.52.O Sessão Ordinária - CD 27/02/2003-15:54

Publ.: DCD - 28/02/2003 - 4672 PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproxima-se o Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março em memória das 129 mulheres incendiadas por ocasião da greve das tecelãs de algodão em Nova York, em 1857, quando lutavam pela jornada de 10 horas de trabalho.

De lá para cá, muita coisa mudou. As mulheres conquistaram expressivos avanços na luta pela igualdade de gêneros e pela ampliação de sua participação na vida social, econômica e política em várias regiões do globo.

No Brasil da atualidade, uma das mudanças mais expressivas, em torno da temática do acesso das mulheres ao poder e aos processos de decisão, foi a iniciativa de se estabelecerem cotas para candidatura de mulheres a cargos eletivos, iniciativa essa acatada pelos partidos políticos com a aprovação de lei que prevê a obrigatoriedade de pelo menos 30% das vagas nas chapas partidárias para disputa de cargos públicos serem preenchidas por candidatas mulheres.



O resultado dessa iniciativa vem sendo a crescente ampliação de mulheres na arena do poder. Hoje somos 54 Parlamentares no Congresso Nacional; éramos 37, na antiga Legislatura. Estamos nos Ministérios, em Secretarias, em Governos estaduais e em Câmaras Municipais pelo Brasil afora.

Reconhecemos esses avanços conquistados pelas mulheres na luta deflagrada pelas tecelãs assassinadas em Nova York. Entretanto, existe ainda um longo caminho a percorrer. Constrangimentos, espancamentos, estupros, tráfico de mulheres e assassinatos, diversas são as formas de manifestação da discriminação ainda presentes na sociedade. Somente para termos uma idéia, uma pesquisa demonstra que na América Latina e no Caribe 25% a 50% das mulheres são vítimas de violência doméstica, 33% das mulheres sofrem abuso sexual entre os 16 e 49 anos e pelo menos 45% delas são vítimas de ameaças, insultos e destruição de bens pessoais. Em algum momento de suas vidas, metade das latino-americanas é vítima de alguma violência. Fonte: UNIFEM, 1999.

Aqui mesmo, nesta Casa, sofremos uma violência, Sr. Presidente, não digo física ou moral, porém política: fomos excluídas da ocupação ou mesmo da disputa para cargos da Mesa Diretora, o que demonstra a postura sexista e discriminatória de parte dos membros da Câmara dos Deputados.

Esperamos não permanecer por muito tempo dando tão ruim exemplo às mulheres brasileiras e criar critérios claros para a participação feminina nos cargos de direção da Casa. Informo que em meu mandato estarei estudando mecanismos regimentais concretos para o equacionamento político desse problema já para a eleição da próxima Mesa.

Sr. Presidente, no meu Estado também não é diferente. Lá a História relata os mesmos problemas que outras companheiras enfrentam no mundo inteiro. Todavia, temos belas páginas, escritas por bravas mulheres, durante a formação histórica acreana. Honra-nos ter sido o Acre a enviar a primeira mulher ao Congresso Nacional, a Sra. Laélia Alcântara, a primeira Senadora negra do Brasil. Tivemos também a primeira Governadora no Brasil, a Dra. Iolanda Lima, e é também acreana a primeira Presidenta de um Tribunal de Justiça, a Dra. Eva



Evangelista. É acreana também uma das mulheres mais importantes do planeta hoje, a nobre Ministra do Meio Ambiente, Senadora da floresta e seringueira, a companheira Marina Silva.

Além desses feitos, o Governo do Acre inaugura, no cenário nacional, inovações no campo das políticas públicas para a mulher, criando a Secretaria Especial da Mulher, tendo à frente a companheira Mara Vidal, em acatamento a uma reivindicação histórica do movimento de mulheres do Estado.

Não podemos deixar de ressaltar ainda a importância da correta decisão do Presidente Lula de, com sua sensibilidade, criar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. É notório o grande avanço que inauguramos, nesse sentido, no Governo democrático e popular de Luiz Inácio Lula da Silva.

Por fim, Sr. Presidente, avaliamos que o saldo das lutas das mulheres do mundo é positivo, encorajador e estimulante, e desejamos que esta Casa realize os preparativos necessários para construirmos uma grande comemoração.

Queremos ainda ações legislativas afirmativas, concretas, no campo da mulher, com a aprovação de propostas ousadas e avançadas rumo à igualdade de direitos no Brasil.

Parabéns a todas as mulheres brasileiras! E estendo esta saudação especialmente às companheiras dos meus pares nesta Instituição, que com certeza contribuíram para que eles estejam aqui.

Quero saudar particularmente as acreanas, na pessoa da Ministra e seringueira Senadora Marina Silva.

É o que tenho a dizer.



Documento 2/53

008.1.52.O Sessão Ordinária - CD 27/02/2003-15:28

Publ.: DCD - 28/02/2003 - 4664 MARIA LÚCIA-PMDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher — 8 de março.

A SRA. MARIA LÚCIA (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr.Sras. e Srs. Deputados, a cada 8 de março repetem-se, mundo afora, as comemorações pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Tais celebrações já tiveram os mais diversos enfoques e assumiram inúmeras conformações. Das mais pitorescas, podemos citar o questionamento de não haver celebração equivalente em relação ao homem. Ora, a crítica não resiste à reflexão de que a data representa uma conquista das mulheres, não uma benevolência prodigamente oferecida.

A história traz inúmeros exemplos de rainhas sagazes, guerreiras ousadas, religiosas fervorosas, atletas premiadas, poetisas elogiadas. De fato, em todas as áreas de conhecimento há destaques, embora tal reconhecimento, na maioria das vezes, tenha chegado tardiamente ou, pior, nunca se tenha efetivado.

A mulher vem conquistando seu espaço em um mundo que, de modo flagrante, privilegia as vontades e os interesses do homem. De "sexo mutilado" — segundo Aristóteles — ao perfil de destaque atual, a mulher derrubou inúmeros mitos e



preconceitos acerca de sua incapacidade, provando que o sexo feminino é mais forte do que se imaginava.

Hoje, a mulher governa nações, vai à guerra, viaja ao espaço, constitui maioria nas universidades, decide eleições, dirige empresas, quebra recordes.

Na verdade, o conceito da suposta fragilidade feminina resulta da ignorância e da falta de sensibilidade para compreender e respeitar o sexo feminino. Forjou-se, assim, alentada coleção de estereótipos a fim de enquadrar, durante séculos, a imagem da mulher como a do gênero que não teve sua evolução concluída, ou, em outras duras palavras, uma versão frágil e mal-acabada da espécie humana.

É preciso reconhecer: as diferenças entre homem e mulher são exatamente isso, diferenças; não se trata de defeito ou demérito. Importa reconhecer a natureza gregária feminina, bem como sua eficiência em manter a ordem e o equilíbrio dentro das mais diversas sociedades.

Os tempos atuais exigem a convivência com a mulher em sua plenitude, física, emocional e profissional. Não por outro motivo o maior grupo de consumidores ocidentais é formado por mulheres que trabalham fora de casa, bem educadas e sozinhas. Nos Estados Unidos, o número de lares chefiados por mulheres ultrapassa 1 milhão e 400 mil. Na França, a idade média para o casamento é de 30 anos.

No Brasil, a renda da parcela feminina economicamente ativa vem crescendo e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto, no início dos anos 90, a mulher era responsável por um terço do orçamento familiar, hoje o percentual chega a 56%.

Enfim, mais de 2 bilhões e 800 milhões de mulheres estão a revolucionar o mundo e seus arraigados conceitos, muitos deles inadequados.

Nesta Casa, que, a cada Legislatura, abriga maior contingente de mulheres, firma-se relevante fórum para o reconhecimento do papel da mulher na consolidação da própria sociedade. Nessa luta, não há que se deter em distinções de qualquer natureza, muito menos de sexo; importa reconhecer o esforço redobrado que empreende a mulher para se desincumbir — e bem — de todos os papéis sociais que lhe são reservados.



Documento 3/53

008.1.52.O Sessão Ordinária - CD 27/02/2003-15:56

Publ.: DCD - 28/02/2003 - 4675 ALMERINDA DE CARVALHO-PSB -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PSB-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemora-se no dia 8 de março o Dia Internacional da Mulher, que foi declarado em homenagem a 129 mulheres americanas que morreram queimadas nessa data no ano de 1857, em represália a greve que fizeram no setor têxtil de Nova Iorque, reivindicando redução na jornada de trabalho e melhoria nas condições profissionais.

Ao realizarem uma conferência internacional de mulheres em 1910, na Dinamarca, deliberaram que, em homenagem àquelas mulheres, o dia 8 de março passaria a ser comemorado como o Dia Internacional da Mulher, quando se passou a chamar a atenção para o papel da dignidade da mulher, visando conscientizar as pessoas para seu papel na sociedade, para que fossem revistos preconceitos e limitações a elas impostos.

De lá para cá, muitas lutas se travaram e muitas conquistas foram alcançadas. Porém, muito há ainda para se conquistar. Conseqüentemente, a luta continua.



Em nosso País, a evolução histórica da luta da mulher não tem sido diferente. Se assim era nos países mais desenvolvidos, o que se dizer da nossa realidade, onde a mulher era equiparada aos incapazes?

Para se ter uma idéia, somente em 1932, com o advento do Código Eleitoral Provisório (Decreto nº 21.076), a mulher passou a exercer o direito do voto.

Se, por um lado, os direitos e igualdades da mulher caminham em passos lentos, seus afazeres, com a dupla jornada e com a responsabilidade na manutenção da família, caminham a passos largos. Dados estatísticos são alarmantes. A mulher em muitos casos é a única responsável em levar para casa os recursos para a manutenção da família, e mesmo assim continua a concorrer com salários inferiores aos dos homens, mesmo em atividades idênticas.

Segundo o IBGE, a mulher brasileira representa hoje mais de 50% da população, pelos dados apurados no ano 2000.

O mesmo censo indica que as mulheres são responsáveis por mais de 25% dos domicílios brasileiros e representam 41,39% da População Economicamente Ativa do País, além da outra jornada desenvolvida como dona de casa.

Releva destacar, ainda, a atuação da mulher na política nacional, que também vem a cada mandato registrando crescimento considerável, como resposta imediata às quotas estabelecidas para as candidaturas. Mesmo não tendo sido atingido o percentual de 30% de candidatas, houve um crescimento de 45% relativamente à eleição passada. A Câmara dos Deputados passou a contar com 42 Deputadas, e o Senado, com dez Senadoras, correspondendo a 8,4% da Câmara e mais de 10% do Senado, respectivamente.

Sabemos que as conquistas da mulher decorrem de muita luta contra os preconceitos e os atentados à sua dignidade, que não devem ser óbice para que a cada dia lutemos mais e mais pelos nossos direitos, aceitando todos os desafios que a vida nos impõe, pois somente assim alcançaremos nossos objetivos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero de forma fraterna e respeitosa cumprimentar todas as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher, com a sensação de que muito já se conseguiu, porém, muito ainda há de se conquistar. Parabéns!



Documento 4/53

009.1.52.O Sessão Ordinária - CD 28/02/2003-13:06

Publ.: DCD - 01/03/2003 - 4862 LUCI CHOINACKI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Encaminhamento à Presidência da Casa de requerimento de criação de Comissão Externa para estudo da pobreza e miséria incidente na população feminina do País. Apresentação de projeto de lei sobre concessão de aposentadoria à dona de casa.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, estamos nos aproximando do Dia Internacional da Mulher, quando a questão das mulheres no mundo inteiro é discutida. Neste ano, o 8 de março vai marcar a nossa luta contra a guerra, a fome e o sofrimento de milhões de pessoas, em especial das mulheres.

A partir da discussão que historicamente fazemos sobre questões como preconceito, pobreza e falta de direitos sociais, estamos apresentando à Casa pedido de instalação de uma Comissão Externa, a fim de fazermos o levantamento da condição feminina na pobreza em nosso País. Temos muitos dados a respeito, mas nos faltam indicadores sobre as mulheres. Há mulheres sem endereço, sem cidadania, cujo trabalho não é valorizado porque estão na informalidade.



Hoje, 32% dos domicílios no Brasil são providos pelas mulheres; em 27% deles moram crianças e adolescentes de até 18 anos, dos quais em torno de 60% não recebem pensão dos pais, que são pobres ou abandonaram a família, migraram. Como dizemos, os homens passam na vida das mulheres, os filhos ficam.

O programa do Presidente Lula de combate à fome visa resgatar a cidadania. Esse projeto é nobre, e queremos contribuir com o Governo por meio dessa Comissão Externa, na qual pretendemos fazer um trabalho social, conversar com esses milhares de mulheres que nunca foram ouvidas, quebrar o seu silêncio.

Com a luta feminina conquistamos muitos direitos, como o de votar e de sermos votadas, direitos importantes no Brasil e no mundo. Essa conquista, porém, deu-se apenas para um Brasil. A maior parte das mulheres que integram a parcela mais pobre da população não conquistou nada, sequer o direito de comer uma vez por dia. Para nós é importante que faça parte da política pública no novo Governo o resgate da cidadania dessas mulheres, que elas tenham direito a renda, a uma casa para morar, a políticas de microcrédito.

É com o fim de promover o debate sobre o assunto com a participação de toda a sociedade que encaminhamos esse pedido, que, na verdade, é um clamor das mulheres brasileiras.

Trago em mão projeto de aposentadoria para as donas de casa, projeto pelo qual venho trabalhando há muito tempo e que desarquivei para que voltasse à discussão nesta Casa e em todos os segmentos sociais. Dele constam importantes declarações de mulheres que, embora trabalhem diariamente e sem horários, não têm renda a receber no final do mês e, por isso, não têm direito à previdência social e nem mesmo à cidadania, pois é como se não existissem.

Queremos tornar visível o trabalho das donas de casa e conseguir desta Casa e do Governo políticas definidas e específicas para fazer dessas mulheres cidadãos participantes. Queremos que a geração e a criação dos filhos sejam atividades reconhecidas, bem como todos os trabalhos femininos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



Documento 5/53

009.1.52.O Sessão Ordinária - CD 28/02/2003-13:12

Publ.: DCD - 01/03/2003 - 4863 DR. RIBAMAR ALVES-PSB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. DR. RIBAMAR ALVES (PSB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito a presença da Deputada Luci Choinacki para congratular-me com as mulheres pelo Dia da Mulher, pois não haverá sessão nessa data.

O que seria de nós sem elas, criaturas belas e maravilhosas que enobrecem, engrandecem e embelezam o mundo?

Parabéns a todas as mulheres!



Documento 6/53

010.1.52.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2003-15:34

Publ.: DCD - 07/03/2003 - 4974 PROFESSOR LUIZINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Contestação às críticas ao Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Impossibilidade de solução imediata da crise socioeconômica brasileira. Empenho do Governo Federal na promoção de mudanças estruturais, políticas e sociais. Repúdio à iminente ação militar norte-americana contra o Iraque. Clamor pela paz mundial.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia iniciar meu pronunciamento, da tribuna da Câmara dos Deputados, a Casa maior de nosso País que tanto nos honra, no primeiro dia do mês de março em que há atividade legislativa, sem homenagear as mulheres — já não é apenas o Dia Internacional das Mulheres que se comemora — , cuja luta no mundo e, em particular, em nosso País, é lembrada em inúmeras atividades.

As mulheres vêm lutando há muito tempo pela igualdade de gênero, pelo respeito à soberania, pela garantia da cidadania, pela igualdade de direitos. Em vários países já obtiveram conquistas diversas, mas em muitos outros a violência, a submissão, o degedo ainda estão presentes na forma como as mulheres são tratadas, o que, infelizmente, em muitos casos, é um traço cultural.



Isso não pode servir para justificar os preconceitos, o machismo e o descaso das políticas públicas no que diz respeito às relações sociais que ainda não são igualitárias em nosso País. Basta citar o salário e o mercado. Se levarmos o assunto às últimas conseqüências, veremos que entre as mulheres pobres as negras sofrem muito mais do que as brancas e são aviltadas no exercício de profissões idênticas quanto à condição salarial e à forma de tratamento.

Então, não poderia começar a fala de hoje sem pedir o apoio de todos na luta por uma sociedade igualitária, democrática e que respeite a condição humana, independentemente de gênero, como norteador cultural e político da sociedade brasileira.

Tendo abordado inicialmente este ponto, gostaria de dialogar um pouco com todos que estão nos assistindo neste momento pela TV Câmara e também com toda a imprensa — esta dialoga com o País — , sobre os poucos dias do Governo Lula, comparando-os aos 2.920 dias do Governo anterior.

De forma afoita, aligeirada e irresponsável, alguns setores cobram decisões e determinações que outrora não cobraram para resolver a profunda crise que a sociedade brasileira enfrenta. Vivemos situação de insegurança em âmbito mundial, vivemos o aprofundamento da crise interna e a dilapidação do patrimônio construído por gerações e gerações com suor e sangue. Há um processo de submissão e de jugo às políticas que não tinham como ponto central o desenvolvimento, a nossa soberania, as nossas forças produtivas, a nossa cultura, as nossas especificidades, a nossa possibilidade de cumprir um papel no mundo, em particular na nossa gloriosa América Latina, quiçá nas Américas.

A herança que o Governo anterior nos deixou, ou seja, uma dívida interna que passou de 60 bilhões para mais de 800 bilhões de reais, deixa-nos vulneráveis. Entregaram-nos o País com a relação de câmbio da moeda nacional totalmente fragilizada e destruída, não havendo mais o pressuposto do grande baluarte: a chamada estabilidade inflacionária. Com essa condição econômica, queriam que em cerca de 62 dias mudássemos todos os rumos, fizéssemos todas as alterações necessárias. Há articulistas que conosco dialogam e dizem que não damos um sinal de mudança, que estamos subjugados à mesma lógica e aos



mesmos preceitos da política anterior. Crivam-nos de forma contundente com críticas, como os Bornhausen, os Aleluia, aqueles que foram o cerne da manutenção da política anterior.

Se fôssemos iguais a eles, não teríamos criado três novas bolsas de estudo no CNPq para estimular a inteligência nacional e começar a preparar nosso País para, no futuro, desenvolver a ciência e a tecnologia. Não teríamos feito uma política inicial de reforma agrária de forma pacífica, sem irresponsabilidades, a exemplo do que fazem alguns que, em cerca de 62 dias, cobram o que não conseguiram fazer em décadas ou no século passado.

Sabemos fazer parte da luta política, cujos gestos às vezes beiram a provocação, a irresponsabilidade e a quebra da regra democrática do poder e do legítimo direito de expressão.

Por outro lado, há aqueles que criticam o Ministro Antonio Palocci, que, de forma correta, determinada e adequada, sob o comando do Presidente Lula, vem pondo em prática a política econômica do Governo. Ora, não há um Ministro que conduza sua ação isoladamente neste Governo, porque se trata de uma equipe, de um time que joga sob a orientação de alguém que, com grandeza e determinação, sabe dialogar.

Alguém, por exemplo, viu vestígios da visita do FMI ao Brasil, querendo impor regras ou determinar posições? E aqui esteve a representação do Fundo, que, antes, vinha ao País apenas ditar ordens, dar orientações e determinações políticas. Neste Governo, a relação já começou a mudar. O FMI veio dialogar sobre a política e sua condução. O Ministro Antonio Palocci teve de tomar medidas duras, porque o Governo Lula delas necessitou, lamentando muito, mas sabendo que eram necessárias para ultrapassarmos este primeiro momento da crise profunda em que o País se encontra, tendo uma guerra batendo à porta, promovida por um irresponsável que se acha xerife e dono do mundo.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Devanir Ribeiro.

O Sr. Devanir Ribeiro Deputado Professor Luizinho, é uma honra apartear-lo, ao mesmo tempo em que o parabenizo pelo seu discurso desta tarde. Hoje, nos jornais, li os comentários de alguns companheiros que se dizem da base do



Governo: que o Presidente Lula tem de apresentar o Plano B; qual seria o Plano B se não existe o Plano A? Que o Plano A já foi detonado, haja vista que demonstramos priorizar o lado social. No Brasil, tem-se o hábito de governar com base no Ministério da Fazenda. E nós queremos mudar essa ótica. Não é por intermédio do Ministério da Fazenda que se governa o País. A prioridade agora recai sobre as questões sociais. Mudamos e queremos dialogar segundo essa visão. Isso ficou evidenciado quando se criou o Fórum Social, quando começamos a dialogar sobre a reforma trabalhista, como vamos ter de dialogar duramente em relação às reformas da Previdência e tributária. Alguns articulistas, habitualmente apressados, que dialogam somente sobre um viés, perderam o rumo, não entenderam o que está sendo feito. Temos a clara visão de que o Governo do companheiro Lula — se S.Exa. me permite chamá-lo assim — veio para mudar, mas com segurança. Não se trata de mudar abruptamente e de ser irresponsável mais adiante. Preferimos sofrer críticas agora a ouvi-las depois. Não se julga um Governo por 30, 60 ou 90 dias de atuação. O companheiro Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para governar por quatro anos. Um governo é julgado pelos quatro anos e não pelos primeiros dois meses. Há um velho ditado que diz: "Quem tem pressa come cru e quem vai com muita sede ao pote acaba sem água porque o pote pode quebrar". Há várias pessoas com muita pressa. Algumas têm boas intenções, outras têm más intenções. É na pressa que se cometem erros. Querem nos colocar entre a cruz e a espada, para que decidamos com rapidez. As coisas não são bem assim. Tem de haver discussão. Demoramos 22 anos para chegar ao Governo, e não vai ser em 22 dias que jogaremos a criança fora da bacia. É preciso calma, seriedade, responsabilidade com o País e com povo. Tenho certeza de que vamos mostrar o caminho correto, e o tempo falará por nós. Parabenizo mais uma vez V.Exa., porque tenho esperança. Vamos transformar de fato a realidade brasileira. Muitos querem apenas mudança aparente. Obrigado, nobre Deputado.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO Obrigado, Deputado Devanir Ribeiro. Realmente existem os Bornhausen da vida e seus aliados de momento para criticar. Sabemos



que nossos objetivos talvez não sejam os mesmos, mas as conclusões, as ações e as reações levam ao mesmo desaguadouro.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Dr. Hélio e, logo em seguida, o Deputado Paulo Rocha.

O Sr. Dr. Hélio Deputado Professor Luizinho, é uma honra apartear V.Exa., que demonstrou na Legislatura passada ser um homem combativo e, na condição de Líder do PT, tem defendido uma série de boas causas. Tecer críticas ao ex-Deputado Antonio Palocci é não reconhecer seu passado profissional. S.Exa. foi um dos maiores Q.I. da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e da Universidade de São Paulo. O Palocci político, que esteve conosco na 50ª Legislatura, demonstrou ser extremamente habilidoso, inteligente e capaz de dialogar. Essa atividade-meio de Ministério da Fazenda não pode ser medida por alfabeto. Não vamos usar como critério o alfabeto daqueles que nos colocaram na linha da dificuldade econômica e financeira que o País enfrenta. Temos de lutar por justiça social, com o Programa Fome Zero, reconhecido internacionalmente; temos de buscar maior entendimento e mais participação. Devemos confiar nas palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos sindicalistas; S.Exa. disse que vai perseguir um valor de salário mínimo que devolva à classe trabalhadora o poder de compra, que dobre seu poder de compra. Nobre Deputado Professor Luizinho, não podemos ficar de cócoras esperando que se coloque a mão no bolso do consumidor brasileiro, com o aumento das tarifas de energia elétrica, de telefones fixos, ou seja, tudo aquilo que mexe com o dia-a-dia do povo. Então, somente o sentido ético de respeito ao povo e a certeza de que este Governo veio para mudar deram ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva mais de 52 milhões de votos. Mas S.Exa. quer mudar ao lado do povo, sem alfabetos, sem planos a, b ou c. Confiamos naqueles que demonstram, pelos seus antecedentes profissionais, pessoais e políticos, capacidade para colocar a nau no bom caminho, com a ajuda de V.Exa., nesta Casa um dos defensores do plano estratégico em busca de um país melhor, de uma nação voltada para as necessidades concretas do povo brasileiro. Parabênizo V.Exa. pelo pronunciamento.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO Obrigado, Deputado Dr. Hélio.



Ouçó, com prazer, o Deputado Paulo Rocha.

O Sr. Paulo Rocha Deputado Professor Luizinho, nobre companheiro de bancada, não é fácil nossa tarefa de Deputados governistas, de Líderes, na defesa do projeto político vitorioso nas eleições e no enfrentamento da crise que herdamos do Governo anterior. As estruturas montadas, a perda da soberania, o sucateamento do nosso patrimônio, o aprofundamento das diferenças regionais, o congelamento dos salários dos trabalhadores e dos servidores públicos, enfim, são muitas as questões que temos a enfrentar, das quais somos defensores ao longo da nossa história, desde a época do movimento sindical, depois na condição de Deputados do PT e agora da base de um Governo que veio para mudar. Não é fácil, principalmente, o enfrentamento da oposição fácil, do oportunismo político e, às vezes, da irresponsabilidade que aparece em poucos dias de Governo. Deputado Professor Luizinho, quero comentar e, de certa forma, responder a um texto publicado por um membro de nossos partidos aliados. A tese vencedora do Partido dos Trabalhadores, depois vencedora nas eleições presidenciais, era a da estratégia clara para o Brasil e para o mundo. Nosso projeto de alianças políticas só poderia ser feito por nosso partido, ou seja, compor aliança política capaz de barrar o projeto neoliberal que tantas conseqüências negativas nos trouxe e que mudou a face estrutural da nossa economia — está aí a grave crise econômica. Nosso projeto de governo tem a clara estratégia de estancar a implementação do projeto neoliberal e, a partir daí, promover o crescimento econômico, distribuir renda, gerar desenvolvimento social, eliminar as desigualdades sociais, acabar com a fome, fazer a reforma agrária. Vamos colocar o País noutra patamar de desenvolvimento econômico, social e humano, para sairmos da subserviência. Nos seus primeiros momentos, o Governo Lula mostrou ao mundo um novo Brasil, com soberania. Lula foi a Davos mostrar ao mundo que pensa diferente, que fala com o capitalismo internacional de outra forma. Esses são meios concretos de resgatar a soberania do País, à medida que enfrentamos os graves problemas estruturais. Temos estratégia, objetivos e projeto de governo para fazer as mudanças em nosso País.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO Agradeço ao Deputado Paulo Rocha.



Ouçõ, com prazer, o nobre Deputado Rubinelli.

O Sr. Rubinelli Deputado Professor Luizinho, parabenizo-o pelo grande trabalho que vem fazendo não só pelo Estado de São Paulo, mas também por todo o Brasil. Aproveito o ensejo para falar um pouco sobre o tema que V.Exa. mencionou, sobre algumas críticas isoladas ao Governo do Presidente Lula. Não tenho dúvidas de que são feitas por pessoas que gostariam que o Brasil continuasse na mão de alguns segmentos, dominado por banqueiros, por grandes grupos econômicos. Elas não defendem o Brasil da cidadania, da geração de emprego, do combate à fome. Elas não defendem o País que o Presidente Lula, que V.Exa., que a maioria dos Deputados — vamos torcer para que sejam todos — desta Casa defendem. Elas torcem, sim, para que as coisas dêem errado, a fim de criticar. É preciso que todos nos empenhemos para que o Brasil dê certo. É neste sentido que o Presidente Lula está trabalhando, começando pelos menos favorecidos, com o projeto de combate à fome. O Programa Fome Zero, com certeza, resolverá o problema de muitos brasileiros. Nosso Presidente está preocupado também com a geração de emprego e com o desenvolvimento econômico, mas quer agir de forma séria, responsável e fazer aos poucos as transformações, para que tudo dê certo. São importantes as observações de V.Exa. Infelizmente, existem pessoas que torcem contra o Governo. Não sabem, porém, que agindo assim estão agindo contra si próprias e contra o crescimento do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO Obrigado, Deputado. É uma honra ser aparteado por V.Exa.

Para encerrar, gostaria de dizer que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Fórum Social Mundial, teve um único discurso: contra a fome e a favor da paz. S.Exa. retratou a fome no mundo e levantou a bandeira da paz, levando os amigos da Venezuela a buscarem saída alternativa para a crise.

Que política exterior teve o Brasil antes desses grandes marcos que mostram a mudança e uma nova página na história de nossa política internacional? O atual Presidente da República levou empresários, trabalhadores, organizações não-governamentais e instituições à discussão dos destinos e do planejamento do



País. Apresentou e tem desenvolvido políticas objetivas e pontuais. Basta citar a segurança pública no Rio de Janeiro. Foi o Governo do Presidente Lula, por meio do Ministro da Justiça, que encontrou saída para o caso de Fernandinho Beira-Mar, que comanda o narcotráfico e desmoraliza o País internacionalmente. Seria conduzido a Brasília. Porém, mais uma vez, um juiz aqui da Capital, que se acha dono da verdade, impediu a vinda do criminoso para cá. Quero parabenizar o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, por ter aceitado a transferência do preso para uma prisão do seu Estado.

O Presidente Lula também ajudou a Governadora carioca ao convocar o Exército para coordenar as ações policiais nas ruas do Rio de Janeiro e vai construir o primeiro presídio federal, a fim de cumprir a legislação segundo a qual crimes de tortura, estupro e delitos internacionais, narcotráfico e tráfico de armas, são considerados crimes contra a União. Portanto, os bandidos que cometem tais crimes deverão ser mantidos em presídios da União.

Estes são alguns momentos que marcam o início de um governo diferente, que tem como marco o Programa Fome Zero.

O Presidente Lula e seus Ministros Ricardo Berzoini e Antonio Palocci estarão na reunião do Diretório Nacional do PT na qualidade de militantes. Não serão convocados por ninguém, por nenhuma "Joaninha", por nenhum "Zezinho". Lá estarão na qualidade de militantes, como sempre estiveram em todas as reuniões, para debater como qualquer militante, em todas as instâncias do partido, de onde serão retiradas as nossas decisões.

Esperamos que os afoitos e as afoitas cumpram as decisões do Diretório, porque é assim que se organiza o partido e é assim que vai ser conduzido o Governo do Presidente Lula: o partido determinando, por meio de ações, e o Presidente comandando a sua equipe, para mudar este País.

A esperança venceu o medo. Vamos até as últimas conseqüências para que a esperança sobreviva na mente e nos corações do povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 7/53

010.1.52.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2003-15:06

Publ.: DCD - 07/03/2003 - 4971 LUCI CHOINACKI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Proposta de criação de Comissão Especial para estudo da pobreza e da miséria incidente na população feminina brasileira. Discriminação socioeconômica contra a mulher no País. Urgente necessidade de implementação de políticas públicas de assistência à classe feminina. Apresentação de projeto de lei sobre concessão do benefício de aposentadoria à dona de casa.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr.Sras. e Srs. Deputados, abordarei hoje assunto que considero de importância estratégica para a consolidação da democracia no Brasil e para o reconhecimento de uma dívida social de centenas de anos para com as mulheres pobres e trabalhadoras do Brasil.

Inicialmente, apresentarei dados de pesquisas que revelam a condição de pobreza das mulheres.

No Brasil, nós mulheres somos 86,27 milhões em uma população de 169,85 milhões de habitantes. Dessas, 71 milhões estão na área urbana e 15,2 milhões, na área rural. Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001, concluiu que 84% das mulheres brasileiras vivem em áreas urbanas; as mulheres



totalizam 53% da população economicamente ativa, mas apenas 17% estão no mercado formal de trabalho.

Segundo as Nações Unidas, 70% dos pobres do mundo são mulheres, que realizam 70% do trabalho mundial, no entanto detêm apenas 10% da renda. Trata-se de uma contradição, da mais crua realidade.

Das mulheres brasileiras maiores de 10 anos, 36,5 milhões não têm ganho financeiro algum; 33,5 milhões têm renda média mensal de 488 reais. Em média, a renda das mulheres negras é 37% menor.

As mulheres foram assumindo mais tarefas, pois, com a pobreza do campo, os homens passam e as mulheres ficam com os filhos.

Isso acontece nos setores mais pobres da cidade, tanto que, segundo pesquisas feitas em 2001, em torno de 32% ou 33% de mulheres sozinhas chefiam ou dão guarda para a família. Atualmente, esse número deve ter aumentado. Dessas, 27% têm filhos com idade inferior a 18 anos. O que agrava a situação é que 60% desses filhos não recebem regularmente pensão dos pais ou simplesmente não a recebem. Alguns pais simplesmente os abandonaram, outros, migraram por causa da pobreza. São assim os trabalhadores do Brasil! Só que as mulheres, não tendo condição de migrar, ficaram cuidando dos filhos.

A situação social é muito grave, porque a renda dessas mulheres não mudou; continuam com o mesmo ganho e ainda com a responsabilidade de cuidar sozinhas dos filhos e da casa.

Essa situação não se dá apenas na área urbana; acontece também no meio rural. Mas neste País, se produzirmos, é possível vivermos com dignidade. No entanto, há um empobrecimento vergonhoso, lamentável.

Das 11 milhões e 56 mil mulheres maiores de dez anos, 7 milhões e 79 mil não declaram qualquer rendimento. Apenas 2,59 milhões de mulheres são ocupadas especificamente na agricultura, na pecuária e na exploração florestal. E 1,59 milhão delas não têm nenhum rendimento.

Sr. Presidente, essa pobreza vai oferecendo, tanto na área rural quanto na urbana, números assustadores. No entanto, a escolaridade representou grande mudança para as mulheres no chamado mercado de trabalho. Quando elas



passaram a oferecer sua força de trabalho assim como a de seus filhos é que aumentou o índice de escolaridade dos trabalhadores brasileiros, inclusive o delas mesmas. Há no mercado de trabalho mais mulheres do que homens com oito ou mais anos de estudo.

A mulher ainda sofre discriminação. Para assumir o mesmo posto de trabalho a mulher precisa ter escolarização maior do que o homem. Na faixa de escolarização de 4 a 7 anos, 32% dos trabalhadores são homens e 27% são mulheres. Na faixa de 8 a 10 anos, 16,4% dos trabalhadores são homens e 16,7% são mulheres. Na faixa de 11 ou mais anos de estudo, a diferença salta aos olhos: 27,7% são homens e 36,9% são mulheres.

Essa mudança de posição é muito importante, pois significa que, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, ela também entrou na escola. E, para conseguir o mesmo cargo, as mulheres precisaram estudar mais, buscar mais conhecimento, mais informações. Por isso, avançaram. E na área da política não é diferente, Sr. Presidente. Nesta Casa, por exemplo, somos 513 Parlamentares. Com todos os avanços que tivemos, somos apenas 44. No Senado Federal, de 81 Senadores, há apenas 9 mulheres. Nas Câmaras Municipais e em todas as esferas de governo, a participação das mulheres é muito pequena, se considerarmos a força de trabalho e o que representamos em termos de riqueza para o País.

Os números são catastróficos, mas há avanços importantes na história da humanidade que precisamos registrar. Nós, mulheres do Brasil, conseguimos votar e ser votadas a partir de 1930. Não foi presente de nenhum Governo, mas conquista resultante de luta de todas nós. Conseguimos o Dia Internacional da Mulher, não só para comemorarmos, mas principalmente para refletirmos sobre a nossa luta histórica. Em 1847, 127 operárias foram queimadas vivas pelos patrões nos Estados Unidos. Elas lutavam pela mudança na jornada de trabalho, por direitos, por dignidade. As mulheres socialistas do mundo lutaram durante cem anos pelo Dia Internacional das Mulher, como dia de reflexão política, para marcar a luta pela ocupação de espaço em todo o mundo.



A ONU demorou para reconhecer o trabalho da mulher. E não foi fácil. As mulheres lutaram de todas as formas para que seu dia fosse comemorado. Muitos crimes foram cometidos contra a mulher em todo o mundo, e queríamos deixá-los na memória da humanidade. A partir daí as mulheres lutariam com novas armas. Durante a Constituinte de 1988, houve grande participação das mulheres com o chamado lobby do batom. Havia poucas mulheres aqui dentro, mas foram muitas as conquistas. A Esquerda juntou-se às mulheres, para que conseguíssemos vários avanços, e o Partido dos Trabalhadores muito contribuiu para que construíssemos novos projetos com uma nova visão.

Sr. Presidente, no campo houve também grandes avanços. Até 1988, as mulheres não eram reconhecidas como trabalhadoras rurais. Nós trabalhávamos, mas não tínhamos direito a registro. Com a Constituição Federal de 1988, as trabalhadoras rurais conquistaram o direito à aposentadoria e à licença maternidade.

Essas conquistas não foram recebidas de presente, foram fruto de muita luta. Sobre isso há um artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo, em 1993, de autoria do querido e saudoso Florestan Fernandes, intitulado: A luz é outra. A partir da organização das mulheres trabalhadoras e de muitos debates neste plenário, nossa luta mostrou resultado. Naquela época, fui a primeira trabalhadora rural a ocupar uma cadeira nesta Casa, dando voz às mulheres dos campos no Brasil.

Ouçó, com muita alegria, o aparte do nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O Sr. Virgílio Guimarães - Muito obrigado, companheira Deputada. O pronunciamento de V.Exa. não só é importante como também oportuno. No momento em que o País discute as reformas tributária e previdenciária, é fundamental lançar os olhos sobre as conquistas das mulheres, sobretudo das trabalhadoras. O processo de inclusão ao qual a companheira se refere continua e se amplia. Lembro-me bem do companheiro Deputado Florestan Fernandes na Constituinte, quando lutávamos por direitos, mantendo, no entanto, uma posição crítica sobre a questão dos direitos adquiridos. O importante eram os não-adquiridos. E a idéia continua: assegurar e ampliar os direitos dos mais pobres, das mulheres trabalhadoras, dos sem-terra, mesmo que para isso precisemos fazer uma redistribuição, ou seja, os que recebem mais dando um pouco mais e



os que podem menos ou nada recebendo mais da sociedade. Essa luta, antes da Oposição e agora do Governo, é a mesma, é pela libertação dos trabalhadores e sobretudo das trabalhadoras brasileiras.

A SRA. LUCI CHOINACKI - Obrigada, Deputado Virgílio Guimarães. Conseguimos conquistas em relação, por exemplo, ao divórcio e aos direitos civis. Mas essas são conquistas para apenas um grupo de mulheres.

Temos dois brasis ou mais. Há o Brasil das mulheres que conquistaram direitos e o das mulheres cujos direitos contidos na Constituição Federal e no novo Código Civil não proporcionaram nenhuma mudança na sua vida. É para este Brasil que precisamos voltar os olhos. Por isso apresentei a esta Casa — e gostaria que fosse aprovado — requerimento de criação de Comissão Especial para discutir a feminização da pobreza, saber onde estão essas mulheres e o que estão fazendo. Não se considera trabalho aquele que não é formal, como o trabalho invisível de milhões de mulheres que não têm endereço. Muitas vezes, o IBGE, em suas pesquisas, não consegue registrá-las, porque não têm endereço nem nome. E muitas moram em péssimas condições, até debaixo de pontes.

É para essas mulheres que precisamos voltar os olhos e quebrar o silêncio. Para tanto estou contando com o apoio da nossa bancada e de toda a Casa. A Ministra Emília Fernandes achou a proposta extraordinária.

Vamos convocar as universidades, as ONGs, as lideranças comprometidas com o processo democrático e fazer com que o silêncio das mulheres pobres seja quebrado no País.

Ouçoo com prazer a Deputada Maninha.

A Sra. Maninha - Companheira Luci, quero inicialmente parabenizá-la pelo pronunciamento. Hoje pela manhã eu me lembrei exatamente de V.Exa. Ouvei entrevista de V.Exa. acerca não só da Comissão como também de projeto de lei que coincidentemente apresentei na Câmara Legislativa do Distrito Federal, quando Deputada Distrital. O projeto diz respeito à aposentadoria da mulher doméstica aos 60 anos. Ao ouvir o pronunciamento de V.Exa., quero lhe dizer que nós, mulheres brasileiras, temos muito a comemorar, mas muito a lamentar, porque nesse "Estado" — entre aspas — machista nossa política de cotas serviu



apenas para nos apresentar na condição de candidatas. Esse Estado não serve para nos dar o poder de ter também a mesma igualdade que deveríamos ter em nossa representatividade social. Deputada Luci Choinacki, a proposta de V.Exa. de criar Comissão Especial é importantíssima. Neste Congresso, queremos ter não apenas uma bancada feminista, mas muito mais. Além disso, queremos poder participar da Mesa Diretora não só da Câmara dos Deputados, mas também do Senado Federal, bem como dispor da mesma cota nos Poderes Judiciário e Executivo. Todos sabemos que a pobreza tem grande viés feminino, e será muito mais feminina dependendo da raça e do segmento social a que pertencermos. Por isso é nosso dever acabar com a pobreza feminina. Aproveito a oportunidade para dizer a V.Exa. que precisamos criar mecanismos de proteção para as mulheres não só do Estado, mas de toda a sociedade. Não é justo, nem "legal" — entre aspas — , que mulheres morram porque não têm acesso à saúde ou ao mercado de trabalho, porque são analfabetas, tampouco porque são vítimas, principalmente, da violência doméstica — do marido, do filho, do pai ou de parentes. O dia 8 de março deveria ser de grande festa, mas não será — não é dia de festa. Será de grande festa no dia em que conseguirmos mudar a sociedade, quando alcançarmos igualdade de gênero e igualdade social. A sociedade, vale dizer, precisa também ser modificada ideologicamente. Portanto, parabéns por seu discurso. Espero que, na próxima segunda-feira, quando aqui farei meu pronunciamento no Grande Expediente, V.Exa. esteja presente para que juntas possamos falar da condição da mulher não só no Brasil, mas também no mundo, e mostrar que ela não quer apenas comemorar, mas buscar o seu espaço. Parabéns, Deputada Luci Choinacki.

A SRA. LUCI CHOINACKI - Muito obrigada, Deputada Maninha, companheira de luta. Fico feliz ao saber que essas idéias não expressam o sonho de poucas pessoas, mas de muitas, principalmente daqueles que elegeram o Presidente Lula.

No entanto, agora, precisamos de pessoas que tenham a coragem de quebrar o silêncio e a invisibilidade dessas mulheres. Cuidar dos filhos e da casa ainda não é considerado trabalho. Muitas lavadeiras, passadeiras, costureiras não possuem



carteira de trabalho assinada. Esses serviços não dão lucro ao patrão. Por isso, falamos em quebrar a invisibilidade de algumas profissões. Por isso, precisamos tornar visíveis essas profissionais. Os órgãos de pesquisas trabalham com profissões visíveis — o que é invisível não é considerado trabalho.

A proposta de criação de Comissão Especial é exatamente buscar a visibilidade dessas profissões. E foi com esse objetivo que elaboramos o projeto de aposentadoria das donas de casa.

Algumas pessoas dizem que tal projeto pode trazer problemas para a Previdência Social. Todas as nossas propostas resolvem problemas, mostram as dificuldades, não tapam o sol com a peneira.

Muitas mulheres, ao atingirem 60, 65 anos, jamais terão direito à Previdência Social, porque não podem contribuir com nenhum valor, não por falta de vontade, mas por não ter condições de fazê-lo.

As mulheres são castigadas várias vezes. Em primeiro lugar, porque são pobres. Ninguém nasceu para ser pobre e ninguém quer ser pobre sem ter direito a nada. Isso acontece porque há uma estrutura econômica, política, ideológica e social excludente que aterroriza as mulheres pobres. Em segundo lugar, quando a mulher tem idade para se aposentar não pode atingir seu objetivo, porque não contribuiu para a Previdência. E ainda dizem que, como não contribuíram com o País, não fizeram nenhuma poupança para receber o salário, não terão direito à aposentadoria.

Ao apresentarmos a proposta, nossa finalidade não era tirar dinheiro dos que contribuem, mas buscar outra fonte, a fim de resolver o problema da renda e da cidadania.

A Deputada Luiza Erundina disse hoje da tribuna que temos de valorizar os idosos, porque um dia seremos um deles. Vamos chegar lá. Se formos inteligentes, vamos receber salário decente para garantir nossa sobrevivência. Os mais velhos precisam ter direito.

O projeto dispõe que os recursos permaneçam na comunidade, no meio em que vivem as mulheres, e não vá para as contas da Suíça. O investimento deve ser local para que possam comprar roupas, calçados, alimentos, material de higiene,



como sabonete, que muitas delas não conseguiram usar durante a vida. Essa é a proposta.

Precisamos ter bolsa-escola para alfabetização da mulher trabalhadora. É preciso tratar de forma diferente os desiguais. Tem que haver a profissionalização das mulheres, só assim elas poderão enfrentar não só o mercado de trabalho formal, como também adquirir microcrédito.

Pesquisas mostram que os recursos destinados a microcrédito, quando emprestados a mulheres, têm retorno diferente, não porque as mulheres sejam melhores do que os homens pela condição e formação social, mas porque o que elas ganham vai para a família, para os filhos. Elas são mais pragmáticas, porque a história da vida as colocou nessa condição. Elas não jogam dinheiro fora, primeiro, porque 99,9% das mulheres têm que tomar conta da família; segundo, elas lidam com a questão da economia mais importante que o sistema capitalista desvalorizou, elas cuidam da comunidade: torrar e moer o café, fazer queijo, cuidar da horta, enfim, cuidar da produção, que é o sustento da sua família, da Nação, e isso nunca foi reconhecido.

É importante que haja um programa de habitação popular diferenciado para essas mulheres. Trinta e dois por cento delas não têm condição de cuidar de suas famílias. Queremos criar uma Comissão Especial para fazer esses levantamentos e contribuir com o Governo.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que no momento em que o mundo comemora o dia 8 de março, a luta que as mulheres vêm travando é contra a guerra e pela paz. Nós queremos a paz. Não queremos a guerra das armas nem o terror do Estado, porque quem paga a conta são as mulheres. Elas sempre são mobilizadas quando se precisa delas na produção, na criação dos filhos, para cuidar da casa. Elas sempre foram o exército de reserva para a concentração de poder e de renda. A nossa luta é pela preservação da espécie humana. E também queremos preservar uma coisa muito importante para a humanidade: as sementes da vida, as sementes que geram o pão. As mulheres descobriram o poder das sementes e foram as primeiras a cuidar delas para produção do pão para



trabalhadores, camponeses e índios, e hoje esse poder está nas mãos de algumas empresas que estão destruindo um patrimônio da humanidade.

Nós, mulheres, lutamos pela paz, pela justiça social e para preservar aquilo que se construiu para a humanidade e não para poucos homens de algumas empresas que pensam que podem mandar no mundo.

O grito das mulheres é para quebrar o silêncio. Paz com comida e beleza, porque nós não combinamos com tristeza. Eu sempre digo "pão e beleza", porque não combinamos com tristeza. Nós geramos a vida e somos geradoras também de uma sociedade justa, humana, igual, com respeito e as demais condições necessárias para exercitarmos nossa cidadania.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wagner Lago) - A Presidência cumprimenta a ilustre Deputada Luci Choinacki e estende esses cumprimentos ao povo catarinense, particularmente às mulheres trabalhadoras daquele Estado.

Parabéns a V.Exa.



Documento 8/53

011.1.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2003-15:02

Publ.: DCD - 11/03/2003 - 5680 EDUARDO GOMES-PSDB -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Conveniência de alteração do Regimento Interno no tocante às exigências para apresentação de propostas de emendas à Constituição de iniciativa popular. Realização da VI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Participação feminina na política tocantinense. Excelência da atuação da Prefeita Nilmar Ruiz, de Palmas, Estado do Tocantins.

O SR. EDUARDO GOMES (PSDB-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço uso do período destinado ao Pequeno Expediente para, em primeiro lugar, registrar nesta Casa um pedido de alteração do Regimento Interno no tocante à apresentação de projetos de emenda à Constituição de iniciativa popular.

Da forma como está disposto no Regimento, apesar do advento da Comissão de Legislação Participativa, é muito difícil que qualquer segmento da sociedade que se organize para apresentar uma proposição consiga, de maneira correta, colher as assinaturas, o que prejudica a possibilidade de o Congresso Nacional analisar a proposta. Minha proposta é a de que, nos casos de apresentação de emenda à



Constituição de iniciativa popular, seja possível a utilização da Internet, e, dependendo da localidade onde esteja sediada a entidade que patrocina a proposta, também seja possível o recurso das urnas eleitorais, que ficam ociosas durante um bom tempo. Essa providência possibilitaria que a proposta de iniciativa popular recebesse o número necessário de assinaturas de adesão — entre um milhão e dois milhões — em curto espaço de tempo, tornando viável o uso desse importante instrumento da nossa Constituição e do Regimento Interno da Casa, atualmente prejudicado pela burocracia e pela falta de condições que qualquer entidade enfrenta para cumprir as exigências para apresentação de uma proposta de emenda à Constituição.

Aproveito a oportunidade para dar boas-vindas aos Prefeitos do meu Estado, o Tocantins, que chegam a Brasília hoje para esse grande encontro, essa grande marcha que faz dos Municípios brasileiros a notícia da semana. Espero que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpra sua promessa de campanha no sentido de manter maior proximidade com aqueles são os agentes diretos do povo, os Prefeitos e os Vereadores, os quais desejo que tenham êxito nessa caminhada.

Sr. Presidente, tomei conhecimento da sessão especial que esta Casa promoverá amanhã para comemorar o transcurso do Dia Internacional da Mulher. Uma grande homenagem às mulheres do País está sendo organizada. Está presente neste plenário a Deputada Kátia Abreu, representante da bancada do Estado do Tocantins, e a Deputada Maninha; aproveito a oportunidade para mandar também um abraço e a minha homenagem às mulheres tocantinenses. Faço-o em nome da Prefeita Nilmar Ruiz, de Palmas, Capital de Tocantins, que hoje empossou na Secretaria da Cidadania e da Mulher a Vereadora Mariza Sales.

A Prefeita Nilmar Ruiz, uma educadora, chegou ao Estado do Tocantins em 1991, ocasião em que o atual Senador Eduardo Siqueira Campos estava sendo eleito Prefeito de Palmas. Ocupou então o cargo de Secretária de Educação, e posteriormente foi eleita Deputada Federal. Hoje, na Prefeitura de Palmas, vem fazendo um grande trabalho, dando um exemplo como mulher dedicada à causa do serviço público, e premiou-nos a todos com a nomeação da Vereadora Mariza



Sales, que já era Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e líder do Governo na Câmara de Vereadores, para a Secretaria de Cidadania e da Mulher, numa demonstração de que o Estado do Tocantins, apesar de novo, desde o primeiro Governo Siqueira Campos tem consagrado espaço para a realização do potencial das mulheres, num exemplo de igualdade e cidadania. Lá as mulheres estão exercendo cargos de Desembargadora, de Secretária de Estado, de Prefeita da Capital e diversos outros, ajudando-nos a ter um Tocantins melhor e um Brasil com mais igualdade.

Muito obrigado.



Documento 9/53

011.1.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2003-15:08

Publ.: DCD - 11/03/2003 - 5682 BOSCO COSTA-PSDB -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Repúdio ao pronunciamento do Deputado João Fontes contra o ex-Governador do Estado de Sergipe Albano Franco.

O SR. BOSCO COSTA (PSDB-SE. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cumprimento todas as Sras. Deputadas na pessoa da Deputada Maninha aqui presente. S.Exa é ex-Deputada Distrital e colega da UNALE.

Sr. Presidente, ao ocupar pela primeira vez a tribuna nesta tarde, gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa meus parabéns a todas as mulheres brasileiras.

As mulheres são importantes no desenvolvimento do País. Hoje, sem dúvida alguma, elas ocupam posições de destaque na sociedade com equilíbrio, responsabilidade e respeito à coisa pública. Digo isso porque no pequeno Sergipe temos várias Prefeitas, Vereadoras e Deputadas Estaduais que vêm desenvolvendo grande trabalho.



Quero também deixar registrado nosso protesto contra o pronunciamento do colega Deputado João Fontes, do PT, feito desta tribuna, na semana que antecedeu o Carnaval, no qual falou uma série de coisas sobre o ex-Governador Albano Franco.

Albano Franco foi Deputado Estadual, Senador, Presidente da CNI por 14 anos e Governador do nosso Estado por 8 anos. O ex-Governador Albano Franco tem grandes serviços prestados a Sergipe, ao Brasil e à indústria brasileira.

Meu partido, o PSDB, perdeu as eleições em âmbito estadual e nacional, mas está na hora de descermos do palanque e nos somarmos em defesa dos interesses do Brasil e de Sergipe. Tenho certeza absoluta de que o ex-Governador Albano Franco desempenhou um grande papel na esfera do Executivo sergipano. Posso dizer que viabilizou nosso Estado para seu sucessor, o atual Governador, tendo levado para lá centenas de obras e de empresas. Graças a isso, hoje podemos dizer que Sergipe é um Estado viável.

Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.



Documento 10/53

011.1.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2003-14:34

Publ.: DCD - 11/03/2003 - 5676 ANTONIO NOGUEIRA-PT -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. ANTONIO NOGUEIRA (PT-AP. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último sábado, 8 de março, o mundo comemorou o Dia Internacional da Mulher, data que reafirma a importância da mulher na vida de todos nós.

Falar das qualidades da mulher é tarefa fácil, já que toda a nossa vida é permeada pela presença feminina. Primeiro, nossa mãe, depois nossas irmãs, primas, namoradas e amigas, mais tarde esposa, filhas, sobrinhas e netas. Partilhamos nossa vida com as mulheres sejam nos bons ou nos maus momentos. Elas sempre estiveram e estarão, de alguma forma, ao nosso lado.

Não gostaria, portanto, de ocupar esta tribuna para homenagear as mulheres em um único dia. Parece-me sem sentido homenageá-las só hoje, já que elas estão presentes em quase todos os dias de nossa vida. Mas, se não é justo homenageá-las somente em um dia, da mesma forma não seria correto deixar de vir ao plenário celebrá-las nesta data tão especial.



Celebro com as nobres Deputadas, colegas que impõem ao Parlamento um jeito sensível de conduzir e fiscalizar o País, mas também com as mulheres do meu Estado, Amapá, da minha querida cidade, Santana, e com todas as que de alguma forma contribuíram para que eu aqui estivesse discursando em sua homenagem.

Por outro lado, o mundo ainda é muito injusto quando se compara homens e mulheres, uma vez que o reconhecimento de seu papel ainda está muito distante do que de fato elas almejam e precisam.

Falar da mulher guerreira que enfrenta a vida de cabeça erguida e, muitas vezes, se submete a extremas humilhações para conseguir o sustento dos filhos não é nenhum mérito para este orador. Da mesma forma, falar do lado afetuoso que nos afaga nos momentos difíceis e nos traz consolo na hora da dor não seria mais do que uma obrigação.

Porém, Sr. Presidente, o que deve ser ressaltado no dia de hoje não é o lado positivo que envolve a mulher, mas, sim, o lado da injustiça que ainda se faz presente na vida delas. Não faço coro com aqueles que acham que nada mudou. Atualmente, a mulher é incomparavelmente muito mais respeitada do que era na época de meus pais ou avós. Mas pergunto aos senhores se isso é o bastante. Questiono se a mulher já tem o respeito que almeja da sociedade em que vive. Será que ela recebe dessa sociedade as mesmas oportunidades que a nós homens são oferecidas? Sabemos que não!

Diante disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Dia Internacional da Mulher deve continuar a ser um dia de comemoração e festa em todo o mundo, mas deve também se transformar em um dia de compromisso renovado que reafirmamos às mulheres — um compromisso de não discriminar a figura feminina em qualquer situação que nos seja apresentada. É o compromisso de lutar pelas mesmas oportunidades, sejam elas profissionais, familiares ou sociais.

Mas esse compromisso não se pode resumir à convivência social e profissional apenas. O respeito à mulher deverá ser estendido aos lares, ou melhor, deve dele partir. Digo isso na certeza de que aquele que não respeita sua mãe, irmã, esposa



ou filha dificilmente conseguirá respeitar a colega de profissão e as demais mulheres que nos dão sempre o prazer do convívio onde quer que estejamos.

Para concluir, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero mais uma vez me juntar às milhares de vozes que neste fim de semana celebraram o Dia Internacional da Mulher. Mas quero também ser uma voz em defesa dessa mulher injustiçada, oprimida e muitas vezes humilhada por quem a deveria defender.

Não creio no ser frágil e desprotegido que alguns apregoam. Acredito, sim, Sr. Presidente e colegas Parlamentares, na mulher forte, soberana e mãe, que, apesar de tantas qualidades, continua a ser vista como alguém incapaz de ajudar-nos a construir um Brasil melhor.

Muito obrigado.



Documento 11/53

011.1.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2003-15:16

Publ.: DCD - 11/03/2003 - 5682 MANINHA-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Considerações acerca do novo quadro político brasileiro. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Conveniência de realização de plebiscito sobre a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas. Transcurso do 29º aniversário de fundação da Escola de Música de Brasília. Crise na saúde pública do Distrito Federal. Apresentação, à Comissão de Seguridade Social e Família, da Casa, de requerimento para criação de subcomissão permanente destinada ao acompanhamento do sistema de saúde do DF.

A SRA. MANINHA (PT-DF. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores funcionários, senhores da imprensa, assumo pela primeira vez esta tribuna para falar sobre a gravidade do momento político nacional e internacional e a importância do Parlamento na busca de soluções para os problemas do nosso País.

É inegável que a administração neoliberal trouxe mais miséria ao povo e agravou a situação das contas do Brasil junto aos organismos financeiros internacionais, interferindo diretamente na soberania nacional e nas condições de vida dos trabalhadores brasileiros, de quem foram suprimidos direitos fundamentais. Recebemos uma herança amaldiçoada.



Quando dissemos aos quatro cantos do País que a esperança venceu o medo, dissemos também que era necessário um tempo para arrumarmos a casa e cumprirmos as metas do nosso programa de governo, cuja ênfase na resolução dos problemas sociais empolgou as camadas mais sofridas do povo brasileiro. Não vamos decepcionar essa imensa parcela da população.

Tive a oportunidade de participar da memorável experiência do Governo Democrático e Popular do PT no Distrito Federal como Secretária de Saúde.

Afirmo que é possível avançar, e muito, no enfrentamento das questões sociais. Aprendemos que tudo deve ser feito ouvindo nossos aliados e buscando responder às demandas com toda atenção e carinho que merece o povo brasileiro. Nosso Governo deve representar as classes populares e, sem medo, devemos propor avanços rumo ao atendimento das reivindicações de todos os setores que secularmente são marginalizados do processo político e econômico de nossa Pátria.

De forma corajosa e decidida, o Governo do PT deve ousar e inovar na arte de governar. Um passo importante é mostrar sempre a realidade à população, não esconder nada. Não devemos nos submeter à lógica dos discursos difíceis, que não são compreendidos pelo povo. O Presidente Lula conhece isso melhor do que ninguém; portanto, está muito bem preparado para comunicar-se diretamente com a Nação.

Faremos nossa parte neste Parlamento, apontando os possíveis equívocos que poderão ocorrer na condução dos assuntos do Governo e defendendo ardorosamente as medidas que atendam aos interesses populares e ao programa de governo do Partido dos Trabalhadores.

Esse foi o recado das urnas às classes dirigentes e aos políticos. Não podemos frustrar o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemoramos no dia 8 de março o Dia Internacional da Mulher, e eu gostaria de trazer à reflexão alguns aspectos relacionados ao tema.



A história da repressão e da discriminação à mulher é secular e confunde-se com a história da humanidade, da mesma forma como os avanços democráticos no mundo confundem-se com os avanços na luta da mulher.

Ao longo de séculos, reproduziram-se em todo o mundo as histórias da formação da mulher a partir de uma costela de Adão; da indução da mulher ao pecado e à desobediência; dos castigos de parir, de sentir muita dor e de sangrar mensalmente.

Fomos formadas para nos sentir culpadas — culpadas pelo prazer, culpadas por dedicarmos algum tempo a nós mesmas. Atravessamos séculos de preconceitos, de discriminação e de violência contra nós. Atravessamos séculos de obscurantismo, cujo exemplo pode ser dado pelo fato de que durante a Santa Inquisição de cada dez pessoas queimadas vivas, nove eram mulheres. As mulheres não podiam expor sua beleza nem demonstrar sua inteligência, pois logo eram tratadas como bruxas.

Há um tratado de Demonologia, feito por padres dominicanos, em que se pode ler: "Houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepciona a mente".

Mas o gênero, Sr. Presidente, desde os primórdios é uma questão de poder. O poder é personificado no homem na força e se manifesta em todos os âmbitos, na vida econômica e social, no lar e até na relação sexual.

A partir dos séculos XVIII e XIX, as mulheres começam a colocar a cara de fora. E, sem sombra de dúvidas, podemos afirmar que o século XX foi o do levante das mulheres. A situação da mulher na sociedade, a relação entre homens e mulheres, a sexualidade, as representações do feminino e do masculino ganham visibilidade e foram problematizadas nas diversas sociedades. As mulheres organizaram-se como sujeito político, criando movimentos feministas e de mulheres, conseguindo politizar as situações, as relações e as representações.

O século XX também foi o da conquista de direitos, como o de freqüentar escolas e universidades, o direito ao trabalho remunerado, o direito de votar e ser votada,



o direito à liberdade sexual e reprodutiva, à separação conjugal, ao tratamento digno pela família e pelo cônjuge, acentuando-se sua luta pelo direito à igualdade de direitos e de oportunidades, e o direito à diferença sem desigualdade.

Sr. Presidente, quero falar de uma entidade da qual sou Vice-Presidente, a Confederação Parlamentar das Américas.

Participamos de uma reunião na Venezuela, em Isla de Santa Margarita, no mês passado. Tivemos a preocupação de trazer a esta Casa nossas reflexões.

A globalização e o livre comércio impõem aos países pobres, por meio dos programas de ajustes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, um modelo que gera profundas transformações na vida das mulheres, afetadas de maneira diferente dos homens.

Do ponto de vista do emprego, tanto no Norte quanto no Sul, a liberalização do comércio reduziu os salários e aumentou a carga de trabalho das mulheres.

Apesar de gerar aumento no número de postos de trabalho, esse processo cria empregos pouco qualificados para as mulheres da América Latina e normalmente oferecem baixa remuneração, como, por exemplo, os criados pelas montadoras transnacionais.

Por outro lado, a transferência de responsabilidades do público para o privado obriga as mulheres a assumir o atendimento aos filhos e aos idosos, do qual o Estado ausenta-se, e elas o fazem sem qualquer tipo de remuneração.

As políticas que favorecem o agrupamento de terras e sua exploração por multinacionais privam as mulheres latino-americanas de seus meios tradicionais de subsistência, sem lhes dar acesso aos novos empregos gerados pelo setor agropecuário industrial, oferecidos preferencialmente aos homens.

Em relação aos direitos de propriedade intelectual, o que se pretende no acordo da ALCA provoca o receio de que multinacionais registrem patentes de sementes e ervas medicinais, apropriando-se do conhecimento das mulheres que vivem da agricultura tradicional.

Além do mais, as mulheres têm uma representação ainda pequena nas instituições políticas que discutem e ratificam esses acordos. Ocupamos apenas 9% das cadeiras dos Parlamentos da América Latina e do Caribe, 14% das



cadeiras do Congresso dos Estados Unidos, 21% no Canadá, e não chegamos a 9% no nosso Congresso Nacional.

Por conta dessas preocupações, a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas sugere que devemos agir para favorecer a participação feminina em todas as instâncias de discussão da ALCA. E mais, pretendemos elaborar um balanço dos efeitos dos acordos de livre comércio sobre os investimentos, destacando as diferenças específicas entre os homens e as mulheres.

Ao discutirmos acordos de livre comércio temos que prever a primazia dos direitos humanos universalmente reconhecidos sobre os interesses comerciais. Em caso de conflito entre eles, devem prevalecer sempre os direitos humanos.

Como as mulheres das Américas trabalham principalmente no setor de serviços, especialmente nas áreas de educação e assistência médica, é fundamental que esses serviços sejam excluídos de qualquer acordo.

Enfim, não podemos esquecer que as diferenças de oportunidade entre homens e mulheres em nosso continente ainda são muito grandes e cabe a todos nós estarmos atentos para que não se venha a aumentar esse fosso.

Quanto ao acordo da Área de Livre Comércio das Américas — ALCA, quero dizer que como está não nos interessa. Assim como nosso Governo pretende rever o acordo que permite a utilização da Base de Alcântara pelos Estados Unidos, é fundamental que o Brasil imponha com clareza suas posições quanto à ALCA.

Um acordo dessa amplitude precisa ter, necessariamente, o aval de toda a população. Não pode ser discutido e aprovado apenas pelas instâncias representativas. Cabe, para ter certeza do caminho a seguir, fazermos um plebiscito e ouvirmos o que a Nação tem a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã a Escola de Música de Brasília estará completando 29 anos — seu diretor está aqui presente. Instituição de ensino básico e técnico, a Escola vem promovendo a formação musical de instrumentistas e cantores para o mercado de trabalho local, regional, nacional e internacional. Oferece 36 cursos técnicos e 58 cursos básicos de qualificação profissional em todas as modalidades instrumentais e vocais, eruditas e populares e possui um corpo docente com 182 professores.



Por conta da excelência de sua atuação, a Escola de Música de Brasília transformou-se no primeiro Centro de Educação Profissional de Música a funcionar no País e é referência nacional, motivo de orgulho para todos nós. Em nome da população do Distrito Federal, parabenizo seus professores, funcionários e alunos pelo aniversário, pois sei que é sua dedicação, mais do que qualquer outra coisa, a responsável pelo sucesso da escola. Parabéns ao seu diretor!

Sr. Presidente, quero falar um pouco sobre a saúde no Distrito Federal. Os problemas que afligem nossa população, evidentemente, afligem também a dos demais Estados, porque nesta Capital moram pessoas de todos os Estados do País. O Distrito Federal vive, já há alguns anos, em situação calamitosa no que diz respeito à saúde.

Relatório do Ministério Público, encaminhado ao Secretário de Estado dos Direitos Humanos, alerta para o caos em que se transformou a administração do sistema de saúde e diz textualmente: "Mortes absolutamente evitáveis vêm ocorrendo e continuarão a ocorrer sem nenhuma providência ser adotada".

Os procuradores vão mais longe e acusam "a incompetência e corrupção — sistêmica e localizada — " que "solapam a condição humana dos usuários do Sistema de Saúde" .

Depoimentos, cartas, denúncias de pacientes, familiares, médicos e auxiliares chegam ao Ministério Público em número crescente. No entanto, no decorrer do ano passado essas denúncias não encontraram eco nos órgãos competentes do Governo Federal. Apenas no final de janeiro, após a posse do Governo Lula, foi criado pelo Ministério da Saúde um grupo-tarefa, com participação do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, da Controladoria-Geral da União, do Departamento Nacional de Auditoria do SUS e da Fundação Nacional de Saúde, para realizar ampla auditoria na Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Os resultados a que este grupo tem chegado são estarrecedores e nos permitem afirmar, sem medo de cometer qualquer perjúrio, que os usuários do sistema de



saúde do Distrito Federal estão sendo assassinados em consequência da irresponsabilidade dos que deveriam estar zelando por suas vidas.

Em 2 de agosto de 2002, quatro pacientes do Hospital de Base morreram em decorrência de infecção hospitalar.

No dia 1º de outubro, faleceu Andréa Cristina de Urany, portadora de fibrose cística, sem que lhe houvessem sido entregues, pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, os medicamentos de que necessitava, apesar de decisão judicial nesse sentido.

O Sr. Paes Landim V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. MANINHA Com prazer, Excelência.

O Sr. Paes Landim Nobre Deputada Maninha, apesar de eventualmente discordar das posições de V.Exa., quero deixar registradas alguma palavras. Vindo em direção à Casa, ouvia a Rádio Câmara e acompanhava o momento em que V.Exa. assomava à tribuna. Ocorreu-me ressaltar a importância da presença de V.Exa. nesta Casa, V.Exa., que faz parte de uma geração de jovens ex-estudantes, médica diplomada pela Universidade de Brasília — eu, que sou professor licenciado pela UnB, sinto muito orgulho disso. Não foi à toa que V.Exa. recebeu a maior votação em Brasília, cidade politizada, em que o eleitor vota praticamente pelo mérito dos candidatos, sobretudo quando se trata de votação proporcional. Estão de parabéns o Distrito Federal e esta Casa. Eventualmente posso discordar do pensamento de V.Exa., mas não poderia deixar de reconhecer que V.Exa. é uma grande Parlamentar, que muito honra este importante Parlamento. Pessoa de grande competência, ex-Secretária de Saúde, conhecedora dos problemas de Brasília, V.Exa. será sempre bem-vinda à tribuna da Câmara dos Deputados, com sua voz combativa e independente. Parabéns pelo discurso e por sua atuação.

A SRA. MANINHA Muito obrigada, Deputado Paes Landim. Fico muito lisonjeada ao ouvir os elogios de V.Exa., com quem convivi ainda estudante na Universidade de Brasília. V.Exa., ao longo dos vários mandatos que vem cumprindo, também tem contribuído sobremaneira para a boa imagem desta Casa. Deixam-me lisonjeada os elogios de um professor com quem consegui aprender alguma coisa. Ouço, com prazer, o nobre Deputado Wagner Lago.



O Sr. Wagner Lago - Gostaria de cumprimentar V.Exa., que representa a mulher lutadora, guerreira e petista. V.Exa. trouxe vários assuntos para debate nesta Casa. Em relação à mulher, sua presença na tribuna já significa o avanço obtido, embora limitado, o ganho democrático, os direitos conquistados pela mulher. V.Exa. também mencionou a questão do neoliberalismo — serei rápido para aproveitar o belo discurso que faz V.Exa. Recordo-me do seguinte fato: quando queriam instalar esse demônio em nosso País, quem se opunha a tal tese era chamado de dinossauro, atrasado, enfim, recebia da grande mídia, a serviço do capital internacional, vários adjetivos. Pois bem, acabou a Era Vargas, voltada para o Estado; chegou nova época. O momento era de levantar recursos com privatização de empresas para liquidar ou minimizar a dívida pública do País. O previsto não aconteceu. O Estado brasileiro foi desmontado. Para a saúde e a economia, então, as coisas pioraram. E, dez anos depois, os defensores do neoliberalismo ainda têm a desfaçatez de cobrar resultados do Presidente Lula. Querem que o Presidente, em menos de noventa dias, dê solução aos graves problemas, cujas raízes são profundas, que as elites dirigentes provocaram. As elites dirigentes do País são as responsáveis pela miséria de grande parte do povo brasileiro. Sra. Deputada, parabéns a V.Exa., às mulheres, que V.Exa. representa, e ao Distrito Federal, que enviou a esta Casa competente Deputada para lutar pelos direitos não só da mulher, mas também do povo brasileiro. Muito obrigado.

A SRA. MANINHA Obrigada, Deputado Wagner Lago. Sendo membro de partido aliado, V.Exa. sabe muito bem o que diz quando se refere ao neoliberalismo. Endosso suas palavras. Realmente, o Presidente Lula não tem condições de, em noventa dias, responder à expectativa do povo quanto a sua eleição. Entretanto, tenho certeza de que em quatro anos S.Exa. dará as respostas que nossa população aguarda.

Volto ao meu discurso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em 17 de outubro passado, faleceu Nuvendora Brasil Ferreira, em decorrência de falência múltipla de órgãos, ocasionada pela falta de medicamento imprescindível à sua quimioterapia.



A estudante Valdirene de Jesus Rocha morreu em 15 de novembro em razão de um câncer de estômago. Apesar de beneficiada por decisão judicial que obrigava a Secretaria de Saúde do Distrito Federal a fornecer-lhe os medicamentos que lhe garantiriam a vida, Valdirene morreu sem tê-los recebido.

A Sra. Maria Clementina Delgado, segundo denúncia de sua filha ao Ministério da Saúde, foi internada no Hospital de Base em agosto de 2002 para troca de marcapasso. Ficou no hospital por um mês aguardando a cirurgia. Após a operação, apresentou ferida no pé direito. Demora no atendimento agravou a situação da paciente, e sua filha notou a existência de "bichos" em seu pé. "Bichos" que encaminhou junto com sua carta ao Ministério da Saúde, pois — pasmem, Sras. e Srs. Deputados — D. Maria Clementina teve o pé direito amputado.

Depoimentos prestados à Promotoria de Defesa do Direito à Saúde do DF — PROSUS, em 19 de novembro, pelos neurocirurgiões Amauri Araújo Godinho Júnior e Luiz Cláudio Modesto Pereira, apontam a falta de medicamentos e insumos básicos no Hospital de Base e a precariedade das instalações.

Em 20 de janeiro último, o Dr. Luiz Cláudio Modesto Pereira encaminhou à PROSUS termo de reclamação e denúncia no qual documenta o quadro existente no Hospital, com fotos tiradas nos dias 12 e 16 de janeiro de 2003, acompanhadas de comentários.

A situação da Unidade de Cirurgia Cardíaca do Hospital de Base, por sua vez, é ainda mais lamentável. Inquérito policial instaurado a pedido do Ministério Público do DF, para apurar a morte de quatro pacientes daquela Unidade, ocorridas entre março e abril do ano passado, por infecção hospitalar, não havia chegado sequer ao nome das vítimas até o último dia 11 de fevereiro.

A crise vinha sendo alardeada pelos profissionais responsáveis desde fevereiro. Em 4 de julho de 2002, em memorando ao Diretor do Hospital de Base, os médicos da cirurgia cardíaca diziam:

"Nos sentimos ética e moralmente obrigados a suspender todas as cirurgias cardíacas do HBDF, até que a Secretaria de Saúde tome as providências necessárias".



Tal quadro tem resultado no crescimento ininterrupto das filas de pacientes selecionados por procedimentos específicos.

Por outro lado, segundo o relatório encaminhado ao Secretário de Direitos Humanos, protelam-se medidas básicas para diagnóstico e tratamento e acumulam-se as dificuldades de intervenção das equipes médicas.

O Sr. Bosco Costa Deputada Maninha, V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. MANINHA Pois não, Deputado Bosco Costa.

O Sr. Bosco Costa Deputada Maninha, parabenizo V.Exa. pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Tive o privilégio de conhecer V.Exa. nos encontros da UNALE. Sabemos da sua preocupação, como mulher e como política, e do serviço prestado por V.Exa. ao Distrito Federal. Nesse sentido, cumprimento-a por seu pronunciamento. Ressalto que apenas discordo do que V.Exa. disse no início do seu discurso, quando atribuiu a atual situação do Brasil ao Governo passado. Os problemas do País são muito graves, mas sempre os atribuo aos Governos, aos Prefeitos e aos Governadores. Tive a oportunidade de fazer determinada pesquisa sobre consumo interno no meu Estado antes das eleições. Em 75 Municípios do Estado de Sergipe, a sociedade cobra do Governo, em primeiro lugar, geração de emprego e renda. Nós, políticos, temos obrigação de viabilizar o Estado economicamente para promover novos empregos. Não podemos comprá-los no mercado de Brasília nem no mercado de Aracaju. Só conseguiremos o aumento da oferta de empregos com o crescimento da economia. Não desejo, daqui a alguns anos, culpar o Governo Lula pela má situação econômica brasileira. Se o Brasil não estiver bem, devemos atribuir a questão, repito, aos Governos Municipais e Estaduais passados, que, ao longo de trinta anos, não viabilizaram a economia dos Estados de acordo com o imenso crescimento populacional ocorrido no País. Agradeço a V.Exa. a oportunidade e parabenizo-a pelo pronunciamento.

A SRA. MANINHA Obrigada, nobre Deputado.

Sr. Presidente, retomo meu discurso.

Nos últimos meses do ano passado, 164 portadores de câncer, 400 pacientes renais crônicos, transplantados, portadores de esclerose múltipla, de doença fibrocística e de hepatite C procuraram a Promotoria de Defesa do Direito à Saúde



por terem tido seu tratamento interrompido em razão da falta de medicamentos nas farmácias da Secretaria de Saúde.

Nas especialidades de ortopedia e traumatologia existem aproximadamente 1.300 pacientes na fila de espera para a realização de cirurgias, vários deles aguardando há mais de um ou dois anos.

Na urologia esse número chega a 52; na oftalmologia são 25 por mês; na angiologia e cirurgia vascular, 370; na cirurgia geral, 2.400 e na cirurgia pediátrica 1.162 !

A falta de medicamentos básicos nas farmácias é justificada pela Secretaria de Saúde com o seguinte argumento: faltam recursos.

No entanto, em 12 de fevereiro passado, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal mantinha em aplicações no mercado financeiro junto ao Banco do Brasil trinta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinqüenta e cinco reais e trinta e oito centavos!

Ao mesmo tempo, do Fundo de Saúde do DF saíram recursos para:

- Produção de lotes urbanizados — um milhão e trezentos mil reais;
- Construção de habitações — dois milhões, cento e sessenta e sete mil e trinta e um reais;
- Programa de saneamento básico — cento e trinta e seis milhões e quatrocentos mil reais;
- Implantação de urbanização em novas ocupações habitacionais — dois milhões e seiscentos e oitenta e oito mil reais;
- Cestas básicas da solidariedade — trinta e quatro milhões e oitocentos mil reais;
- Leite da solidariedade — vinte e dois milhões e quatrocentos mil reais;
- Pão da solidariedade — nove milhões e novecentos mil reais;
- Distribuição de pão e leite para entidades — seiscentos e vinte mil reais;
- Restaurante da solidariedade — quatro milhões de reais;
- Ampliação do sistema de água e esgoto do DF — três milhões, quatrocentos e treze mil reais;
- Pagamento de inativos e pensionistas — cento e cinqüenta e nove milhões, cento e quatro mil e setecentos e dezenove reais;



Desviou-se, no total, do Fundo de Saúde do Distrito Federal um montante de mais de trezentos e setenta e seis milhões de reais. Ou seja, mais de um milhão são subtraídos, por dia, das ações e serviços de saúde no DF.

Saem do Fundo recursos para custeio de programas habitacionais, de assistência social, de urbanismo e encargos previdenciários do DF. Além de distribuição de lotes, de leite, de pão, de cestas básicas. Todos serviços assistencialistas, feitos em detrimento da saúde da população.

Como se não bastasse tudo isso, no mês de março do ano passado, o Governo do Distrito Federal deslocou quarenta milhões de reais do Fundo de Saúde para a construção da nova ponte do Lago Paranoá.

Somados, esses recursos ultrapassam inúmeras vezes a soma destinada efetivamente à compra de medicamentos e insumos hospitalares. Impossível, pois, admitir-se que o desabastecimento resulte da falta de recursos orçamentários.

Mas ainda há mais.

Em dezembro passado, o Subsecretário de Apoio Operacional, ao assumir o cargo, registrou, em memorando dirigido ao Secretário de Estado de Saúde, as irregularidades que encontrara na gestão da Secretaria:

- Existência de um volume considerável de despesas efetuadas sem procedimentos licitatórios e sem prévio empenho;
- Existência de 78 contratos vencidos e não prorrogados, sendo que os objetos de vários desses contratos continuam sendo executados e pagos normalmente, contrariando a legislação vigente;
- Acentuado número de aquisições emergenciais de medicamentos e insumos por meio de dispensa de licitação, decorrentes do desabastecimento da rede e para atender a mandatos judiciais;
- Indícios de descontrole na execução orçamentária e financeira dos recursos próprios da Secretaria, com centralização dos recursos dos diversos programas do Ministério da Saúde financiadores do sistema de saúde em uma única conta corrente, no Banco de Brasília, e utilização indiscriminada desses recursos;



- Indícios de descontrole na distribuição de medicamentos nos hospitais, postos e centros de saúde, com prováveis desvios e desperdícios;

Resta comprovado, portanto, que a gestão do orçamento de saúde do DF é feita de forma irresponsável, ilegal e para privilegiar alguns.

Na conclusão de parecer técnico sobre os procedimentos de aquisição de medicamentos hospitalares pela Secretaria de Saúde do DF, o Ministério Público afirma que nos vinte processos licitatórios encaminhados para análise houve irregularidades, desvios de verbas destinadas ao Fundo de Saúde e favorecimento quando da escolha de empresas, apontadas nos processos como exclusivas, o que não se confirmou verdade.

Vale ressaltar que no ano passado a Secretaria de Saúde do DF teve três titulares diferentes.

É importante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que se lembre aqui que os recursos que mantêm o Fundo de Saúde do DF provêm, em sua grande maioria, da União.

Em 2000, 70,5% dos gastos totais do Distrito Federal em saúde foram feitos com recursos da União. E dos 4,5% destinados a investimentos, 94,7% tiveram como fonte de recursos o SUS e convênios firmados com a União.

No exercício de 2001, as transferências da União corresponderam a 51,3% do total executado em saúde.

No ano passado, a participação da União no orçamento da saúde do DF chegou a 70,3%. Isso comprova o legítimo interesse que detém a União Federal na fiscalização das irregularidades e desvios ocorridos no sistema de saúde do DF.

Por conta de todos esses fatos é que estou apresentando à Comissão de Seguridade Social e Família desta Casa requerimento para a criação de uma subcomissão permanente de acompanhamento do sistema de saúde do Distrito Federal.

Espero ter de meus pares, naquela Comissão, o apoio necessário, pois não podemos ficar alheios ao desrespeito com que se trata aqui recursos que saem do bolso de todos os contribuintes do País.



Sei, como ex-Secretária de Saúde do Distrito Federal, o quão difícil é gerenciar tal sistema. Mas sei também que basta honestidade, firmeza de propósito e responsabilidade administrativa e humana para fazer com que os problemas sejam equacionados de forma a preservar o direito de todo cidadão à saúde.

A gravidade do que vem ocorrendo no Distrito Federal chega à banalização da ilegalidade. Cada um dos fatos aqui relatados seria, por si, escândalo suficiente. No entanto, a vertiginosa sucessão com que ocorrem os transformam quase que em fatos corriqueiros, criando lastro para o surgimento de uma cultura completamente amoral e aética, legando às novas gerações o exemplo de tudo aquilo que combatemos e que queremos ver eliminado da história brasileira.

Não podemos permanecer alheios.

Tenho certeza de contar com os votos que serão fundamentais para a criação da referida Subcomissão. Esta Casa não há de se furtar ao compromisso de garantir ao povo brasileiro e ao povo brasiliense o respeito que ele merece.

De minha parte, renovo o compromisso de fazer tudo o que estiver ao meu alcance para ver realizadas as esperanças do País de um futuro com dignidade, sem fome, sem injustiças e cheio de alegria.

Muito obrigado.



Documento 12/53

011.1.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2003-17:14

Publ.: DCD - 11/03/2003 - 5699 CORONEL ALVES-PL -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Solidariedade aos Prefeitos participantes na VI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Manifestação de pesar pelo falecimento de funcionário da Coordenação de Segurança Legislativa da Câmara dos Deputados. Combate à violência no Estado do Amapá e no País. Defesa de implantação, no Brasil, de política consistente de segurança pública. Contrariedade à utilização das Forças Armadas nos serviços de policiamento ostensivo. Necessidade de controle estatal sobre as ações do crime organizado e sobre o tráfico de armas e de drogas. Responsabilidade do Congresso Nacional no encontro de solução para a questão da segurança pública no País.

O SR. CORONEL ALVES (PL-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma honra levar meu pronunciamento a toda a Nação, que, com certeza, observa os trabalhos deste Parlamento.

Antes de passar ao meu discurso, não poderia deixar de fazer três grandes registros, como alguns dos colegas que me antecederam já fizeram.

Primeiramente cumprimento as mulheres desta Nação pelo Dia Internacional da Mulher, transcorrido no último dia 8 de março, externando a elas o meu



reconhecimento pela força que proporcionam ao crescimento e ao desenvolvimento do País. Parabenizo, em especial, as mulheres do meu Estado e externo esse cumprimento a todas as mulheres do mundo.

Em segundo lugar, gostaria de solidarizar-me com os Prefeitos de todo o País, que estão realizando a marcha para Brasília, na busca de soluções para os problemas de seus Municípios.

Por último, quero registrar o falecimento, no último dia 8, de funcionário desta Casa, o Sr. Morette, que trabalhava na Coordenação de Segurança Legislativa. Externo os meus pêsames a toda a sua família e solicito, em respeito a sua alma, que façamos um minuto de silêncio.

(A Casa presta a homenagem solicitada.)

O SR. CORONEL ALVES - Sr. Presidente, a história da humanidade é sempre lembrada pelos flagelos que registra, quer oriundos de causas naturais, quer provocados pelo cotidiano da vida em sociedade, mas as ondas de desgraça costumam ser vistas como situações que o ser humano é obrigado a viver. Ele procura compreender o processo, sempre na expectativa de que no futuro dias melhores virão. A esperança marca o cotidiano da humanidade.

A sociedade brasileira não escapa a isso. Com efeito, ela vem sendo, nos últimos anos, sacudida pelo alarde do crime e da criminalidade e pelo debate já comum e desesperançoso que se trava nos meios de comunicação sobre esse tema, que, politicamente, passou a ser de altíssima relevância. Esta Casa não pode deixar de estar atenta a isso.

Analistas se reportam ao discurso político do crime, que justificaria um conjunto de medidas governamentais para fazer frente a tão grande flagelo: a violência.

Entretanto, a desesperança chegou ao limite. Com efeito, basta abrir os jornais e as revistas e verificar as manchetes para que nos certifiquemos de que minha afirmação não é graciosa nem me serve de grandiloqüente tema para esta fala. Citarei algumas manchetes. O Estado de S. Paulo: "Mais violência nos últimos dias do Exército no Rio de Janeiro"; Folha de S.Paulo: "Rosinha rejeita intervenção federal no Rio"; jornal O Globo: "Rosinha diz que pode conter violência sozinha", "Professor é morto a tiros na porta de casa próximo ao Palácio



das Laranjeiras", "Planalto adia decisão sobre segurança no Rio", "Sistema único para a segurança pública é o que querem os Prefeitos"; "Tropas na rua" é a manchete da revista Veja. E por aí vai.

Sou oriundo da família policial militar e sou militar policial. Construí minha vida profissional no estudo diário dessa questão, não apenas no plano teórico, mas também no dia-a-dia do combate à criminalidade. A sociedade não permite que o profissional de segurança pública cometa erros, pois vidas poderão ser ceifadas.

O fato é que agora, como Deputado Federal eleito pelo Estado do Amapá, elegi, neste Parlamento, como área de atuação, a proteção do cidadão e da sociedade contra o crime e a criminalidade, os atos anti-sociais, os sinistros e calamidades e contra as infrações de caráter meramente administrativos que acabam mexendo com a tranquilidade nas ruas. E o faço com muita responsabilidade. Dessa tarefa tenho de me desincumbir da melhor forma possível. Isso é o que espera o Brasil.

Este meu primeiro grande discurso neste plenário tem alto significado. Pessoalmente, sinto-me gratificado e agradecido a Deus por ter-me concedido esta oportunidade, neste momento histórico em que vive a humanidade, especialmente o Brasil, e por esse ser tema de tão grande relevância, visto que a todo o momento alguém trava discussão a respeito e cobra do Poder Público medidas de lei e de ordem, a fim de coibir, imediatamente, a barbárie que hoje vemos nas ruas de nossas cidades.

O Brasil, na condição de um Estado nacional não-avançado, com tantas e tão profundas desigualdades sociais, com vários desafios do mundo moderno, tem de se preparar adequadamente para o enfrentamento de um problema de primeira ordem, o de proporcionar segurança básica aos seus cidadãos e às suas comunidades. Por isto, mais do que nunca, a segurança se tornou tema nacional. Aliás, não gostaríamos de estar falando disso aqui, mas é a verdade.

Segurança pública tem sido produto raro no Brasil de hoje, e é algo que todos queremos, desde o cidadão comum até as maiores autoridades. Essa insegurança tem atingido até as pequenas comunidades, lá no interior. Vejam a marcha dos Prefeitos reivindicando o Sistema Único de Segurança Pública, ou seja, eles



também estão sofrendo as ações da violência em seus pequenos Municípios e estão preocupados; buscam e exigem respostas.

Tomo como exemplo dessa violência o meu Estado, o Amapá. É importante frisar que muitos podem estar me criticar e dizer que estou ressaltando o lado negativo do meu Estado. Não, estou revelando a verdade.

De acordo com levantamentos preliminares a que tive acesso, verifiquei, com tristeza, que o meu Estado vem se despontando no ranking dos mais violentos, conforme se pode constatar pelos seguintes dados:

a) Pesquisa do IBGE e da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, por exemplo, coloca o Estado como um dos mais violentos da região no tocante ao crime de homicídio que, como sabemos, tem sido utilizado como indicador de violência, pelo fato de que dificilmente deixa de ter registro policial e, além do mais, tem muita repercussão na comunidade;

b) pesquisa do Ministério da Saúde (DATASUS), também mostra um quadro desalentador, quando se analisa a morbimortalidade, sob aspecto de óbitos que tiveram por causa traumas e acidentes;

c) de outro lado, em recente reportagem sobre a delinqüência juvenil, em todo território Nacional, a revista Carta Capital frisa que: "A média nacional é de 3 internos para cada 10 mil adolescentes. O Espírito Santo e o Amapá são os líderes desse ranking, em 7,4 internos por 10 mil adolescentes, seguidos por São Paulo (6,3/10 mil)."

Isso nos causa grande tristeza, mas também nos revela o quanto precisamos trabalhar para mudar esse grave quadro em que se encontra não só o Estado do Amapá, mas também todo o Brasil. A sociedade brasileira exige isso de nós, Parlamentares — estamos aqui para isso — , do Poder Público, do Governo Federal.

Ao assistir à transferência de um criminoso como Fernandinho Beira-Mar, do Rio de Janeiro para São Paulo — fato, inclusive, bastante comentado nesta Casa — , as pessoas começam a acreditar no pan-penalismo, com a crença de que é apenas nos postulados do Direito Penal e na repressão, como um fim em si



mesma, é que encontrarão as soluções. Errados estão. Mas a mídia leva essa informação.

As instituições policiais, como parte visível do poder do Estado, no vértice de causas e efeitos de tão grandes e perturbadoras questões, acabam sendo enormemente questionadas e exigidas. O que as polícias estão fazendo, seja a Federal, seja a Militar, seja a Civil? Na verdade, fazem muito e sobre isso eu falarei mais tarde.

As instituições policiais ficam, assim, preocupadas com sua auto-estima. Como um policial, seja civil, seja militar, seja federal, seja estadual, seja das guardas municipais, pode desenvolver seu trabalho na busca da proteção da sociedade e do cidadão se está sendo fomentado e dito que o problema é a polícia? Nós não concordamos com isso. Sabemos que temos muitas falhas, que o organismo policial do nosso País precisa melhorar e se aperfeiçoar, mas não é culpa da polícia o que aí está. Sejamos um pouco mais profundos nas nossas afirmações e então encontraremos a verdadeira resposta para o caos de violência em que se encontra nosso País.

Se de um lado isso tem um fator positivo por despertar continuamente a cidadania, de outro é causador de sucessivas frustrações, visto que não há solução imediata para questões tão intrincadas, cujo somatório, ao longo da vida da República, acabou por firmar tão tétrico quadro. Some-se a isso a situação em que se encontra a humanidade que assiste, estarecida, a fatos indicadores da possibilidade de uma nova guerra. O terceiro milênio mostra aos incrédulos cidadãos de bem de todo o mundo o desfazimento da Organização das Nações Unidas, com o retorno à Liga das Nações, de antes da 2ª Guerra Mundial, perdendo-se assim todo o esforço que se fez, ao longo de tantas décadas, na busca da felicidade geral da humanidade. Há uma concreta desordem mundial quando se acredita que o poder da força vale muito mais do que o poder do argumento, exercitado por nós nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente, presenciei atos pacifistas, declarações de não-beligerância entre os países em vias de entrar em conflito: os Estados Unidos e seus aliados, de um lado, e o Iraque, de outro. Porém, quero chamar a atenção para o fato de



que existe uma guerra sendo travada diariamente neste País, e ela se dá, dentre outros, no campo da segurança pública. E precisamos estar atentos a isso, porque urge que demos uma resposta. Assistimos a todo momento lances pela televisão mostrando que essa guerra se trava exatamente no campo da segurança pública, em que a violenta criminalidade assume contornos de descontrole em um estado paralelo. Cito o exemplo do Estado do Rio de Janeiro, onde o narcotráfico quer mandar mais do que o Governo. Não podemos aceitar isso, não podemos ficar calados.

É com grande preocupação que vemos a situação daquele Estado com o qual nos solidarizamos. Trata-se de um confronto que vem deixando as famílias dos policiais civis e militares sem a presença do pai ou da mãe, servidores públicos que, pelo desempenho profissional, também perdem a vida no conflito ou são colocados em cadeiras de rodas ou afastados por motivos de saúde. Tudo em virtude do risco de vida a que estão sujeitos. Preocupado em defender a sociedade, o policial coloca sua vida em risco, mas me parece que isso não está sendo visto por grande parcela da sociedade. Não concordamos com isso.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Antonio Nogueira.

O Sr. Antonio Nogueira - Nobre Deputado Coronel Alves, estou atento ao seu discurso. V.Exa., um dos bons militares do Estado do Amapá, é muito feliz quando toca na questão da segurança pública no Brasil. Não é verdade tudo o que se diz de negativo sobre a polícia. Temos grandes exemplos, no Amapá, de que a polícia pode ser cidadã também. Foi isso que vimos nos últimos anos naquele Estado: a implantação de uma polícia cidadã, interativa, que atua juntamente com a comunidade. Por esse motivo, o índice de violência no Estado do Amapá foi bastante reduzido. Também contribuíram para isso o pagamento, por parte do Governo, de um bom soldo aos militares e a nova idéia que passou a existir sobre a relação polícia/bandido. Aproveito a oportunidade para registrar que o Estado do Amapá está bem representado por V.Exa. nesta Casa, grande conhecedor da segurança pública no Brasil. Parabéns pelo seu discurso.

O SR. CORONEL ALVES - Muito obrigado, Deputado Antonio Nogueira.

Ouçó, com prazer, o Deputado Wladimir Costa.



O Sr. Wladimir Costa - Deputado Coronel Alves, tenho por V.Exa. sentimento de apreço e admiração. A relação de irmandade entre os Estados do Pará e do Amapá deixa-me à vontade para realçar suas palavras e felicitá-lo. O Estado do Amapá está de parabéns tendo V.Exa. como seu representante nesta Casa, tendo sido um dos Deputados mais votados. Já acompanhávamos sua atividade como policial. Felicito V.Exa pela preocupação com a falta de segurança pública, fato que nos causa arrepios e temor. Parabenizo o Estado do Amapá pela excelente escolha. Tenho acompanhado a labuta diária de V.Exa em defesa daquele Estado. A relação de irmandade e de amizade entre paraenses e amapaenses nos deixa orgulhosos. Estamos à inteira disposição de V.Exa para o que der e vier.

O SR. CORONEL ALVES - Muito obrigado, Deputado Wladimir Costa, pelas palavras de elogio.

Torna-se evidente que, por incrível que pareça, a violência começa a ter qualidade. Cada vez mais, os criminosos praticam seus atos com requinte, transformando-se em profissionais.

O altíssimo grau de insensibilidade de seus protagonistas, os criminosos, que não se condoem da família e da vítima, eliminada da forma mais cruel possível, chega ao limite do intolerável. Qualquer tipo de ação dos criminosos passa necessariamente por um planejamento.

Novamente cito o exemplo do Estado do Rio de Janeiro. E não o faço com a intenção de denegrir aquele Estado. Trago apenas o problema para discussão. Inclusive já falei das dificuldades que enfrentamos no Estado do Amapá. No Rio de Janeiro, verificamos ações criminosas planejadas que praticamente param o funcionamento do Estado e levam à intervenção federal, com a presença de tropas do Exército nas ruas. Isso parte necessariamente do princípio do planejamento, que eles estão realizando agora.

Podemos brincar e, por hipótese, dizer que, daqui a pouco, eles estarão recebendo o prêmio ISO de qualidade pelo trabalho criminoso. Temos de nos preocupar com tal questão, se não ficaremos para trás, como já acontece em alguns lugares.



Há mais de quinze anos se trava uma estéril discussão sobre como devem ser as leis de polícia no País. Cobra-se, de modo contínuo, deste Parlamento o porquê de os debates não serem produtivos nessa área.

Na maioria das vezes, ao invés de melhorar a qualidade do aparelho policial, procura-se realçar exatamente as dificuldades e os erros, o que causa grandes transtornos aos seus integrantes, servidores dedicados à causa pública, inferindo-lhes o sentimento de inferioridade. Muitos estão insatisfeitos, porque, apesar de trabalharem com eficiência e de se dedicarem com afinco às suas atividades, ouvem as pessoas dizerem que os policiais só fazem coisas erradas.

Não é verdade: algo eles fazem de bom e, com certeza, continuarão fazendo. Assim, quando se enganam, tais atos são exacerbados ao extremo; quando acertam, não fazem nada mais do que a sua obrigação.

Por tudo isso, não é exagero dizer que há, no imaginário social, um sentimento geral de descrença. A criminalidade violenta tem causado uma espécie de banalização do mal. Parte das pessoas, infelizmente, já não mais acreditam na punição, na polícia, no Estado organizado. Descrêem da democracia como forma de debate civilizado. Passam, com isto, ao largo das questões. A desesperança se instala num processo continuado, precursor de nova onda de flagelo.

Entre nós, à medida em que tomamos conhecimento do que ocorre em todo o mundo, eis que podemos até assistir, hoje, assentados no conforto dos sofás de nossas casas, aos primeiros disparos "cirúrgicos" das canhoneiras voadoras de controle remoto ou guiadas por satélites ou ao o explodir de homens-bomba em movimentados shopping centers ou restaurantes, escolhidos a dedo para gerar o máximo de efeito de mídia. A banalização do mal cresce nossa descrença. É a desvalorização da vida. É o desfazimento dos laços que ligam as pessoas de bem. É a desesperança levada ao extremo, pela generalizada preocupação com o crescimento numérico da criminalidade e com o tráfico de drogas e de armas.

Não menos preocupante, como já frisado, é a concreta constatação dos seus efeitos negativos. E não é para menos. Crimes, violentos ou não, contra a pessoa (agressões, homicídios, estupros e seqüestros), contra o patrimônio (latrocínios, assaltos e também extorsão mediante seqüestro), o crime organizado



(contrabando de armas, assalto a bancos, seqüestro e tráfico de drogas), a corrupção , os crimes contra o sistema financeiro e previdenciário, a má administração penitenciária etc. são um resumo dramático, aliado agora à audácia dos traficantes em desafiar, de peito aberto, a ordem pública no Estado do Rio de Janeiro, ateando fogo a veículos particulares, a ônibus de transporte público ou em ações que já chegam perto das praticadas por terroristas internacionais, e, pior, segundo se informa, comandadas de dentro de presídios.

Torna-se evidente assim a incrível "qualidade" da violência criminal, pelo altíssimo grau de insensibilidade de seus protagonistas, que não se condoem mais da vítima, de sua família e de sua eliminação da forma mais cruel possível. Chegamos ao limite do tolerável.

É preciso resgatar urgentemente os valores positivos de nossa sociedade organizada. Este deve ser um compromisso nosso, tanto com os cidadãos de hoje quanto com os cidadãos de amanhã, sob pena de que, futuras gerações invertam a sua polaridade.

Fato é que virou letra morta o § 7º do art. 144 da Constituição Federal. Numa única oportunidade, o legislador constituinte afirmou a necessidade de integrar e fazer funcionar eficientemente o aparelho policial. Mas o Executivo Federal, neste tempo todo, com exceção da pressão dos últimos três anos, não tomou iniciativas para melhorar as nossas leis de polícia. Quando um ou outro fato mais contundente ocorre, logo se apresentam planos para solução do caso, sem planejamento de longo prazo.

Quem não se lembra: o Governo Fernando Henrique Cardoso só elaborou o Plano Nacional de Segurança Pública quando houve aquele incidente dentro de um ônibus, novamente no Estado do Rio de Janeiro, em que a polícia atingiu a refém e depois o bandido apareceu morto dentro de uma viatura. Após o episódio veio a solução emotiva para dar resposta aos apelos da sociedade.

Não é isso que nós — este Parlamento e a sociedade brasileira — queremos. Almejamos ações pensadas, planejadas com inteligência, para combatermos — repito — aqueles malfeitores que já têm até qualidade nas ações e estão cada vez



mais se desenvolvendo. É isso que a polícia quer: trabalhar para proteger e defender o cidadão.

Passamos, então, a discutir toda essa questão. Recorro a trechos de entrevista concedida ao jornal O Liberal pelo ilustre jurista paraense Edmundo Oliveira, de renome internacional, publicada ontem, 9 de março de 2003, com a seguinte advertência:

"Não há como eximir o Governo pela ausência de uma política de segurança pública consistente com o sadio exercício da cidadania no regime democrático. Infelizmente, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, quase nada se fez nesta direção. É urgente que o novo governo assuma outra postura e, de fato, inclua essa questão como uma prioridade tão importante quanto o combate à fome e à desigualdade. O Poder Público subestimou a capacidade de organização dos criminosos e suas engenharias de terrorismo urbano".

Nada mais é do que aquilo falamos.

O Deputado Antonio Nogueira, que contribuiu com a nossa fala, comentou a questão da aplicação da polícia, respeitando a cidadania e os direitos humanos. E é isso o que está dizendo o eminente jurista na matéria do jornal O Liberal de ontem, ao analisar a falta de assistência do Estado nos últimos oito anos. O que cresce com isso? O crime organizado, o tráfico, o contrabando, a violência, a barbárie. Repito: não é isso o que a sociedade quer.

Ora, as leis de polícia no Estado Democrático de Direito se propõem a manter a ordem pública e a assegurar a proteção dos cidadãos, garantindo-lhes os direitos individuais coletivos e sociais contra o crime e a criminalidade e contra atos anti-sociais que alterem a ordem pública, tudo dentro do perfeito ajuste legal. Queremos condições legais para trabalhar, dentro do Estado Democrático de Direito, no combate à criminalidade e na proteção à sociedade.

Lei e ordem são palavras de expressão constitucional, por vezes execradas por cientistas políticos interessados em ver na sua realização o exercício do Estado autoritário, em confronto com o Estado Democrático de Direito, sem levar adiante a discussão do início do século — brasileiros de todos os rincões nunca execram o lema da bandeira nacional que reproduz a palavra ordem.



O povo brasileiro é um povo ordeiro, que respeita as leis, que deseja que a lei seja respeitada e venha em sua defesa, em sua proteção.

Para isso, o brasileiro está atento. A sociedade cobra, e precisamos dar a resposta. Vemos atos de vandalismo que se assemelham a ações terroristas. Difícil acreditar que estamos no Brasil. E ficamos a nos perguntar como e por que chegamos a uma situação limite como essa.

Jornais e revistas noticiam que no Brasil já existem pessoas das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) planejando ações no Rio de Janeiro. Eu não duvido disso, é bem possível. As ações praticadas no Estado do Rio de Janeiro são inteligentes, muito próximas de ações de guerrilhas.

Advogamos, portanto, que uma ação de polícia há de ser vista muito além da consagrada nos ensinamentos das academias, que as situam no campo da segurança, da moralidade, da salubridade e da tranquilidade pública. O que importa é o sentido de proteção às pessoas, aos direitos individuais, à ordem democrática, bem como a valorização do trabalho incansável dos policiais.

Não se pode pensar que o policial está simplesmente cumprindo a sua jornada de trabalho — não desmerecendo o trabalho não menos importante do gari. Antes de tudo, ele está colocando em risco sua própria vida, em defesa da sociedade. É isto o que eles querem: reconhecimento.

Todo esse debate vem em boa hora, pois discutiu-se muito, nos últimos dez dias, o porquê do emprego do instrumental militar policial, com as forças federais empregadas na segurança dos cidadãos e da comunidade do Rio de Janeiro, no último carnaval e, agora, com arranjos institucionais que visem a reforçar o aparelho de segurança pública daquele Estado, e até mesmo à federalização de presídios de segurança máxima. Ora, tudo isso porque não se quer pensar, planejar, dar a resposta. Precisamos responder urgentemente.

Essa não é a primeira vez que ocorre tal situação; no passado, já ocorreu isso. Agora, ela ganha contornos outros, que as anteriores não possuíam.

Estamos no processo culminante do Estado Democrático de Direito, com o sentimento de cidadania muito bem presente e com a plena efetivação do Ministério da Defesa, que, pela primeira vez, depara-se com uma situação desta.



É importante frisar que, com o emprego do militar das Forças Armadas na atividade de policiamento ostensivo, ele será julgado pela Justiça Comum — como aconteceu recentemente no caso do militar que utilizou sua arma contra o avanço de uma barreira. Sem dúvida, esse incidente gerou uma nova discussão. O militar das Forças Armadas — Exército, Aeronáutica e Marinha — em atividade de polícia passará a ser julgado pela Justiça Comum. E aí, meus senhores, é outra discussão.

Ora, a realização da lei e da ordem, clima importante para o exercício da vida democrática, impõe que o Estado tenha seu monopólio de coerção, que se exercita em nome da sociedade e do cidadão. O Poder Público, portanto, precisa estar bem aparelhado.

A expressão constitucional "responsabilidade de todos", inserta no art. 144, caput, nunca poderá servir de desculpa para o Poder Público se eximir de sua primeira responsabilidade, pois a segurança pública é, em primeiro plano, dever do Estado e direito do cidadão.

É preciso que o Estado tenha coragem de "pagar" o preço da ordem pública, pois se não o fizer, poderá ficar submisso a teses e teorizações que nada acrescentam ao mundo prático, especialmente quando se arvoram em pseudo-argumentos de não ferir os direitos humanos. É preciso, na verdade, ampliar este conceito para proteger, não somente as vítimas do avanço da criminalidade violenta, bem como os profissionais que se dedicam a controlá-la.

Sabemos que não escapa aos estudiosos que a ordem pública, no Estado moderno, passa a ser um conceito instrumental para o alargamento do papel interventivo do Estado, nos vários campos da atividade humana. Como salienta Diogo de Figueiredo Moreira Neto, completando a idéia acima, a ordem pública "passa a servir, não só ao Poder de Polícia e aos serviços públicos como ao ordenamento social, novas modalidades de ação do Estado, presentes nas Constituições do Séc. XX".

Não se pode deixar de considerar outros dois aspectos da questão. Em primeiro lugar, ao cidadão comum, não interessa, absolutamente, se quem lhe está garantindo segurança é militar, civil, federal, estadual ou municipal. Para ele,



pouco importa de onde venha. De outro turno, é importante reconhecer que em sociedades complexas, como a brasileira, salientando a cultura latino-americana de focar o Estado-Administração ou o Estado-Justiça, as chamadas leis de polícia tendem a levar muito tempo para se aperfeiçoar.

Enquanto isto não ocorre, e muito deste tempo pode ser encurtado por obra deste Parlamento, teremos as realidades culturais diferentes, de sul a norte, de leste a oeste. Continuaremos a ver a "estrutura formal" da polícia brasileira em constantes conflitos com a "estrutura informal". Teremos acirradas as diferenças traduzidas em linhas de pensamento marcadas por orientações decorrentes da organização federal, num permanente conflito entre União, Estados e Municípios.

Em resumo, Sr Presidente, cabe perguntar do acerto da decisão do emprego das Forças Federais no Rio de Janeiro.

Respondemos afirmativamente. Porém é preciso alertar que é preciso encontrar outras alternativas. Assim, apoiamos as medidas tomadas, em atendimento do Governo daquele Estado Federado, nas circunstâncias especiais em que ocorreram. Mas, friso novamente, o fazemos com muita preocupação. Alertamos que esta é uma medida extrema, embora todos estejam convictos de que se chegou a uma situação limite. E quem assiste pela televisão a dezenas de ônibus e de carros incendiados passam a ter esta mesma sensação. Somos contrários ao emprego das Forças Armadas em operações de polícia, e o dizemos pelo fato de que a nossa experiência profissional nos ensinou, ao longo da carreira, que não devemos acreditar exclusivamente no uso da força e da violência legítima para resolver problemas de segurança e de proteção dos cidadãos.

Nunca é demais dizer que as Forças Armadas são responsáveis pela lei e pela ordem, de acordo com o art. 142, final, da Constituição brasileira. E, para tanto, têm competência para atuar em missão militar policial, em auxílio à atividade principal do Estado Federado, responsável, com emprego de suas forças policiais, civil e militar, pela segurança pública. Há um sentimento generalizado de exaltação ao trabalho dos militares, pois se acham em cumprimento de ordem emanada do Exmo. Sr. Presidente da República para atuar numa situação delicada em defesa da ordem. Mas saliente-se que se trata de uma missão



secundária em seu rol de missões, mas importante para a segurança dos cidadãos e da sociedade.

Não se trata de uma situação agradável aos Militares. Eles cumprem ordens mas o exercício desta missão envolve risco considerável, não especificamente no tocante à vida e sua integridade física, mas seguramente em função de estarem numa excepcional situação, potencialmente geradora de problemas de complexa solução, muito embora tenham o apoio dos cidadãos.

Por outro lado, o que fazer para melhorar a qualidade da segurança pública, especialmente das nossas leis de polícia, a fim de evitar ao máximo o envolvimento das Forças Armadas como polícia ostensiva?

Como ficou salientado no exame de inúmeras variáveis da questão, há um elemento básico, diferenciador, da ação dos organismos de segurança neste momento da vida brasileira. E isto se funda na constatação inequívoca de que há necessidade de um controle estatal do crime e da macrocriminalidade organizada e do tráfico de armas e de drogas.

Empregamos a palavra controle, evitando empregar outras como combate e repressão, se bem que é isto que parece quererem os cidadãos, transparecendo ser esta a idéia do imaginário social. Sim, precisamos de um controle.

Para tanto, não podemos ignorar que a macrocriminalidade é um fenômeno mundial. Não há, com efeito, como negar a mundialização do consumo de drogas e a transnacionalização do mercado, com toda a rede de interesses que o fenômeno implica, inclusive os conflitos de interesses entre países. De outro turno é preciso lembrar que, tratando-se de criminalidade, o mecanismo interno das relações sociais admite sempre a possibilidade de desvios, do conflito, do crime, da violência, o que se realça num contexto da vida moderna, em face da competição, de hostilidade, de anomia e, até mesmo, hoje, pela situação internacional nada animadora que pisoteia a paz em nome de uma guerra que joga por terra os instrumentos da humanidade em busca de uma convivência civilizada.

Nunca é demais lembrar que no Brasil a retórica da globalização e da modernização colide com a da compartimentação e da simplificação do problema



da violência. Com isso passa a vigorar uma idéia de que soluções locais são inócuas para controle do crime e já não possuem eficácia de outros tempos.

O controle a que nos referimos implica romper com qualquer tipo de passividade ou indiferença com a entrada de drogas e de armas, numa ação inteligentemente coordenada a partir de ações concretas do Governo da União, buscando, através do Ministério da Justiça, compreender as diferentes realidades do País plural que é o Brasil, dando a cada instituição o valor que merece, procurando melhorar as condições de vida e de trabalho do cidadão policial e buscando ainda fazer com que as policias trabalhem integradas entre si e com os demais organismos estatais de proteção dos cidadãos e da comunidade.

Este controle envolve ações concretas de curto, médio e longo prazos, com ações voltadas para a melhoria das condições de vida dos cidadãos, buscando constante aperfeiçoamento de suas condições de cidadania investindo — investindo mesmo — na juventude, com ações envolvendo educação e esporte.

Este controle envolve, repito, o efetivo combate ao narcotráfico e ao tráfico de armas, a partir das fronteiras, empregando-se as Polícias Militares, na condição de Forças Auxiliares e de Reserva do Exército.

Portanto, sob o comando federal e pagas pela União, nos locais onde inexistam forças federais suficientes para vigilância em toda a área de fronteira, as agências e os recursos da União (Receita Federal, Banco Central, Forças Armadas) devem se empenhar na solução dos problemas decorrentes da globalização atinentes ao assunto — drogas e armas e seu financiamento em dólar, lavagem de dinheiro, comercialização.

Este controle seria alcançado com o envolvimento da universidade no estudo científico de questões tão intrincadas, propiciando condições para que se conheça melhor a instituição policial e seus integrantes, promova-se a interação de seu trabalho com a sociedade civil.

É preciso reconhecer que o pleno controle de questões ligadas ao crime organizado e sua associação com o narcotráfico passa a configurar, em sociedades como a nossa, uma situação excepcional de uso do monopólio de coerção, além do emprego normal da força policial. A analogia com a constante



corrosão do tecido social que uma criminalidade não controlada vai provocando chega a aproximar esta situação com a de uma verdadeira guerra civil ou a de um caos social (não estará assim no Rio?), demandando, em conseqüência, respostas efetivas de lei e de ordem, como manda a Constituição brasileira.

Há várias fases neste processo, não sendo descartados os constantes apelos de legitimação (pelas constantes sugestões da mídia conclamando os militares nas ruas), a da racionalização-atijamento (quando se pede a presença física deles, mesmo que seja no confronto direto com vândalos e traficantes) e a da racionalização-desilusão (quando se procura justificar os erros e desacertos de operações que os envolvem ou se chega a conclusão de que este não é o caminho correto a seguir).

A questão estaria deixando de ser de segurança pública para se colocar como de defesa nacional, pois somente assim se criam situações onde se barra por completo o estado paralelo, que ficaria sem condições propícias para se instalar.

Meu posicionamento é de reafirmar a idéia do sistema de segurança pública que se concentre, não apenas na questão policial, mas um conjunto polícia, Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública, advocacia criminal, subsistema carcerário e a legislação criminal. O pressuposto é o de que este sistema funcione articuladamente no sentido de que os indivíduos sejam desestimulados a delinquir e, caso o façam, sofram a exemplar repressão e a conseqüente punição.

Não estamos defendendo permanentemente situações como a do emprego das Forças Armadas no Rio. Isto deve ser a exceção das exceções. Não é justo que os militares sejam expostos como policiais, induzidos pela retórica emocional da sociedade, de autoridades e dos meios de comunicação e sejam colocados em ação sem conhecer os limites impostos pelas leis e que sejam responsabilizados individualmente. Haverá certamente uma série de indagações na hora de se procurar a culpa pelos erros das decisões e políticas equivocadas. A polícia sempre assume casos. O mesmo certamente não ocorrerá com os militares federais. Daí o alerta que ora faço.

Finalizo, Sr. Presidente. Reafirmo a responsabilidade deste Parlamento no encontro de soluções duradouras para o problema que ora abordo.



Sei que nesta Casa já há estudos suficientes para, pelo menos por enquanto, mostrar à sociedade que algo já se fez. Refiro-me ao trabalho produzido pelo nosso companheiro Deputado Alberto Fraga no Relatório da PEC 151-B, num trabalho bem conduzido pela Comissão Especial de Segurança Pública desta Casa, que após exaustivos estudos, ouvindo autoridades, estudiosos, cientistas sociais, representantes de associações de policiais civis e militares, traz sugestões que se ajustam ao discurso que ora termino, eis que o relatório, em sua essência, procura enaltecer e dignificar a função policial, a fim de que as instituições de segurança pública e seus integrantes possam ter as mínimas condições de exercerem sua nobre profissão, em benefício da sociedade brasileira.

Esses e outros aspectos devem ser trazidos para discussão nesta Casa. Deixo uma contribuição a esta Casa: o conhecimento adquirido ao longo de 28 anos da minha vida como policial militar revela que a sociedade quer um basta para tudo isso. A sociedade não agüenta mais! A sociedade — civil, militar, municipal, estadual ou distrital — quer proteção e a garantia dos seus mais simples direitos, como o de ir e vir. A sociedade quer ir à praça, à lanchonete e ao cinema com a certeza de que voltará. É isso o que ela nos cobra. E é para isso que vamos trabalhar. Temos a responsabilidade de trazer respostas para a grave situação em que se encontra nosso País.

Muito obrigado.



Documento 13/53

011.1.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2003-18:10

Publ.: DCD - 11/03/2003 - 5709 PASTOR REINALDO-PTB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Escalada da violência no País. Ineficiência das políticas destinadas ao setor de segurança pública. Contribuição da impunidade para o aumento dos índices de criminalidade. Influência perniciosa dos meios de comunicação de massa na formação moral de crianças e adolescentes. Importância da valorização das polícias. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. PASTOR REINALDO (PTB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje à tribuna externar minha preocupação, a qual penso também ser de grande parte dos meus ilustres pares, qual seja o estado atual da violência urbana, que grassa por todas as principais cidades do nosso País.

Esse assunto, motivo de tantas manifestações na tarde de hoje, deve ser realmente uma grande preocupação desta Casa e do País.

Este é um dos meus primeiros pronunciamentos nesta Casa. Estou certo, porém, de que o tema tem sido muito discutido neste plenário nos últimos anos.

Tomei conhecimento, nesses poucos dias em que tenho aqui participado de atividades legislativas, da grande quantidade de trabalho desenvolvido no campo da segurança pública nas últimas Legislaturas, com diversas Comissões Especiais



criadas para a análise da criminalidade e da violência, além das atividades precípuas das Comissões Permanentes ligadas à matéria.

Vimos, então, que muitas Comissões Especiais têm tratado do assunto, durante longos períodos, com a participação de altas autoridades administrativas federais, estaduais e municipais, dos órgãos policiais, bem como de muitas personalidades da esfera do Judiciário, das instituições representativas da sociedade e mesmo de membros da população.

Certamente, Sr. Presidente, sempre foi muito enriquecedora essa participação de todos para o levantamento dos muitos aspectos intrínsecos, importantes, dos problemas da segurança pública.

O próprio Executivo Federal, há alguns anos, chegou a instituir o Plano Nacional de Segurança Pública, com mais de cem metas estabelecidas, e tentou implementá-lo após grande alarde na mídia em termos de noticiários e de entrevistas.

Entretanto, Sr. Presidente, o que de concreto temos visto? Será que todas aquelas providências adotadas surtiram os efeitos necessários e esperados?

Pode até ser que algum benefício se possa constatar, mas não como solução real. Apenas como alguns paliativos para os problemas da violência em nosso País.

O que podemos comprovar com certeza, Sr. Presidente, é o vertiginoso crescimento, nos últimos tempos, de quase todos os índices que comprovam o aumento da criminalidade e da violência urbana: desde homicídios, seqüestros, estupros, até os crimes de cunho financeiro, ou mesmo de gravíssimos acidentes fatais.

Temos assistido a muitas autoridades do novo Governo ligadas à segurança pública externando sua preocupação a respeito e declarando sua predisposição ao estudo e à redução da criminalidade. Sabemos, no entanto, que as causas desse grave fenômeno são múltiplas, complexas e de difícil solução em curto prazo.

Não se antevêm mudanças, Sr. Presidente, sem correção de rumos na atuação das três esferas de Poder. O Executivo deverá adequar profundamente seus órgãos de repressão; o Legislativo deverá fazer grandes alterações na legislação



existente; o Judiciário deverá se pautar por uma legislação criminal mais dura, voltada para coibir eficazmente os grandes descabros causados pelo crime cada vez mais organizado.

Acima de tudo, devemos nos preocupar mais com a quase total impunidade atual dos criminosos, o que está, enfim, na raiz da banalização da violência de hoje em dia.

Assim, Sr. Presidente, queremos dizer desta tribuna que estaremos sempre predispostos a nos dedicar diuturnamente à busca das soluções para esse grave problema que tanto aflige nosso povo.

Como já ocorrera em tempos anteriores com agentes arrecadadores de impostos em nosso Estado, como os fiscais de ICMS, por exemplo, que recebiam comissão pelas multas que aplicavam, sugiro que o agente policial, que expõe sua vida constantemente, dependendo do grau de criminalidade do bandido preso por ele, receba alguma compensação.

É preciso descobrir também as causas que têm provocado tanta criminalidade. Como cristão, evangélico e alguém que lida intimamente com pessoas que falam de seus problemas familiares, vejo que muitas vezes as causas têm sido pela quebra dos valores, os mais simples e rudimentares quanto à questão moral. O padrão família já não existe no seu modo original. A liberalidade confundiu-se com libertinagem.

As pregações dos religiosos perdem de longe para as novelas e até os jornais que apregoam a violência na TV aberta. O incentivo ao roubo, ao crime, ao apelo sexual, à prática da lei de levar vantagem em tudo, tem motivado nossos baixinhos — como muitos os chamam — a entender que é assim que se progride na vida.

Citei há pouco o caso dos fiscais de impostos que recebiam comissão pelo trabalho feito. Minha sugestão é que os policiais, que expõem suas vidas, também recebam algum tipo de incentivo, embora a vida tenha valor muito maior do que qualquer outra coisa.

Também notamos que os pais abrem mão do direito de educar seus filhos e os entregam aos cuidados de animadores de televisão que passam para nossas



crianças a idéia de que, para se ter um filho, não é mais necessário ter uma família.

Além de não observar a constitucionalidade da união civil, esse pensamento ignora os padrões mais elementares da família. Há algum tempo, conhecida comunicadora do público infantil resolveu ter um filho. Creio que foi uma criança gerada não por amor, mas por uma produção da sua então produtora de programas, que arrumou o reprodutor. Isso causou acréscimo muito grande de meninas com idade entre 11 e 13 anos grávidas. Muitas achavam que isso era certo.

Uma das instituições com que nos preocupamos é a família, tendo em vista que a violência muitas vezes advém de seu desequilíbrio. Na condição de cristão, repito, esse é um tema que nos preocupa muito.

Aproveito a oportunidade para homenagear as mulheres e as servidoras presentes no plenário pela passagem do dia 8 de março. Certa vez alguém disse que as mulheres jamais seriam tão capazes quanto os homens, porque a elas lhes faltariam os conselhos delas mesmas. Se somos bem-sucedidos, é porque temos mulheres que nos auxiliam e aconselham. Nossa homenagem e reconhecimento às mulheres pela passagem de seu dia.

Pedimos a Deus que abençoe este País, que haja mais rigor para com os criminosos. Infelizmente, eles estão muito bem organizados: manipulam áreas em nossos Municípios, bloqueiam vias, incendiam veículos, assaltam e fazem verdadeiros arrastões.

Solicito que meu pronunciamento seja divulgado no programa A Voz do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) Autorizo o registro do pronunciamento de V.Exa., conforme sua solicitação.



Documento 14/53

011.1.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2003-16:46

Publ.: DCD - 11/03/2003 - 5695 GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Aplausos ao veterinário pernambucano Antônio José de Lima pelo trabalho intitulado República do Boer, apresenta curiosidade sobre o Bode. Apresentação de requerimento de informações ao Ministério da Justiça acerca de demissões e assassinatos de policiais rodoviários federais. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveitarei o tempo que me é destinado para fazer três importantes registros.

Primeiro. A região sertaneja possui várias características que a distinguem dentro do nosso complexo cultural e econômico nacional. Dentre elas, destaca-se a caprinovinocultura. Mesmo sendo explorada em quase todas as regiões do mundo, em áreas de diferentes climas, solo e coberturas vegetais, é no sertão nordestino que ela se sobressai.

Entretanto, essa atividade só apresenta expressão econômica em poucos lugares, e geralmente é desenvolvida em sistema extensivo e com baixa tecnologia.

Segundo a FAO, a Austrália, a China e a Nova Zelândia concentram, respectivamente, 14%, 9% e 5% do efetivo mundial do rebanho ovino. Já os



maiores criadores de caprinos são a Índia, a China e o Paquistão, que detém, respectivamente, 20%, 15% e 6,5% do rebanho mundial.

Ultimamente, a caprinovinocultura é vista como uma das poucas saídas dignas e honradas para o mini, pequeno, médio e grande produtor rural no semi-árido nordestino. A partir dessa constatação, vários estudiosos se desdobram em apresentar pesquisas a respeito do tema.

No trabalho intitulado: República do Boer, apresenta curiosidade sobre o Bode, o veterinário pernambucano Antônio José de Lima, faz uma minuciosa descrição da essência do animal no nosso meio.

Através de uma linguagem fácil e descontraída, ele fala desde os primeiros contatos do homem com o bode — narrados no Velho Testamento — até a realidade atual da caprinovinocultura. Sem esquecer das curiosidades e bizarrices ligadas ao tema.

Gostaria, Sr. Presidente, de encaminhar meus cumprimentos ao veterinário Antônio José pelo excelente trabalho prestado à população da região sertaneja de Pernambuco.

Segundo registro. Encaminhei ao Sr. Ministro da Justiça requerimento de informações em que indago sobre o número de policiais rodoviários federais assassinados entre 1995 e 2002. Assustou-me a estatística das mortes desses bravos servidores da segurança pública. Por que tantos policiais são assassinados e não há providência alguma? Questiono ainda S.Exa. quanto ao número de policiais rodoviários demitidos no período e os motivos dessas demissões.

TTTerceiro registro. Não tive oportunidade de saudar as mulheres na sexta-feira, dia 8 de março, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

Sempre lamentei o fato de grande número de mulheres não terem atingido seu desenvolvimento. Por isso, é com bons olhos que vejo a bancada feminina nesta Casa, ainda que pequena, porém composta de mulheres de todas as raças, lideranças de sindicatos ou outros segmentos representativos da sociedade.

Transmito meus cumprimentos às mulheres brasileiras — e entre meus filhos, oito são mulheres — , por intermédio de suas representantes neste Parlamento, pulmão da democracia. Sem mulher não há democracia.



Era o que tinha a dizer.



Documento 15/53

011.1.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2003-15:06

Publ.: DCD - 11/03/2003 - 5680 ROBÉRIO NUNES-PFL -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Defesa de extensão do programa de transporte escolar gratuito aos estudantes do nível médio. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. ROBÉRIO NUNES (PFL/BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje tomei a iniciativa de pedir a palavra para expor aos nobres colegas Parlamentares minha preocupação com o problema do transporte escolar em nosso País, pois recentemente recebi do Prefeito de Macaúbas, Município do meu Estado da Bahia, ofício que me motivou a tratar desse assunto.

O ilustre Prefeito havia enviado consulta ao Tribunal de Contas dos Municípios sobre a possibilidade de a Prefeitura arcar com os custos do transporte, usando recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o FUNDEF, para atender a demanda de alunos pobres da zona rural que concluíram o ensino fundamental e desejam cursar o Ensino Médio. Como argumentação para sustentar a importância desse transporte, o Prefeito informa que, com o advento do FUNDEF, os estudantes que habitam nas comunidades rurais estão concluindo o segundo ciclo do ensino



fundamental e demonstram interesse em continuar seus estudos no ensino médio. De acordo com os dados da Prefeitura, o número de concluintes da 8ª série nos anos 2000, 2001 e 2002, em todos os colégios do Município, chegou a 255, 411 e 486, respectivamente.

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia respondeu ao Prefeito de Macaúbas que, com base na Lei nº 4.320, de 1964, os recursos de um fundo especial somente podem ser utilizados para atender ao objeto de sua vinculação. E conforme o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério — FUNDEF, os recursos desse Fundo visam apenas e exclusivamente a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público. Conclui o TCM da Bahia que os recursos do FUNDEF não podem ser utilizados em despesas relativas a outro nível de ensino; portanto, as Prefeituras Municipais não podem dispor dos recursos do FUNDEF para custear o transporte escolar de alunos do ensino médio público.

Além dessa argumentação do TCM, cabe ressaltar que, de acordo com a Constituição Federal e a LDB, a oferta do ensino médio à população brasileira é responsabilidade dos Estados, e não dos Municípios, aos quais cabe a educação infantil e, em conjunto com os Estados, o ensino fundamental. Além disso, segundo a LDB, os Municípios podem atuar em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de atuação, ou seja, as do ensino fundamental e da educação infantil, e ainda assim com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino, ou seja, acima do mínimo de 25% da receita resultante de impostos, fixado no art. 212 da Constituição.

Por fim, conforme a Constituição Federal, o dever do Poder Público para com a educação efetiva-se por meio do atendimento ao educando, no ensino fundamental, com programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Esse dever não se estende, pois, ao ensino médio.



Em consequência da legislação vigente, o Programa Nacional de Transporte Escolar — PNTE, por meio do qual o MEC repassa recursos financeiros a Municípios para aquisição de veículos para o transporte escolar de alunos da zona rural, direciona-se também exclusivamente para o ensino fundamental.

Portanto, estamos diante de um problema sério: em síntese, os Municípios não podem pagar o transporte escolar para alunos do ensino médio com recursos vinculados pela Constituição Federal às despesas com ensino, e os Estados e a União não têm destinado recursos para esse fim.

A solução dessa questão implica duas ordens de providências. Em primeiro lugar, trata-se de estender o dever do Poder Público para com o transporte escolar aos estudantes do ensino médio público e definir com clareza a que esfera de governo cabe essa tarefa. Essas são providências de ordem legal, para as quais é decisiva a concorrência desta Casa Legislativa. Em segundo lugar, trata-se de prover nos orçamentos públicos os recursos necessários para garantir transporte para os alunos do ensino médio das escolas públicas.

Somente assim será possível assegurar a continuidade dos estudos no nível médio para os concluintes do ensino fundamental oriundos de famílias de baixa renda e residentes na zona rural, o que é imperativo para a inserção no mundo do trabalho e o exercício consciente da cidadania nesta sociedade do conhecimento e da revolução científica e tecnológica.

Aproveito esta oportunidade para parabenizar a mulher brasileira, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Nossas colegas neste Parlamento são uma prova de que as mulheres ocupam cada vez mais espaço na sociedade, demonstrando a importância da atuação feminina na conjuntura nacional.

Parabéns às mulheres brasileiras, particularmente às mulheres da minha querida Bahia.

Muito obrigado.



Documento 16/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-19:42

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6164 VANESSA GRAZZIOTIN-PCDOB -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Realização, pelo Congresso Nacional, de sessão solene ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM. Sem revisão do Orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita satisfação, ouvi, no dia de hoje, vários Parlamentares, Deputados principalmente, falarem sobre a mulher. Disseram que não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, não bastasse ser vítima da sociedade dividida em classes, em que determinada maioria trabalha para favorecer pequena minoria de privilegiados, a mulher sofre uma discriminação a mais, a de gênero, em decorrência da herança que permeia a sociedade, fortemente marcada pelo patriarcado.

Ficaria mais contente ainda, Sr. Presidente, se significativo número dos Parlamentares que se pronunciaram no dia de hoje pudesse, amanhã, também participar da Sessão Solene do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no último sábado.

A evidente presença masculina é essencial no sentido de mostrar à sociedade brasileira que a luta das mulheres em busca da sociedade mais justa e da



democracia mais concreta e evidente não é somente delas, mas também de homens.

Não há dúvida de que o grau de participação da mulher no Poder Público é internacionalmente considerado como um dos indicadores para medir a democracia.

Sr. Presidente, vários Parlamentares, Deputados e Deputadas, já se manifestaram sobre o tema e não repetirei o que disseram, mesmo porque o tempo não me permite, mas não há dúvida de que, nas últimas décadas, nós, mulheres, conquistamos importantes avanços.

Antes da década de 30, sequer tínhamos o direito de votar, quanto mais de sermos votadas. Hoje, temos o direito ao voto; não mais estamos submetidas ao fato de o homem ser o cabeça do casal, o chefe da família. A mulher pode perfeitamente ocupar tal lugar. Um terço das famílias brasileiras já são dirigidas por mulheres ou mantidas quase que exclusivamente por elas. Não podemos deixar de reconhecer tal fato, mas ainda há longo caminho a ser percorrido.

Atualmente, somos 42 Deputadas na Câmara dos Deputados, num universo de 513 Parlamentares. Nas últimas eleições, houve crescimento superior a 40% da presença feminina. No Senado Federal, havia 5 Senadoras; hoje, são 10. Precisamos, porém, muito mais que isso, Sr. Presidente.

As recentes leis aprovadas pelo Congresso Nacional têm facilitado a participação da mulher na vida pública. O resultado das eleições está aí. Sem dúvida nenhuma, a necessidade da política de cotas é demonstrada a cada eleição, o que contribuiu significativamente para o aumento do número de mulheres no Parlamento.

Sr. Presidente, enquanto esperava minha vez de falar, observei, no painel eletrônico, que o Ceará não elegeu nenhuma Deputada Federal: os vinte Parlamentares do Estado são homens. O mesmo ocorreu no Estado de Pernambuco. Isso reflete distorções da sociedade brasileira que precisam ser corrigidas.

Reforço o convite aos Srs. Parlamentares para que compareçam amanhã ao plenário do Senado Federal, às 11h, onde realizaremos, as mulheres



Parlamentares, vitoriosa Sessão Solene em Homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigada.



Documento 17/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-15:36

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6090 INOCÊNCIO OLIVEIRA-PFL -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemorou-se em todo o Brasil e em vários outros países, no último dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, uma data simbólica do reconhecimento dos direitos da mulher e da sua inserção definitiva na cidadania social e política do Ocidente, embora em alguns países da Ásia e África o status da mulher ainda seja de sujeição, subordinação e até de escravidão.

Quero lembrar, a propósito, as palavras de H. G. Wells sobre o papel da mulher na vida das Nações: "Não há diferenças sociais enquanto as mulheres não entrarem em cena".

Hoje, elas constituem metade da população mundial, mas, lamentavelmente, ainda representam 70% dos pobres e 2/3 dos que não foram ensinados a ler e a escrever.

No passado, tanto no Ocidente, quanto no Oriente (e o Oriente, principalmente o Oriente islâmico, é lento em elevar-lhe o status e dar-lhe a cidadania plena), seu



papel restringia-se ao lar e às atividades agrícolas ou exclusivamente domésticas. Nessa tarefa, mantinha a unidade do núcleo familiar e contribuía para aumentar a renda da casa.

A luta pela emancipação política da mulher ganhou força somente a partir do movimento das sufragettes, em 1865, na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, na busca do direito de voto que permitisse às mulheres o acesso pleno à cidadania política. Antes elas já haviam conquistado, na França, o direito de acesso às reuniões sindicais e políticas. Em 1874, Josephine André chegou mesmo a fundar, na França, o primeiro Sindicato Feminino da Costura.

Não foi fácil o percurso até o pleno reconhecimento do papel político da mulher na sociedade. Custa mesmo a acreditar que um político da dimensão de Gladstone, na Inglaterra, se tenha oposto ao movimento das sufragistas inglesas. Stuart Mill defendeu-as; e, em 1918, o direito de voto foi dado na Inglaterra às mulheres com mais de 30 anos. Em 1928, reduziu-se o nível da idade votante para 28 anos. Nos Estados Unidos, esse direito só foi conquistado em 1920; e, na França, em 1944. Mas, àquela altura, a mulher já estava no Ocidente presente em quase todos os campos da atividade econômica e intelectual. Foi, pois, um longo e penoso caminho o de sua emancipação, para que ela saísse do gineceu, na Grécia, e alcançasse o comando político de Nações. No Brasil, o direito de voto somente foi concedido às mulheres pela Constituição de 1934.

No século XX, ficaram os exemplos de Madame Curie, na Ciência; de Eleanor Roosevelt, Indira Ghandi, Violeta Chamorro, Corazón Aquino, para citar apenas algumas, na Política; de Gertrude Stein, Virginia Wolf, Gabriela Mistral, Rachel de Queiroz, Marguerite Yourcenar, Clarice Lispector, na Literatura; e de Maria Montessori, na Educação.

No Brasil, são inúmeros os exemplos de mulheres que se destacaram em vários setores da atividade humana. Lembraria Berta Lutz, Rose Marie Muraro, Carlota Pereira de Queiroz, Darcy Vargas e Ana Nery.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero reservar um espaço todo especial na minha intervenção para as mulheres de Pernambuco, desde o século XVI, e fazer menção ao livro de Henrique Capitolino Pereira de Mello, intitulado



Pernambucanas Ilustres, no qual traça os perfis de algumas heroínas da nossa história, a começar por Maria do Espírito Santo Arco-Verde, mulher de Jeronymo de Albuquerque, cunhado do primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho.

O painel das pernambucanas heroínas e ilustres completa-se com os nomes de D. Sancha Coutinho, a Marília de Itamaracá; D. Maria de Souza, a mãe dos irmãos combatentes de Vila Formosa contra os invasores holandeses; D. Felippa de Mello e Albuquerque; D. Clara Camarão, a mulher de Felipe Camarão, que, com suas tribos, lutou ao lado dos luso-brasileiros nas campanhas contra os batavos e, em lugar de excepcional relevo na história de Pernambuco, as heroínas de Tejucupapo. Os nomes dessas heroínas — diz o historiador Pereira de Mello "ficaram no esquecimento, mas suas ações ergueram-lhes um altar no coração de todos os Pernambucanos, de todos os Brasileiros".

Muito obrigado.



Documento 18/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-18:40

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6147 FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 8 de março celebra-se o Dia Internacional da Mulher. Várias manifestações aconteceram em meu Estado. Nos Municípios de Açu e Mossoró, houve manifestações muito bonitas e alegres, que contaram com a presença de mulheres das mais variadas origens.

Sr. Presidente, quero manifestar meu contentamento com o crescimento da bancada feminina nesta Casa. Atualmente, num universo de 513 Parlamentares, somos 42 Deputadas. Temos orgulho também de poder enumerar 8 Senadoras e 4 Ministras de Estado. Por trás dessa parcela, seja da bancada feminina no Congresso Nacional, seja da presença das mulheres no Poder Executivo, está a luta cotidiana das mulheres de todo o mundo, ao longo dos séculos, para construir a igualdade social tão desejada.

Mas, senhoras e senhores, ao mesmo tempo em que proclamamos e comemoramos essa vitória, somos obrigadas a reconhecer que ainda há um longo caminho a ser percorrido em busca da tão sonhada igualdade social. No plano da



representação política, somos mais de 50% do eleitorado e, no entanto, nossa presença não se reflete ainda nesta Casa com essa grandeza. Como se pode constatar, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados não conta com a participação de nenhuma Deputada. Espero que na próxima Legislatura não tenhamos mais de conviver com uma situação igual a essa.

Ao longo dos tempos, nós mulheres obtivemos muitas conquistas: o direito de votar e ser votada, o direito de ingressar no mercado de trabalho, o direito à educação, mas é verdade também que existe ainda enorme descompasso entre o que prevê a legislação e a prática cotidiana.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, temos ainda situações absurdas: mulheres desempenhando as mesmas funções que os homens, entretanto, ganhando salários bem abaixo.

A comemoração do Dia Internacional da Mulher é o momento de lembrarmos e reverenciarmos todas as mulheres que vêm se empenhando em construir uma sociedade igualitária, mulheres fantásticas como Rosa de Luxemburgo; Nísia Floresta, norte-rio-grandense, grande feminista e lutadora; Margarida Maria Alves, líder rural que foi covardemente assassinada; as operárias que na América de 1857 empenharam a própria vida na luta pela regulamentação da jornada diária de trabalho, salários e condições de trabalho humanos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 8 de março de 2003 é o momento especial para refletirmos sobretudo quanto aos novos desafios que se apresentam a homens e mulheres.

No plano nacional, iniciamos novo Governo, que busca reconciliar o País consigo mesmo, e no interior de seu projeto as mulheres têm papel destacado a desempenhar. Ao eleger como programa central o combate à fome, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocou as mulheres como estratégicas na reconstrução da sociedade brasileira.

No plano internacional, a ameaça de uma guerra de motivações inconfessáveis parece cada dia mais próxima.



E as mulheres, o que têm a dizer sobre isso? As mulheres querem a paz! Todos seus esforços são encaminhados na direção da construção de um mundo justo, solidário e humano, no qual homens, mulheres, jovens ou crianças se reencontrem no olhar do outro, e todas as diferenças, biológicas, sexuais, raciais ou religiosas, sejam vistas como diferenças e não transformadas em desigualdades sociais.

O que querem as mulheres? Igualdade, respeito, dignidade e paz.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que esta data seja também um marco na luta das mulheres para salvar o mundo de uma guerra que terá como resultado o sofrimento de todos.

As mulheres, em todas as suas instâncias de organização e representação, como a Marcha Mundial das Mulheres, clamam pela paz mundial.

Sr. Presidente, viva a luta das mulheres, viva o dia 8 de março, contra a guerra, pela paz e pelo fim da pobreza!



Documento 19/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-18:44

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6148 DR. HÉLIO-PDT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Artigo As mulheres vão à luta, sobre a mão-de-obra feminina, publicado no Jornal da Unicamp.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher deixo registrados meus cumprimentos, em nome da Liderança e da bancada do PDT, a essa parcela da nossa sociedade.

E aproveito para registrar uma pesquisa que revela a precarização da mão-de-obra feminina na década de 90. Segundo artigo do Jornal da Unicamp, que versa sobre a tese de doutorado Mulher e Trabalho no Brasil nos Anos 90, da cientista social Adriana Strasburg de Camargo Andrade, da UNICAMP, a presença feminina na população economicamente ativa do País cresceu cerca de 9%, enquanto a masculina caiu 4%. Porém, ao contrário do que se poderia supor, o que ocorreu foi uma significativa precarização da mão-de-obra feminina urbana.

A cientista social observa que, do Plano Collor em diante, houve perda do poder aquisitivo do trabalhador e de suas famílias e a mulher teve de ir à luta. Quem é essa mulher? São cerca de 6,5 milhões de trabalhadoras, empregadas



domésticas, na faixa etária dos 40 aos 54 anos, dentre as quais 57,9% com ensino fundamental incompleto, 50% trabalham mais de 45 horas semanais, 80% não têm registro em carteira de trabalho e 60% recebem no máximo até dois salários mínimos. Esse é o contingente que faz parte dos 9% de aumento da participação feminina na população economicamente ativa.

Isso significa empobrecimento da família brasileira e desemprego presente principalmente entre as pessoas do sexo masculino, que nessa ocasião seria o esteio da família. A mulher é empurrada para o mercado de trabalho, que discrimina a mulher negra. Essas passam a trabalhar mais, têm menor índice de registro na carteira de trabalho e ganham menos do que a mulher branca, que consegue concluir o ensino fundamental.

Um exército de 6,5 milhões de mulheres dá ênfase ao volume do trabalho doméstico, de maneira a permitir que a família brasileira sobreviva.

O exemplo mais claro que dou é o de uma dona de casa, o próprio perfil dessa mão-de-obra feminina no País, que aos 43 anos de idade, com ensino fundamental incompleto, mãe de um casal de filhos, passou a trabalhar como faxineira diarista em apartamentos de um conjunto residencial da minha cidade, Campinas.

O marido, caminhoneiro, em virtude da crise em que se encontra o transporte de cargas na última década, passou a ganhar cada vez menos pelo frete. Não conseguindo manter aberta sua pequena transportadora, passou o negócio adiante, e com parte do dinheiro da venda dos seus caminhões comprou um caminhão pequeno, usado para continuar trabalhando. A precarização do ganho familiar, as despesas mensais da família com alimentação, água, luz, telefone, educação de filhos e o aluguel de 340 reais de um apartamento empurraram Vera, essa trabalhadora brasileira, para o emprego doméstico, a fim de corrigir o déficit e defender seu nível socioeconômico.

Esse o exemplo da condição em que nos encontramos com a crise dos anos 90 e a precarização da mão-de-obra da trabalhadora brasileira, o que é de se lamentar. Meus parabéns a essa heroína, essa mulher que além de tudo passa a dedicar várias horas ao trabalho doméstico para manter o sustento da sua família.



Com o Governo Lula, esperamos transformar essa situação e propiciar a melhoria do poder aquisitivo da família brasileira.



Documento 20/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-16:34

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6132 JOSUÉ BENGTON-PTB -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. JOSUÉ BENGTON (PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, no dia 8 de março foi comemorado o Dia Internacional da Mulher. Nunca é demais homenagear essas valorosas mulheres do nosso País.

No Estado do Pará, a Igreja do Evangelho Quadrangular, da qual sou presidente, realizou reuniões, prestando justas homenagens às mulheres. Milhares e milhares de mulheres participaram dessas homenagens em suas sedes regionais.

É bom lembrar que na história brasileira, quando o nosso País vivia a vergonha da escravatura, foi necessário que uma mulher, a Princesa Isabel, assinasse o ato de libertação dos escravos. Temos também o exemplo da grande guerreira Anita Garibaldi, que marcou a história do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos aqui fazer uma análise do papel da mulher na sociedade através dos tempos.

Vem do Gênesis a diferença entre tarefas e atribuições do homem e da mulher. A narrativa bíblica é repleta de retratos de mulheres heroínas e o mesmo se repete ao longo dos séculos. No entanto, a mulher — mesmo as heroínas — tem sido colocada em patamar inferior ao do homem. Uns tentam culpar Eva, desde o



Paraíso; outros a consideram apenas e tão somente objeto de seus desejos carnis; outros ainda tentam ver virtudes em um ser tão questionado.

O grande exemplo, porém, da remissão da mulher, data de tempos históricos. Um anjo visitou Maria, a Virgem, e lhe atribuiu a maior responsabilidade de todos os tempos: ser a mãe do Redentor. Jesus nasceu de uma mulher, como todos os seres humanos, e o seu nascimento coloca a mulher em plano superior, tanto que Maria, mãe de Jesus, é amada e até mesmo venerada em algumas religiões.

Mas vamos aos nossos dias. Como é a situação da mulher no mundo de hoje? Qual o significado desse ser no mundo moderno, avançado, informatizado, computadorizado de hoje? Ao mesmo tempo em que em alguns lugares do planeta Terra a mulher já é reconhecida pelo seu valor, pela nobreza de sua função, pela sua igual colocação social relativamente ao homem, em outros ainda continua em deplorável situação de inferioridade. E mais, senhores, assiste-se hoje à feminização da pobreza. Quanto maior a pobreza, mais relevante é o papel da mulher e mais marginalizada ela é. Quanto menor a pobreza, mais conquistas de espaço tem a mulher, o que é justo.

Tal como o homem, as mulheres não constituem necessariamente um grupo homogêneo sob o ponto de vista social. As diferentes classes sociais, a religião, a faixa etária, a etnia, a vida na zona urbana ou rural, tudo isso causa diferenças significativas sobre as condições de vida da mulher. Suas necessidades são diferentes, mas ela continua sendo a mesma heroína que ainda vai à fonte buscar água ou dirige a grande empresa. Talhada para o nobre mister de gerar filhos, consegue assumir o tríplice ministério de filha, esposa, mãe, e agora galga os pontos mais altos na sociedade desenvolvida.

Este é o ponto crucial para os tempos modernos: temos que reconhecer que o mundo é movido a mulher.

É sempre oportuno lembrar a frase da ex-Primeira-Ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher, que costumava dizer: "Na política, se você quer que algo seja dito, peça a um homem, mas se quiser que algo seja feito, peça a uma mulher."



À mulher nosso tributo como heroína de um mundo em transformação, de um mundo em que os direitos tendem a se igualar, de um mundo em que a luta é aguerrida, mas a mulher é guerreira vitoriosa.

É oportuno lembrar, como homenagem a essa mulher lutadora, as palavras do grande Victor Hugo em Paralelos — o Homem e a Mulher:

"O homem tem a supremacia; a mulher tem a preferência. A supremacia representa a força; a preferência representa o direito. O homem é forte pela razão; a mulher é invencível pelas lágrimas. A razão convence; as lágrimas comovem. O homem é capaz de todos os heroísmos; a mulher de todos os martírios. O heroísmo enobrece; o martírio sublima. O homem é o código; a mulher é o Evangelho. O código corrige; o Evangelho aperfeiçoa. O homem é um templo; a mulher um sacrário. Ante o templo descobrimo-nos; ante o sacrário ajoelhamo-nos. O homem pensa; a mulher sonha. Pensar é ter um cérebro; sonhar é ter na fronte uma auréola. O homem é um oceano; a mulher um lago. O oceano tem a pérola que embeleza; o lago tem a poesia que o deslumbra. O homem é a águia que voa; a mulher o rouxinol que canta. Voar é dominar o espaço; cantar é conquistar a alma. O homem tem um fanal — a consciência; a mulher uma estrela — a esperança. O fanal guia; a esperança renova. Enfim, o homem está colocado onde termina a terra; a mulher onde começa o céu."

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicações da Casa e no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.



Documento 21/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-19:48

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6165 MARCELO ORTIZ-PV -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é só a satisfação, mas também o dever de Parlamentar e cidadão que me faz homenagear a mulher brasileira.

Orgulho-me de ser defensor assíduo da luta em que a mulher se empenha. Temos de aplaudir com entusiasmo as vitórias por ela alcançadas, muitas nos últimos tempos. Os triunfos não ocorreram apenas em consequência da mobilização ou da invulgar capacidade de organização, muito peculiares, aliás, das minorias, dos oprimidos e dos injustiçados, mas sobretudo do imenso potencial das mulheres, que finalmente começa a ser reconhecido no Brasil.

Nas últimas eleições, por exemplo, certa experiência ocorrida em nossa região mostrou nitidamente o avanço da sociedade no reconhecimento pleno dos direitos das mulheres.

A consagradora votação da Deputada Federal Angela Moraes Guadagnin, eleita recentemente por seus pares Presidenta da Comissão Permanente de Seguridade Social e Família, bateu todos os recordes eleitorais. S.Exa. foi a candidata a



Deputada Federal mais votada da história do Vale do Paraíba paulista, litoral norte de São Paulo e Serra da Mantiqueira. Obteve 148 mil votos na região, totalizando ainda 153.931 votos em todo o Estado.

Proeminente mulher vale-paraibana, médica exemplar, mãe na plenitude do ser, ex-Prefeita de São José dos Campos, com excelentes índices de aprovação popular e Deputada Federal combativa e austera, Angela Guadagnin é exemplo da competência e da valentia da mulher brasileira na constante busca por um mundo melhor.

Presto minha homenagem a todas as mulheres do meu querido Estado de São Paulo, do Brasil e do mundo na figura de Angela Guadagnin. Cito também outra Parlamentar que há muito admiro, cuja conduta tenho como referência, bem como o trato da coisa pública: a minha colega de profissão e, para minha felicidade, de Parlamento Zulaiê Ribeiro Cobra.

Advogada criminal militante há trinta anos, foi conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional São Paulo por dois biênios — 1983/86. Em sua brilhante história de lutas e conquistas, ressalto a fundação da Associação dos Advogados Criminais de São Paulo — AACRIMESP, na qual exerceu o cargo de Vice-Presidenta, entre 1982 e 1986, e a criação da Delegacia de Defesa da Mulher.

Foi eleita uma das dez mulheres do ano de 1987, pelo Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, devido ao seu empenho na Constituinte. Recebeu o Título de Advogada Criminal do Ano, da Associação dos Advogados Criminais do Estado de São Paulo, em 1988.

Na vida partidária participou da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB e foi candidata a Vice-Governadora do saudoso e inesquecível Mário Covas, na chapa do partido para o Governo de São Paulo, em 1990, derrotada na ocasião pelo nosso colega Parlamentar Luiz Antonio Fleury Filho.

Foi no exercício do mandato de Vereadora do Município de São Paulo, entre os anos de 1992 e 1994, que essa mulher valorosa começou brilhante carreira política no Legislativo. Eleita consecutivamente Deputada Federal pelo Estado de



São Paulo em três Legislaturas, recebeu, na eleição de 3 de outubro último, mais de 130 mil votos.

Mulher corajosa sempre pronta para combater injustiças e promover a inclusão social, Zulaiê Ribeiro Cobra merece os nossos mais profundos e sinceros reconhecimento e gratidão.

Minha colega de profissão e de mandato parlamentar, Zulaiê Cobra, parafraseando os grandes poetas e compositores Antonio Carlos Jobim, nosso eterno Tom, e Vinícius de Moraes, repito: "Se todos fossem iguais a você, que maravilha seria viver".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prossigo na homenagem às mulheres fazendo referência ao fato de que, há 146 anos, nos Estados Unidos, 129 operárias foram queimadas vivas em uma fábrica por ordem de seus patrões, que as mantiveram prisioneiras dentro do estabelecimento e depois mandaram atear-lhes fogo. Tais mulheres eram protagonistas da greve que visava à diminuição da jornada de 14 horas diárias de trabalho e protestavam contra as péssimas condições em que exerciam sua atividade.

Em homenagem àquelas mártires, foi criado o Dia Internacional da Mulher, que comemoramos nesta Casa. É gratificante que o Congresso Nacional seja palco de manifestações de tal natureza, porque, implicitamente, consente-se que esta Casa de leis seja o canal mais apropriado e o que melhores respostas apresenta ao escoamento de reivindicações legítimas que objetivam acabar com as odiosas discriminações, afrontosas para segmentos vulneráveis da nossa sociedade.

Apraz-me, neste instante, falar para Plenário constituído por 44 Deputadas. Também agrada-me saber que na Casa irmã deste Poder Legislativo, o Senado Federal, dez cadeiras atualmente são ocupadas por mulheres Parlamentares.

Nos cargos mais altos do Poder Executivo temos três Ministras: a valorosa Dilma Rousseff, à frente do Ministério de Minas e Energia; a esplêndida Senadora licenciada Marina Silva, no Ministério do Meio Ambiente; e a fenomenal Benedita da Silva, Ministra da Assistência e Promoção Social, exemplo máximo de força de vontade. Pobre, negra e analfabeta na infância e na juventude, em uma demonstração de dignidade e cidadania chegou ao Palácio das Laranjeiras para



governar um dos mais importantes Estados brasileiros, o Rio de Janeiro. Cito ainda a Secretária-Executiva dos Direitos da Mulher, ex-Senadora Emília Fernandes.

Na esfera estadual, temos as Governadoras Rosinha Matheus, do Rio de Janeiro, e Wilma de Faria, do Rio Grande do Norte, ambas do PSB, que tem neste Parlamento a participação efetiva de outra grandiosa mulher brasileira: a Deputada Luiza Erundina.

Tais números não expressam equanimidade, é evidente, mas é sintomático o fato de que essas presenças vêm se ampliando, numa comprovação da capacidade de realizações da mulher brasileira.

Historicamente, a mulher foi quase sempre injustiçada, como se a sua contribuição nas tarefas do lar e na educação dos filhos fosse irrelevante. A revolta contra o preconceito machista veio demonstrar que a mulher, além do papel imprescindível em qualquer sociedade tradicional, tem potencial de realizações muito maior do que até então se supunha. As provas de sua capacidade saltam aos olhos, a exemplo da sua participação no mercado de trabalho, na formulação de leis e na aplicação delas, na atividade política, nos centros de poder.

No transcurso do Dia Internacional da Mulher, Sras. e Srs. Deputados, é importante que a sociedade brasileira se conscientize de que as mulheres não se querem defrontar com os homens, nem com eles competir. Querem, ao contrário, participar de forma ativa, com eles, da reformulação do modelo de relações sociais, não com interesses corporativos, mas com a convicção de que esse pacto resultará em benefícios gerais para toda a sociedade.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, as mulheres do Brasil e do mundo não desejam apenas se afirmar perante a comunidade masculina. Na sua luta por emancipação, elas perseguem tenazmente a igualdade dos gêneros, mas suas reivindicações não param aí. Elas querem, sobretudo, participar de forma ativa da construção de uma sociedade mais livre e mais democrática, num mundo mais humano, em que os valores sejam reconhecidos e aproveitados de forma justa e digna, e por isso merecerão sempre, especialmente em decorrência da comemoração do Dia Internacional da Mulher, o nosso mais ilimitado aplauso.



Era o que eu tinha a dizer.



Documento 22/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-15:04

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6081 CELCITA PINHEIRO-PFL -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. CELCITA PINHEIRO (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, "Mulher. Muito mais que desejada, um ser puro e soberano, lindo e indispensável. Hoje é seu dia. E sempre será, pois os homens hoje aprenderam a te respeitar ..." Essa foi a homenagem do 2º Batalhão de Polícia Militar de Barra do Garças ao Dia Internacional da Mulher.

No último sábado transcorreu o Dia Internacional da Mulher, que vem sendo comemorado desde 1857, em reconhecimento à luta travada pelas trabalhadoras das fábricas de vestuário e têxteis dos Estados Unidos, mais precisamente de Nova Iorque, que, no dia 8 de março daquele ano, saíram às ruas para protestar contra os baixos salários e a jornada de doze horas diárias, bem como para reclamar direitos.

Passados 146 anos, ainda verificamos que, em várias partes do mundo e principalmente no Brasil, a discriminação e a violência física, sexual, profissional e racial, entre outras, são o grande problema enfrentado pelas mulheres.



Outro fator que entristece a todas nós é a falta de assistência à saúde, a alarmante proliferação da AIDS, as mortes decorrentes de abortos clandestinos, cuja incidência é muito grande entre adolescentes, além da esterilização de mulheres — especialmente negras e índias.

É lamentável termos de repetir as estatísticas de todos os anos, que mostram o aumento da violência física contra a mulher. As pesquisas apontam que dois terços das agressões acontecem justamente dentro do lar, provocadas pelo marido e/ou companheiro.

Por outro lado, temos de ressaltar que é ainda muito tímida a presença das mulheres nas delegacias de polícia e nas comarcas. No meu Estado, Mato Grosso, existem 223 delegacias e apenas quarenta delegadas; enquanto que nas comarcas são 99 juízes e 50 juízas, e, entre os vinte desembargadores, há apenas uma mulher.

Apesar dos avanços obtidos com a criação das Delegacias da Mulher, em várias cidades, o que se faz para proteger a mulher ainda é muito pouco. É preciso que as autoridades tomem medidas mais enérgicas e punam com maior rigor os agressores.

Quanto ao trabalho, o que temos visto é a mulher trabalhando tanto ou, na maioria das vezes, até mais do que o homem, mas percebendo salário inferior. É hora de dar um basta a essa injustiça e estabelecer a igualdade.

Mesmo com esses contrapontos, temos de destacar os avanços na política, principalmente no meu Estado. Graças a persistente luta, a mulher conseguiu galgar a posições quase impossíveis. Como exemplo, cito o que aconteceu recentemente em Mato Grosso, no Diretório Municipal do PFL de Cuiabá. As mulheres se sentaram à mesa para negociar com os homens, e Maria Adélia foi eleita Presidenta do PFL municipal. O mesmo aconteceu em Lucas do Rio Verde: a chapa do partido foi comandada por mulheres, sendo a Presidenta Luciane Copetti.

Também em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, ontem, a Assembléia Legislativa de Mato Grosso fez a sua comemoração. Entre os discursos e apresentações, o que mais nos marcou foi a participação de um coral de menores



do Bairro Jardim Vitória, que interpretou músicas clássicas, mostrando que a criança, assim como a mulher, precisa ser mais assistida e valorizada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ainda destacar o I Leilão de Nelore — Mulheres de Raça, realizado em Barra do Garças e organizado por Téia Fava Marques, por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

Na verdade, mesmo com todas as dificuldades que temos enfrentado, estamos progredindo. Mas não devemos esmorecer, precisamos avançar ainda mais para alcançarmos novas conquistas e direitos.

Como bem ilustra o folder do I Leilão Nelore — Mulheres de Raça, repetindo Milton Nascimento e Fernando Brant, "é preciso ter sonho. É preciso ter garra. É preciso ter raça sempre."

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 23/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-16:34

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6126 WALTER FELDMAN-PSDB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Expectativa de apuração, pelo Senado Federal, de denúncias de envolvimento de Senador em grampos telefônicos no Estado da Bahia.

O SR. WALTER FELDMAN (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)Sr. Presidente, é sempre uma satisfação assomar à tribuna quando V.Exa está conduzindo os trabalhos da Casa, em substituição ao Presidente João Paulo Cunha.

Sr. Presidente, homenageio as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher. Comemoramos essa data em grande manifestação organizada pelas mulheres tucanas. Reconhecemos o espaço conquistado pelas mulheres não apenas no mercado de trabalho, nas relações profissionais, nas conquistas na área do trabalho, mas também com relação à velocidade com que ocuparam seus lugares no Estado brasileiro.

Deputada Rose de Freitas, aproveito a oportunidade para secundar o pronunciamento do Deputado Walter Pinheiro, que me parece fundamental nesses dias em que o Congresso Nacional discute a necessidade de avaliarmos com mais profundidade a existência de grampos no Estado da Bahia.



Não sou baiano de origem, mas, como todo brasileiro, sou baiano de coração. Demos demonstração de competência, de unidade e de consenso quando tratamos nesta Casa do caso do Deputado Pinheiro Landim.

A Corregedoria da Câmara, de maneira expedita, rápida, avaliou a situação, por intermédio da relatoria do Deputado Carlos Sampaio e sob a Presidência do Deputado Luiz Piauhyllino, e deu tratamento exemplar ao caso, retirando dos nossos quadros um Parlamentar que não apresentou o comportamento ético necessário para o exercício das atividades legislativas. Da mesma forma, avaliamos a ocorrência no Senado Federal, que, recentemente, cortou na própria carne os que não procederam com correção.

Esperamos que o Senado Federal investigue devidamente as denúncias produzidas na Bahia e que comprometem o Estado, não apenas um cidadão em relação a outro. Quando a acusação recai sobre um Senador da República, nada mais adequado, correto e necessário do que o próprio Senado apurar os fatos por intermédio da Comissão de Ética e de Decoro Parlamentar.

Por isso, solicito ao Senado que não vacile na postura, impedindo qualquer tipo de envolvimento do Poder Executivo e de divergências internas, a fim de investigar o comprometimento de um Senador da República nessa grave denúncia em relação ao Estado brasileiro.



Documento 24/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-19:52

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6167 MARCOS DE JESUS-PL -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Elogio ao Deputado Inocêncio Oliveira pelo tratamento dispensado aos Parlamentares. Congratulação ao Deputado José Divino pela apresentação do Projeto de Lei nº 88, de 2003, sobre fixação, pelos supermercados e estabelecimentos similares com mais de dez funcionários, de cota para contratação de aprendiz de empacotador. Associação às homenagens prestadas pela Casa por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. MARCOS DE JESUS (PL-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, sempre que vejo V.Exa. presidindo as diversas sessões desta Casa, sinto orgulho de ser pernambucano. V.Exa. trata com carinho e respeito todos os Deputados desta Casa, independentemente de pertencerem ao alto clero ou ao baixo clero, como se comenta nos corredores. Sinto-me feliz e orgulhoso ao ver um sertanejo de Serra Talhada, homem experiente, competente e capaz na política demonstrar respeito e carinho pelos Deputados de primeiro, de quarto ou de quinto mandatos. V.Exa. fica até a última hora, com muita paciência, depois de um dia longo de trabalho.



Sr. Presidente, venho à tribuna parabenizar o Deputado José Divino, autor do Projeto de Lei nº 88, de 2003, que visa a assegurar em todo o País o percentual de 10% para a contratação de aprendiz de empacotador em supermercados e estabelecimentos similares com mais de dez funcionários. Tal iniciativa também garantirá o emprego dos caixas de supermercado. Com a modernização de suas estruturas, tais estabelecimentos comerciais estão disponibilizando máquinas em que o próprio consumidor registra suas compras mediante leitura fotoelétrica, dispensando empacotadores e caixas. Não bastasse o alto índice de desemprego verificado no Brasil, a automatização das empresas acarretará mais prejuízo para os trabalhadores, que necessitam criar e educar dignamente seus filhos.

Para finalizar, associo-me às homenagens prestadas por esta Casa às mulheres pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Parabenizo especialmente minha mãe, a obreira Dilma Lins, Deputada Estadual pelo PL de Pernambuco, que fez brilhante pronunciamento ontem sobre a referida data.



Documento 25/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-14:52

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6078 DR. HELENO-PSDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Apresentação de projeto de lei sobre suspensão do pagamento de prestações da casa própria a mutuários do Sistema Financeiro da Habitação desempregados.

O SR. DR. HELENO (PSDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o último dia 8 de março marcou a data comemorativa de mais um Dia Internacional da mulher. Todos os anos, em nossos pronunciamentos, prestamos homenagem a essas mulheres, na certeza de que dedicamos honras e aplausos a um ser que, ao longo da história, foi sempre guerreiro, sempre presente nas lutas pelas conquistas sociais.

Vejo, com orgulho, estampada na edição do jornal O Globo, fotografia que mostra centenas de mulheres em manifestações diante da superintendência do INCRA, em Pernambuco, para pedir o assentamento de 35 mil famílias acampadas no Estado. Ao ver aquela foto, sensibilizou-me a fisionomia daquelas mulheres que, de forma certa ou errada (não desejo entrar no mérito da questão), mostravam a vontade, o desejo, a luta de ver os seus objetivos alcançados. Era a demonstração



da garra feminina sempre à frente de reivindicações, de protesto contra uma situação contrária aos seus desejos.

A mulher é assim. Ao mesmo tempo doce, amorosa, gentil, e, nos momentos mais decisivos dos movimentos reivindicatórios, guerreira, incisiva nos argumentos e corajosa na tomada de decisões.

A reação da mulher firmou-se naquele histórico 8 de março de 1857, quando centenas de mulheres das fábricas de vestuário e têxteis de Nova York iniciaram uma marcha de protesto contra os baixos salários, o período de 12 horas diárias e as más condições de trabalho. A manifestação, na época, foi violentamente reprimida pela polícia. Desde então, a data de 8 de março simboliza, oficialmente, a luta pela igualdade entre homens e mulheres. Essa luta continua até os dias de hoje. Mesmo com leis em vigor contra a desigualdade, periodicamente deparamo-nos com esse quadro, em que o trabalho da mulher é menos valorizado do que o do homem, só porque se trata de uma mulher.

Nessa nossa homenagem, não poderíamos esquecer da mulher dona de casa, mãe de família, verdadeiro esteio da célula familiar, principalmente daquela mulher pobre de recursos financeiros, que faz verdadeiro milagre com o pouco da renda que tem para sustento da família.

Nesses dias sombrios, quando uma possível guerra está prestes a eclodir, rendemos nossas homenagens à mulher, àquela mulher que, mais do que qualquer outro ser, vive preocupada em agasalhar seus pequeninos diante do monstro da guerra, do terror de bombas, do fogo que mata e não livra os inocentes da morte, que, na paz, já vivem em sofrimento e que, na guerra, morrerão de piedade. Para essa mulher, indefesa, humilhada, sem valor para os donos da guerra, estendemos, de coração, nosso mais profundo respeito.

Nossa voz nesta tribuna nunca se calará diante dessa real e triste desigualdade. Nesse cenário de batalhas inúteis, o dinheiro que deveria ser usado para saciar a sede e a fome é usado para o derramamento de sangue de milhares de pessoas que não querem a guerra, que desejam a paz, mas seus gritos não chegam aos gabinetes dos donos do mundo.



À mulher que se destaca nesse terrível sofrimento, repetimos nossa mais sincera homenagem.

Por último, Sr. Presidente, informo que estou dando entrada a projeto de lei que dispõe sobre a suspensão temporária da cobrança das prestações da casa própria aos mutuários desempregados do Sistema Financeiro da Habitação, bem assim concede o prazo de seis meses, a partir da data de rescisão contratual, a fim de que procedam ao pagamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



Documento 26/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-16:34

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6121 JOÃO PAULO CUNHA (PRESIDENTE)-PT -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA FALA DO PRESIDENTE OU NO
EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Anúncio de realização, pelo Congresso Nacional, de sessão solene ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Decisão da Presidência sobre a votação de requerimentos de urgência para apreciação de proposições de interesse da bancada feminina. Anúncio de realização, pela Casa, de sessão solene em homenagem ao transcurso do 180º aniversário da Batalha de Jenipapo - 13 de março.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) Antes de passar a palavra ao Deputado Colbert Martins, anuncio à Casa que amanhã, às 11 horas, realizaremos sessão solene do Congresso Nacional, no plenário do Senado Federal, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher — 8 de março.

Em recente reunião com os Líderes, a bancada feminina apresentou pedido de urgência para seis projetos que tratam especificamente do tema, cujos autores são: Deputada Fátima Pelaes; Deputada Nair Xavier Lobo; Deputada Ana Corso e Deputado Orlando Fantazzini; Deputada Luiza Erundina; Deputada Iara Bernardi; e Deputado Maurício Rabelo. Este último apresenta projeto que estabelece 2006 como o Ano da Mulher.



Em relação ao pedido, decidimos que os Srs. Líderes conversarão não só entre si, mas sobretudo com o conjunto da Casa, para ver se é possível aprovar, na tarde de amanhã, as urgências a fim de apreciarmos esses projetos como uma homenagem singela, porém forte e segura, da Câmara dos Deputados à luta das mulheres brasileiras e de todo o mundo.

Portanto, todos os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas estão convidados a participar da sessão solene de amanhã, às 11 horas, no Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para informar à Deputada Francisca Trindade e ao Estado do Piauí que ficou definido que esta Casa realizará, no dia 14, sessão solene em homenagem aos 180 anos da Batalha de Jenipapo, evento que foi fundamental, conforme nos ensinou na tarde de hoje o Deputado Aldo Rebelo, para a consolidação da independência do Brasil na Região Norte. Essa data tem significado especial para os piauienses.

Deputada Francisca Trindade, pode V.Exa., desde já, iniciar a organização dessa sessão solene, para o que poderá contar com todo o suporte da Câmara dos Deputados.



Documento 27/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-19:32

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6162 WELINTON FAGUNDES-PL -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES
COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Presença, na Casa, do Prefeito Padre Antonino e de Vereadores do Município de São José do Povo, Estado do Mato Grosso. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Criação do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso no campus avançado do Município de Rondonópolis.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL-MT. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, registro a presença na Casa do Prefeito Padre Antonino, de São José do Povo, e dos Vereadores daquela cidade, que vieram prestigiar nosso trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no sábado passado, dia 8 de março, milhares de mulheres, em todo o mundo, aproveitaram a ocasião para avaliar a conquista de direitos e de igualdade de oportunidades em relação aos homens, bem como a luta que ainda têm a empreender.

Não há como deixar de reconhecer o avanço nas conquistas das mulheres nos últimos anos. Mas eles são mais freqüentes em sociedades urbanas e em países onde existe democracia, onde elas ganharam acesso à qualificação da mão-de-obra, a vagas no mercado de trabalho, a informações sobre métodos



contraceptivos e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, entre outros.

Entretanto, em alguns locais do mundo e do nosso País — até bem perto de nós —, existem mulheres cuja situação ainda tem de melhorar muito. Falo, Sras. e Srs. Deputados, das mulheres que trabalham no campo, das que contribuem para a renda familiar fazendo doces, compotas e queijo, das que cuidam de pequenas criações de animais, da horta ou do pomar nas propriedades rurais, criam seus filhos e cuidam do marido. Para muitas delas, a revolução feminina parece não ter chegado. A maioria não tem seu trabalho reconhecido, como se não fizesse parte do processo produtivo, tem dificuldades para estudar e conseguir o benefício da aposentadoria. Muitas não têm sequer documento de identidade, o que dizer de comprovante do tempo de serviço, condição para obterem a aposentadoria.

Sr. Presidente, apresento alguns números que confirmam o que disse anteriormente. Dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG mostram que as trabalhadoras rurais cumprem jornada de trabalho de 10 a 18 horas; que 60,6% delas engravidam precocemente, entre 15 e 21 anos de idade; e que 43,1% não utilizam qualquer método contraceptivo. Além disso, apenas 15% das mulheres assalariadas rurais têm carteira de trabalho assinada.

Dos recursos liberados pelo PRONAF, 88% são destinados a homens e apenas 7%, a mulheres. Do público beneficiado pela reforma agrária, apenas 12,6% são mulheres. Muitas delas têm dificuldade em comprovar que são chefes de família e que precisam da terra para sustentar os filhos.

Mesmo nos espaços urbanos, no chamado mundo moderno, ainda é possível conviver com o absurdo espancamento de mulheres, aviltadas também em seu trabalho, exploradas sexualmente ou comercializadas como se fossem mercadoria. E o Brasil é um grande mercado quando se trata de contrabando de mulheres. A imprensa divulga com freqüência casos de jovens brasileiras levadas, principalmente, para a Europa, com a promessa de emprego e de bons salários. Quando lá chegam, são transformadas em escravas do sexo, sem nenhum direito de escolha. A mesma imprensa costuma mostrar que está entre as mulheres o maior avanço da AIDS, inclusive adolescentes.



Neste mesmo País, Sras. e Srs. Deputados, uma entre quatro mulheres é vítima de violência doméstica, e apenas 2% das queixas registradas nas delegacias especializadas resultam em punição. Na América Latina e no Caribe, entre 25% e 50% das mulheres sofrem com a violência doméstica.

Por tudo isso o dia 8 de março requer reflexão. Mais do que isso: ação concreta para a definição de estratégias que visem à igualdade entre homens e mulheres, contra a discriminação de gênero, com vistas ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa que assegure direitos fundamentais a qualquer cidadão, independente de sua condição sexual, cor, origem e religião. Somente assim construiremos um mundo melhor.

Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar ainda que, amanhã, o CONSEPE — Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Mato Grosso decidirá sobre a criação do Curso de Psicologia no campus avançado do Município de Rondonópolis.

Na condição de representante daquele Estado, transmito ao Reitor da Universidade e Presidente do CONSEPE pedido do diretor daquele campus avançado, no sentido de que seja aprovada a criação do curso. Lembra o diretor que a Universidade Federal do Mato Grosso mais do que nunca precisa concretizar seu objetivo de interiorização; para tanto, é importante o fortalecimento dos cursos no interior do Estado.

As bancadas federais de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, pelo segundo ano consecutivo, apresentaram emenda regional no sentido de garantir recursos para as universidades federais dos dois Estados. O Parlamento tem feito sua parte; esperamos que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão faça a sua, aprovando a criação do Curso de Psicologia no campus de Rondonópolis.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.



Documento 28/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-14:16

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6070 NEUCIMAR FRAGA-PL -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Excelência do desempenho dos servidores da Câmara dos Deputados.
Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupamos a tribuna para felicitar esta Casa de leis pela oportunidade que nos dá de participarmos, com os demais Deputados, de momento tão importante da história da Nação. Aproveito a oportunidade para parabenizá-la pela forma tão respeitosa e carinhosa como estamos sendo tratados pelos funcionários. O quadro de funcionários da Câmara dos Deputados possibilita que desempenhemos nossos mandatos. Igualmente, parabeno de modo especial as taquígrafas, que estão sempre conosco transcrevendo as aspirações dos Parlamentares.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemoramos o Dia Internacional da Mulher em 8 de março. Esta Casa tem o privilégio de contar com muitas Parlamentares, que nos honram com seu trabalho.

Ao acompanhar a biografia de algumas Deputadas, verificamos que S.Exas. já cumpriram outros mandatos e sempre estiveram comprometidas com a área



social. Estou certo de que continuarão com o mesmo pique e estarão sempre contra as desigualdades, principalmente contra aquelas que assolam as mulheres do País.

Constatamos, pela realidade brasileira, que muitas mulheres não tiveram o que comemorar neste 8 de março. Quantas mães não puderam comemorar o Dia Internacional da Mulher porque estavam preocupadas com seus filhos envolvidos no mundo das drogas, vítimas dos traficantes? Quantas mães não passaram o Dia Internacional da Mulher rolando de um lado para o outro da cama, com insônia, preocupadas com o filho dependente químico, que saiu na noite anterior e não voltou para casa? Quantas não tiveram o que comemorar porque ficaram o dia inteiro em filas de hospitais à procura de leitos para internar seus filhos? E quantas não perderam esses filhos no colo por falta de atendimento?

Se atentarmos para a realidade das mulheres brasileiras, veremos que muitas, Deputado Feu Rosa, passaram o Dia Internacional da Mulher disputando com os bichos, no lixo, alimento para seus filhos. Quantas mães neste País, Deputado Zequinha Marinho, não passaram o Dia Internacional da Mulher à procura de um emprego, de algum auxílio para o marido no sustento da casa?

As mulheres brasileiras já alcançaram muitas vitórias nas Casas legislativas. Nesta Câmara mesmo, muitas Deputadas corajosas combatem o crime organizado e certamente desempenharão seu mandato com austeridade e muita garra. A fibra da mulher é às vezes maior do que a nossa. Somos solidários a elas.

Sr. Presidente, encerramos nossa fala parabenizando as Parlamentares e funcionárias desta Casa, mulheres que acompanham o trabalho legislativo.

Vamos somar nossas forças à sensibilidade feminina para, juntos, vencermos o descaso que ainda há no País com tantos cidadãos que não têm a quem recorrer para garantir seus direitos.

Que Deus abençoe esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Muito obrigado.



Documento 29/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-15:16

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6083 LUIZ ALBERTO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Situação socioeconômica desfavorável da mulher negra. Acerto da criação, pelo Governo Federal, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho à tribuna para falar sobre o Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

Milhões de mulheres participaram da comemoração desse dia em todo o mundo. No Estado da Bahia, 11.500 mulheres, entre elas trabalhadoras rurais e militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fizeram uma longa caminhada até o INCRA. Elas participaram de uma grande manifestação para mostrar que, apesar da presença significativa no trabalho do campo, inclusive do ponto de vista numérico, ainda têm muito a conquistar para que seus direitos sejam garantidos.

Pesquisa realizada na década de 90 sobre a luta feminina e que levou em consideração sexo e raça revela disparidade de renda entre mulheres brancas e negras. Enquanto uma mulher branca recebia, naquela década, entre três e seis salários mínimos, as negras recebiam apenas 1,7 salário mínimo.



Sr. Presidente, a questão da mulher deve ser tomada como central para a viabilização de qualquer sociedade que se pretenda democrática. Apesar de todos os avanços, a mulher ainda se vê discriminada em termos materiais, como no caso do mercado de trabalho, e vitimada pela violência, seja de cunho físico, seja de cunho psicológico, dentre tantas outras distorções que ocorrem.

Nesta pequena exposição, como representante da comunidade negra faço menção expressa à problemática da mulher negra, duplamente discriminada, tanto pelo sexo quanto pela cor. As denúncias do movimento negro, em especial dos movimentos de mulheres negras, no sentido de demonstrar a marginalização conferida a esse segmento nunca obtiveram o devido respaldo. Pesquisas recentes realizadas por vários institutos expõem de maneira irrefutável o racismo e o sexismo, conferindo a legitimidade reclamada a tudo aquilo que fora negado aos movimentos negros pela elite condescendente.

Pesquisa realizada pelo IBGE/PNAD no início da década de 90 revelou contraste significativo entre a renda dos salários, levando-se em conta o sexo e a raça. Os homens brancos ganhavam, em média, 6,3 salários mínimos; as mulheres brancas, 3,6; os homens negros, 2,9; e, as mulheres negras, 1,7. Sem dúvida, raça e gênero ditam lugares diferenciados para homens e mulheres, negros e brancos na pirâmide social.

No mesmo sentido, os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo DIEESE/SEADE no primeiro semestre de 2002 apontam que, entre os empregados na Região Metropolitana de Salvador, as desigualdades persistem. Apesar de a população negra ser numericamente superior, o rendimento médio mensal de um homem negro em relação ao de um branco era de 46%, em junho do ano passado, e o rendimento das mulheres negras correspondia a apenas 29,5% do recebido pelos homens brancos. O dado carrega ainda mais expressividade quando se leva em conta que o número de mulheres negras chefes de família é maior do que o que se percebe na parcela branca da população e tem aumentado progressivamente.

Além do flagrante déficit material a que está submetida a população feminina negra no Brasil, deve-se ainda atentar para a força do estereótipo que acompanha



a imagem da mulher negra com a produção da invisibilidade histórica, traduzindo-se em violências simbólicas, como nas representações da mídia, por exemplo, que atingem a auto-estima e o senso de valorização de milhões de mulheres.

Nesse sentido, o avanço percebido com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres merece todo o reconhecimento por parte dos que compartilham do ideal de se construir uma sociedade mais justa e equânime. Acredito, entretanto, que qualquer política efetiva que contemple a questão das mulheres brasileiras está umbilicalmente associada à percepção da defasagem da mulher negra em relação a todos os demais atores da vida social, inclusive a mulher branca. Só a partir da assunção dessa perspectiva é que o direcionamento das medidas cabíveis se norteará no sentido de promover de fato a igualdade, promovendo de maneira diferenciada os que recebem tratamento inferior.

Sr. Presidente, peço à Mesa que divulgue meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



Documento 30/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-19:18

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6152 ROSE DE FREITAS-PSDB -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Solidariedade ao Deputado Edison Andrino diante do pronunciamento em favor do setor pesqueiro. Realização da VI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Defesa de criação do Sistema Único de Segurança Pública para contenção da escalada da violência.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PSDB-ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de mais nada, gostaria de parabenizar a Deputada Fátima Bezerra pelo seu discurso, também elucidativo sobre a luta das mulheres.

Ao parabenizá-la, quero estender minhas homenagens a todas as colegas, companheiras desta Casa, pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Desejo também dizer ao Deputado Edison Andrino que muito oportunamente trouxe a esta Casa a problemática da pesca, atividade sempre renegada a plano inferior nos programas de todos os Governos que por aqui passaram, mas que hoje, reconhecidamente, ocupa espaço dentro da estrutura governamental. Essa atividade há de contribuir efetivamente com a economia do nosso País, gerando



trabalho e renda. Tendo em vista o reconhecimento desse fato, no Estado do Espírito Santo, na cidade de Piúma, temos a única escola de pesca do Brasil.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna — aproveito para agradecer ao Deputado Antonio Carlos Pannunzio a oportunidade — é a marcha dos Prefeitos em Brasília. Esses Prefeitos passam hoje por grande sofrimento devido aos cortes feitos pelo Governo em recursos destinados a investimentos em Municípios. Estamos todos perplexos, porque existem obras iniciadas em vários pontos do País — casas, saneamento básico em pequenas localidades e até mesmo aquisição de equipamentos para postos de saúde. Só a Caixa Econômica Federal teve paralisados cerca de 2 mil projetos.

Sr. Presidente, esses Prefeitos vieram se encontrar com o Presidente Lula a fim de trazer reivindicações importantíssimas que refletem o momento nacional. Espero que tenham saído com esperança de ver solucionadas suas aflições.

Na pauta apresentada ao Sr. Presidente, aos Ministros e ao público presente, uma das reivindicações chamou-me a atenção: o Sistema Único de Segurança Pública. O País inteiro assiste, estarecido, ao que acontece no Rio de Janeiro. O mesmo vem ocorrendo no Estado do Espírito Santo. Segurança Pública não é mais uma questão regionalizada, é uma questão nacional.

Numa espécie de roleta-russa, saem pelas ruas carros de delinqüentes, de marginais, verdadeiras quadrilhas atirando em pessoas desvairadamente. Às vezes, apontam para um pai de família e dizem: "Pode ser aquele ali". E o mata. Deixa-o caído no meio da rua e os Governos não se entendem.

Temos no Estado do Espírito Santo um esforço, que hoje congrega atividades. A atenção do Governo do Estado é permanente. A Força Tarefa realiza, além de uma limpeza ética e moral no Estado, uma ação ordenada para trabalhar a questão da segurança pública, envolvendo a atenção do Governo do Estado nos atos administrativos, na formação da equipe de segurança pública e no reaparelhamento das polícias.

Sr. Presidente, a situação em que vive o Estado do Rio de Janeiro é caótica. Não se consegue falar uma linguagem única. Lembro-me de uma pergunta que um jornalista fez ao Sr. Ministro da Justiça: "Quando é que essa questão será



resolvida? O Exército não pode ficar, tem que voltar para os quartéis. Em que momento essa questão vai ser debatida com certa coerência?" O Ministro respondeu: "Olha, temos que olhar para nossas incumbências constitucionais".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na Constituição está escrito que a segurança do povo brasileiro é questão de segurança nacional. O problema de segurança nacional não está restrito apenas a questões de fronteira. É muito mais do que isso.

Espero que o pedido dos Prefeitos ao Presidente da República, de um Sistema Único de Segurança Pública, não vire letra morta em um documento esquecido na mesa dos gabinetes do Governo.

Quero me unir à Governadora do Rio de Janeiro, aos Deputados daquele Estado, do Espírito Santo e de todos os outros Estados do País no apelo que fazem com o objetivo de que a questão da segurança pública seja discutida com mais seriedade.

Muito obrigada.



Documento 31/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-16:34

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6126 LINCOLN PORTELA-PL -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. LINCOLN PORTELA (PL-MG. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher foi criado no ano de 1857, em homenagem às várias tecelãs que morreram asfixiadas e queimadas em uma fábrica em Nova Iorque, após cruzarem os braços pelo direito a uma jornada de 10 horas de trabalho.

As comemorações do dia 8 de março estão mundialmente vinculadas às reivindicações femininas por melhores condições de trabalho e por uma vida mais digna, justa e igualitária.

Antes, a mulher não saía de casa sozinha, seu comportamento era controlado por manuais de etiqueta, o espartilho parecia uma armadilha medieval, não podia tomar sol, era considerada instruída quando sabia ler suas orações e escrever receitas de bolinhos.

Suas funções eram supervisionar o trabalho doméstico, bordar monogramas, conferir o rol das roupas, compor o menu semanal, cuidar do silêncio das crianças, enfim, permanecer calada.



Paralelamente a este estereótipo de mulher, sempre houve mulheres inconformadas, que, claro, eram execradas.

A partir da Revolução Francesa, as mulheres passaram a atuar na sociedade de forma mais significativa. Surge então o nome de Olympe de Gouges, que lançou a Declaração dos Direitos da Cidadã, onde reivindicava o direito feminino a todas. Por ter querido ser um homem e ter esquecido as virtudes próprias de seu sexo, foi guilhotinada.

Apesar da resistência, conquistas foram realizadas ao longo do tempo. A mulher cresceu, lutou pelos seus direitos e pelo seu espaço.

No Brasil, também tivemos nossas sufragistas. Bertha Lutz liderou o movimento para conquista do voto em 1918 e influenciou milhares de brasileiras. As pressões cresceram e finalmente a mulher votou pela primeira vez em 1945, com a queda da ditadura.

Os espartilhos e cintas apertadas foram aposentados. Passaram a usar calças compridas. A maquiagem deixou de ser um hábito reprovável. Podiam matricular-se em cursos superiores. Não mais precisavam de autorização para serem contratadas no emprego, para comprar ou vender e para dar queixa na delegacia. A lista das conquistas é extensa. Muitas atitudes discriminatórias foram superadas, mas muitas questões ainda não foram solucionadas.

Salários são diferenciados, a dupla jornada de trabalho é um caso ainda a ser resolvido, a violência ainda faz da sua casa o lugar mais perigoso para ela e para os filhos.

Neste ponto, quero registrar meu lamento, meu protesto, porque ainda existe uma gama muito grande de homens — filhos, maridos, companheiros — que, em vez de serem companheiros de fato, tornam-se algozes, perseguidores, pessoas que massacram a mulher. As Delegacias da Mulher recebem mensalmente grande quantidade de denúncias de violência doméstica contra mulheres. É preciso dar um basta a essa situação. Desejamos que as aguerridas mulheres brasileiras continuem denunciando a violência doméstica, a fim de que os índices diminuam. Mas a força feminina se assemelha à força da natureza. E temos no nosso País várias fortalezas, mulheres ímpares, que não podemos esquecer, tais como:



Princesa Isabel, Ivete Vargas, Anita Garibaldi, Cecília Meireles, Cora Coralina, Anita Malfati, Chiquinha Gonzaga, Chica da Silva e tantas outras.

Nos dias de hoje, as mulheres são lutadoras, guerreiras destemidas e excelências na defesa de seus objetivos. Grandes mulheres ocupam as cadeiras desta Casa de leis, transformando o nosso Parlamento num ambiente mais amável, mais humano, sutil e fraterno.

Parabéns a curdas, italianas, francesas, americanas, chilenas, russas, africanas, paraguaias, argentinas, iranianas, iraquianas, enfim, a todas as mulheres do mundo. Parabéns às nossas mulheres, as mulheres do Brasil, as da favela, do morro, do centro, da periferia, do interior, da Capital, a mãe, a amante, a filha. Parabéns a este ser que mistura sensibilidade e força, riso e lágrimas.

Muito obrigado.



Documento 32/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-18:24

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6145 ROBERTO JEFFERSON-PTB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES COMO
LÍDER

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nem toda missão de Líder é espinhosa,
nem toda palavra é áspera ou de debate. Vim fazer doce homenagem às mulheres
do Brasil.

No dia 8 de março último, comemoramos o Dia Internacional da Mulher. A data
caiu num fim de semana e, por isso, não pudemos homenageá-la nesse dia.
Faremos isso amanhã, em sessão do Congresso Nacional, às 11h.

Pessoalmente e também na condição de Líder do PTB, quero saudar as mulheres
do Brasil, da mais humilde, a trabalhadora, à intelectual, a professora, enfim, todas
as mulheres que constróem o nosso País.

Sr. Presidente, no PTB temos o hábito de prestigiar as mulheres. Desde que
assumi a Liderança, há cinco anos, portanto, as mulheres participam da
administração do partido. Na chefia do gabinete está Marly Guaraciaba, e a nossa
Assessoria é composta por mulheres.



Posso dizer que acertei ao tomar tal decisão, porque o clima que elas emprestam à Liderança do PTB é de serenidade, bom senso, equilíbrio e paz. Chego a dizer que elas nos impuseram novo ritmo.

Os homens, quando se reúnem, às vezes, conversam de maneira um pouco mais brusca, mais desabrida, menos policiada. Na presença delas, melhoramos, nossas conversas se tornam mais equilibradas, mais serenas, mais corretas, menos picantes e menos ácidas. Tudo isso ocorre em função da disciplina que as mulheres, com carinho, serenidade e bom senso, impõem à administração da Liderança do PTB.

Podemos dizer, Sr. Presidente, que o PTB hoje exporta tecnologia. Nosso gabinete é o melhor equipado, o que tem as informações mais rápidas, e estamos passando isso às outras Lideranças da Casa.

Portanto, na figura de Marly Guaraciaba, que tem permitido que a Liderança do PTB seja um sucesso, saúdo todas as mulheres que, ao nosso lado, constróem, com as dificuldades que enfrentam na vida, o Brasil e o mundo em que vivemos.

Se Deus fez algo melhor, mais bonito, mais delicado, mais gentil que a mulher, deixou no céu, para que só possamos conhecer depois desta vida na Terra.

Muito obrigado.



Documento 33/53

012.1.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2003-16:34

Publ.: DCD - 12/03/2003 - 6131 LÉO ALCÂNTARA-PSDB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. LEO ALCÂNTARA (PSDBCE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.)
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entre as muitas frases que demonstram a inteligência e a sabedoria da escritora francesa Simone de Beauvoir, uma nos toca em especial: "A gente não nasce mulher, torna-se mulher". Ou seja, a condição feminina é muito mais social do que genética, mais política do que biológica. A essas admiráveis mulheres — que o são porque assim se construíram, como pessoas e como cidadãs — , rendemos todas as homenagens a que têm direito, neste 8 de março, dia que lhes é internacionalmente consagrado.

No Brasil e em centenas de outros países, festeja-se a data não por indulgência masculina, concessão obsequiosa dos homens, mas pelo justo reconhecimento devido às mulheres, incansáveis protagonistas da luta que empreendem por um mundo melhor, em que afinal se estabeleçam a dignidade humana e a justiça social.

Se muito já fizeram, outro tanto, ainda, resta por fazer. Elas próprias, felizmente, demoliram preconceitos milenares, que iam da limitação intelectual à debilidade física, da restrição profissional à dependência inata. Hoje, vêem-se mulheres em



todos — rigorosamente todos — os campos de trabalho, muitos deles engrandecidos mais pelo mérito feminino do que pela competência masculina. A superioridade não é, pois, tão-somente demográfica, simplesmente numérica, visto que, em países como o Brasil, a população feminina é maior do que a masculina, e há, na universidade, mais alunas do que alunos.

Destacam-se as mulheres, sobretudo, pelo valor profissional, pela qualificação técnica. Historicamente, foi gigantesco o esforço contra a discriminação sexual e o preconceito social, contra a interdição política e a manutenção de despropósitos legais, até há pouco tidos como procedentes.

A mudança, uma das maiores e mais expressivas do século XX, realizou-se nas mulheres, à própria custa, e não por generosa conivência masculina. Ouçamos, mais uma vez, a pensadora Simone de Beauvoir: "Foi pelo trabalho que a mulher transpôs, em grande parte, a distância que a separava do homem; é só o trabalho que pode garantir-lhe uma liberdade concreta." Assim, os direitos femininos são vitórias cotidianas, a fim de que prevaleçam, no mundo em que vivemos, a igualdade na diversidade, o respeito mútuo que deve caracterizar as relações entre homens e mulheres.

Hoje, um em cada quatro domicílios brasileiros é chefiado por mulheres. A proporção de 18,1%, em 1991, subiu para 24,9%, em 2000, segundo o Censo do IBGE. Entre essas mulheres, a fração de casadas também aumentou significativamente ao longo da década — de 5,6% para 16,7%.

A essas extraordinárias brasileiras devem os governantes muito mais do que elogios e promessas: devem a educação, a saúde, a moradia, o emprego, a boa condição de trabalho, a segurança e a aposentadoria decente a que têm direito, como cidadãs que, anônima e solidariamente, dão o melhor de si em prol de um futuro economicamente mais próspero e socialmente mais justo.

Esse, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o sentimento com que saudamos a mulher pelo dia que lhe é consagrado. A todas as brasileiras, o nosso reconhecimento e a nossa homenagem, elas que diariamente nos dão testemunho da grandeza moral e da sabedoria humana com que fazem o Brasil melhor e a vida mais bela.



Muito obrigado.



Documento 34/53

013.1.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2003-16:52

Publ.: DCD - 13/03/2003 - 6339 SANDRA ROSADO-PMDB -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Encaminhamento ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de pedido de instalação do Instituto Nacional do Semi-Árido, no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para quem sempre lutou para que homens e mulheres tenham os mesmos direitos e deveres e para que as conquistas femininas no mundo machista sejam respeitadas, o 8 de março é mais do que uma data comemorativa, é um momento de analisarmos em que a sociedade evoluiu e o que ainda é preciso ser feito a fim de atingirmos, na plenitude, a igualdade de gênero.

A história e a antropologia mostram que, desde a primeira divisão do trabalho, nossa importância no processo produtivo foi secundarizada. Não é fácil quebrar séculos de preconceito, mas a participação cada vez maior da mulher na vida pública mostra que estamos no caminho certo e nos dá esperanças de podermos mudar essa realidade em pouco tempo.

Nos primeiros anos da Revolução Francesa foram discutidas idéias acerca da concessão de direitos políticos às mulheres. Em 1759, Olympe de Gouges propôs



a Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã, publicada em 1791. Tal feito só aconteceu após reclamação dirigida à Assembléia dos Representantes, formulada por madame Fontenay.

Nos séculos XIX e XX, as mulheres passaram a reclamar seus direitos com mais ênfase. Na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, cresceu o número de mulheres engajadas, quase sempre operárias submetidas a um ritmo aviltante de trabalho, mulheres que depois de deixarem os galpões insalubres das fábricas ainda enfrentavam as tarefas domésticas como filhas, mães e companheiras.

No Brasil, houve traços, ainda que incipientes, do movimento em defesa dos direitos femininos, na Abolição da Escravatura. Depois disso, salvo iniciativas dispersas, o movimento só foi retomado de forma organizada na década de 30 do século passado, influenciando, a partir de então, em acontecimentos nacionais, com ênfase para os anos 80, quando da redemocratização do País.

Nosso Estado, o Rio Grande do Norte, deu exemplos para o Brasil e para o mundo com a luta de nossas bravas mulheres pela conquista da igualdade de direitos. Quem nunca ouviu falar na poetisa, escritora e educadora Nísia Floresta? Foi ela, norte-rio-grandense da antiga Papari, atual Nísia Floresta, a pioneira do feminismo brasileiro.

Resgato a memória de Celina Guimarães Vianna, natalense de nascimento que realizou em Mossoró a façanha de ser a primeira mulher eleitora da América do Sul. Igualmente, não poderia deixar de citar Dora Alzira Soriano de Souza, primeira mulher eleita na América do Sul para assumir o cargo de Prefeita, no Município de Lajes. Resgato, ainda, a bravura das integrantes do Motim das Mulheres, que, em 1875, tomaram das autoridades e rasgaram em praça pública os papéis com a relação de filhos e maridos sorteados para o Exército e a Armada. Por fim, resgato a luta das mulheres de Mossoró que, em 1920, organizaram-se na Associação de Empregadas Domésticas, desenvolvendo intensa militância sindical e política.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 1975 foi proclamado pela ONU o Ano Internacional da Mulher. Ao término daquele ano, iniciou-se a Década de Luta pelos Direitos das Mulheres, quando se exortou a igualdade dos direitos, a



elevação do papel das mulheres na vida econômica, política, social e cultural dos seus países, o desenvolvimento da amizade e da colaboração entre os povos pela paz e pelo progresso social.

O movimento das mulheres chegou ao Terceiro Milênio com muitas conquistas. Entretanto, essas conquistas não beneficiam a todas nós, porque em muitos lugares faltam elementos indispensáveis, como uma sociedade democrática com garantia de representação e representatividade das minorias e equidade na distribuição da riqueza nacional.

Enquanto nos países desenvolvidos as necessidades materiais da população são atendidas, deslocando o eixo da luta do movimento das mulheres para a questão da plena igualdade dos direitos políticos, nos países pobres esse movimento tem de consagrar grande parte dos seus atos à garantia das condições materiais mínimas para a sobrevivência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para garantirmos os direitos das mulheres, é indispensável que nos unamos para construir uma sociedade em que a cidadania esteja ao alcance de todos. Quando isso acontecer, a discriminação terá sido superada, a mulher terá alcançado plena igualdade de direitos e o 8 de março será, verdadeiramente, um dia de comemorações.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para registrar que há poucos minutos tive a honra de entregar ao Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, documento em que solicito a instalação, no Rio Grande do Norte, especialmente na cidade de Mossoró, do Instituto Nacional do Semi-Árido — INSA. Gostaria de, nesse tocante, contar com o apoio desta Casa.

Muito obrigada.



Documento 35/53

013.1.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2003-15:14

Publ.: DCD - 13/03/2003 - 6306 VANESSA GRAZZIOTIN-PCDOB -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Compromisso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de combate à discriminação contra a mulher. Importância da construção de gasodutos na região amazônica para viabilidade da utilização do gás natural como matriz energética.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há pouco realizamos no Congresso Nacional sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, tema a que me referi ontem e que retomo hoje para registrar o quanto foi triunfante aquela sessão.

Destaco também que o Presidente Lula logo mais prestará, no Palácio do Planalto, uma homenagem a essa data. Entretanto, o dia 8 de março, seja comemorado no próprio dia, seja comemorado em datas anteriores ou posteriores, tem um caráter diferente dos demais dias: o aprofundamento do debate sobre a discriminação que a mulher enfrenta no Brasil e na grande maioria dos países.

Faço novamente este registro, principalmente no que diz respeito à solenidade do Palácio do Planalto esta tarde, mostrando que o Presidente da República tem



grande preocupação quanto à inserção da mulher na vida pública brasileira. Sem essa inserção, Sr. Presidente, dificilmente alcançaremos um nível, senão ideal, pelo menos aceitável de democracia. Temos de combater o fato de as mulheres, representando metade da população, ocuparem apenas de 5% a 10% das instâncias de poder de decisão. Precisamos reverter essa realidade urgentemente. Outro assunto que me traz à tribuna é o mesmo que sempre me fez ocupá-la nos quatro anos do meu mandato anterior, e V.Exa. é testemunha disso: o problema energético na região amazônica e a alternativa energética para os Estados do Amazonas, Acre e Rondônia.

A decisão política de utilizar o gás natural como a matriz geradora de energia, substituindo, assim, a queima de óleos combustíveis e diesel, que além de extremamente poluente é a fonte mais cara de energia que temos no País hoje, já foi tomada há mais de uma década.

Essa alternativa de substituir a matriz energética do Amazonas e de boa parte da região amazônica decorre do fato de o Estado do Amazonas possuir a maior reserva de gás natural do Brasil; gás natural que não vem sendo utilizado. Pelo contrário, tem dado prejuízos à PETROBRAS, uma vez que é obrigada a reinjetar o gás no poço para não queimá-lo na atmosfera.

Sr. Presidente, estamos falando de uma região — a minha e a de V.Exa. — em que a energia elétrica é movida a combustíveis e a óleo diesel. Infelizmente, durante muitos anos, discutimos com o Governo do Estado do Amazonas, que, definitiva e categoricamente, não concordava com o projeto de construção do gasoduto e queria a todo custo fazer o transporte de gás pelas barcaças; alternativa essa tecnicamente sem qualquer viabilidade. Denunciamos o Governador, entramos com uma ação popular e saímos vitoriosos da luta. Antes mesmo de deixar o Governo, S.Exa. foi obrigado a reconhecer que transporte de gás diz respeito à PETROBRAS, e não era função nem obrigação do Governo do Estado.

Dessa forma, com os Governadores recém-empossados, estamos conseguindo dar passos largos e importantes no sentido de viabilizar o transporte do gás, para que tenhamos em breve nossa energia gerada a gás natural.



O gasoduto que sai da usina de Urucu, no Município de Coari, até Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, já está com o relatório de impacto ambiental pronto, aguardando apenas uma decisão do Presidente do IBAMA quanto à concessão do licenciamento, e assim as obras serem concluídas.

Estivemos com integrantes da PETROBRAS esta semana, no Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas, viabilizando o projeto de gasoduto de Coari a Manaus. O pedido de licenciamento prévio está sendo protocolado no Instituto Ambiental daquele Estado.

Sr. Presidente, transpostas todas as barreiras negativas existentes à época do ex-Governador do Amazonas, temos agora a possibilidade de desenvolver grande projeto de que tanto a região amazônica necessita.

Em breve, serão iniciadas as obras do gasoduto nos trechos de Coari-Porto Velho, Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus, o que muito ajudará nesse processo.

Era o que tinha a dizer.



Documento 36/53

013.1.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2003-15:22

Publ.: DCD - 13/03/2003 - 6309 NILTON CAPIXABA-PTB -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. NILTON CAPIXABA (PTB-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 8 de março é a data oficial das manifestações feministas em todo o mundo desde 1975, quando a ONU — Organização das Nações Unidas comemorou o Ano Internacional da Mulher e toda a década seguinte como a década da mulher.

A data traz à lembrança a tragédia que ocorreu no início do século passado numa fábrica de tecidos americana, em que operárias morreram queimadas em decorrência dos protestos que faziam durante uma greve. O movimento feminista surgiu, pois, dentro do movimento operário e ganhou força depois da 2ª Guerra Mundial, com substituição de homens por mulheres no processo produtivo.

É bom lembrar que as empresas, em sua origem, foram criadas por homens e para homens. No entanto, desde a 2ª Guerra Mundial, o número de mulheres que trabalham aumentou 200%.

Depois de décadas de preparação silenciosa, depois de ganharem experiência e frustração com o predomínio masculino, as mulheres que trabalham estão à beira



de uma mudança revolucionária. Mais velhas, mais sensatas, mais numerosas e bem representadas em setores de ponta como computação, finanças e publicidade, as mulheres estão prontas para romper as barreiras que as impediam de chegar ao topo.

No transcorrer da década de 90, o senso comum admitiu que as mulheres e os homens atuassem igualmente como líderes de trabalho, e as mulheres alcançaram as posições de liderança que lhes foram negadas no passado.

O princípio dominante da organização deixou de ser a gerência com o objetivo de controlar a empresa e passou a ser a liderança com o objetivo de extrair das pessoas o que elas têm de melhor e de reagir rapidamente às mudanças. As tarefas das empresas mudaram, e o mesmo aconteceu com a sua força de trabalho. Essa é talvez a principal razão pela qual o princípio orientador dos negócios mudou da gerência tradicional para a liderança, abrindo as portas para as mulheres.

Outra observação que me permito fazer, Sr. Presidente, é que para o exercício da liderança as mulheres contam com a prática diária, por toda a história da humanidade, da arte de conversar, de negociar e de extrair das pessoas aquilo que elas têm de melhor. É assim no diálogo dentro dos lares, dentro das famílias, negociando com seus maridos e interagindo com seus filhos e suas filhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estudo divulgado pelo DIEESE — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos mostrou que a participação feminina no mercado de trabalho vem aumentando. Ainda assim, não há muito o que comemorar. Segundo o levantamento, as mulheres continuam enfrentando desigualdades de oportunidades e de remuneração. Além disso, a inserção feminina, embora venha aumentando mais do que a masculina, ocorre principalmente em postos vulneráveis.

De acordo com o DIEESE, 35 milhões de mulheres encontravam-se no mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas em 2001, o equivalente a 41,9% da PEA — População Economicamente Ativa brasileira. Na década de 90, 23 milhões de mulheres faziam parte da força de trabalho do País, correspondendo



então a 35,5% da PEA, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

A taxa de participação feminina é crescente, até mais do que a masculina, mas não dá garantia de igualdade de condições de trabalho. O emprego feminino ainda é muito vulnerável e ocorre principalmente em setores tradicionais para mulheres, como o de serviços, com destaque para trabalhos sem carteira assinada, de domésticas ou autônomas que trabalham para o público e que fazem trabalhos familiares.

Num quadro de economia favorável, esse crescimento seria uma conquista. No entanto, o que leva cada vez mais mulheres ao mercado de trabalho não é o desejo de emancipação, mas a necessidade de sobrevivência.

Já os salários continuam inferiores aos dos homens. Em 2002, o rendimento feminino, na média nacional, equivalia a 66% do recebido pelos homens. A deterioração da economia brasileira nos últimos anos não permitiu que os indicadores do mercado de trabalho melhorassem. A razão desse movimento está no aumento do desemprego e na diminuição dos rendimentos familiares. A mulher teve que ir à luta.

Teve de ir à luta, Sr. Presidente, como foram à luta as milhares de mulheres, companheiras da maior migração registrada na história econômica e demográfica, do Estado de Rondônia. Desde os idos do início da colonização oficial, traçada pelo INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, as mulheres migrantes trabalharam e até hoje trabalham, ombro a ombro, ao lado de seus maridos.

Trabalham na abertura dos lotes, trabalham nos plantios e nas colheitas das culturas alimentares (do arroz, do milho, do feijão e da mandioca), do café, do cacau e no manejo dos rebanhos. Não se pode esquecer que, por ocasião da seleção dos colonos a assentar, quanto à mão-de-obra da mulher, o INCRA levou em conta o equivalente a 0,5 para cada mulher maior de 18 anos para a aferição da força de trabalho do conjunto familiar.

Em Rondônia, com uma população de 1 milhão, 377 mil habitantes e uma PEA — População Economicamente Ativa de 460 mil pessoas, as mulheres são em



número de 196 mil, o que corresponde a 43% do total. As atividades que mais ocupam a força de trabalho da mulher rondoniense são: o comércio, o artesanato e os empregos como domésticas. A única categoria que não mantém muita diferenciação entre os salários pagos aos homens e às mulheres é o comércio, posto que resultam de acordo coletivo de trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de me associar às justas homenagens feitas às mulheres brasileiras e de modo particular às mulheres de Rondônia. Trabalhadoras ou não, merecem as homenagens feitas e, muito mais que homenagens, merecem o respeito, o carinho e a estima de toda a sociedade rondoniense.

Muito obrigado.



Documento 37/53

013.1.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2003-15:28

Publ.: DCD - 13/03/2003 - 6314 ZELINDA NOVAES-PFL -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. ZELINDA NOVAES (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não foi fácil chegarmos aqui. Muitas lutas e muitas dores, mas muito por fazer.

Este momento é de festa e de renovação de uma consciência permanente de luta que envolva mulheres de todos os segmentos sociais.

E começa por nós, mulheres políticas eleitas pela sociedade, a responsabilidade de alertar as demais para participarem mais ativamente da vida pública para que possam ter a oportunidade de sugerir, planejar, implementar e executar ações e projetos voltados para a necessidade da mulher e em consequência da família e da sociedade.

Somos também conscientes da grande importância do papel que exercemos no seio familiar e de que a nossa carta magna consagra a família como a base da sociedade.

Como mães, esposas e administradoras do lar, devemos cuidar para que a ascensão da mulher se dê sem que ocorra a desagregação da família.



É necessário portanto que a realização profissional da mulher venha se compatibilizar com a união familiar e a harmonia social.

O sucesso da mulher não pode incomodar, seja como dona de casa, seja como profissional, mesmo porque o sucesso daquela que gera mulheres e homens é o sucesso da sociedade como um todo.

É por isso que pesquisadores e estatísticos, a começar pelos responsáveis pelo IBGE, precisam deixar de considerar a dona de casa como inativa.

Artigo da socióloga da Fundação Carlos Chagas, Cristina Bruschini, publicado no informativo Mulheres em Dados, da Fundação SEADE, de São Paulo, aponta que se agregássemos ao número de brasileiras economicamente ativas o das que se ocupam dos afazeres domésticos, 95% das mulheres com mais de 10 anos poderiam ser consideradas trabalhadoras.

A dona de casa deve ter assegurado direitos trabalhistas e previdenciários, afinal, quando falamos do baixo nível educacional da mulher, verificamos que uma das causas é justamente o fato de ela estar ocupada integralmente como administradora do lar.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, lamentamos informar que ao terminarmos este pronunciamento, duas mulheres terão sido agredidas por alguém com quem deveria manter uma relação afetiva. Provavelmente, uma das duas apresentará lesão corporal grave, talvez decorrente de espancamento, queimadura ou uso de arma.

A violência intrafamiliar precisa ser duramente combatida. Crianças e mulheres não podem mais arriscar seus sentimentos em relações descontroladas sem que atitudes inibidoras de tamanha brutalidade sejam adotadas pelos Poderes Públicos.

Graças à mobilização feminina, temos na Bahia e em outros Estados exemplo de política policial de atendimento à mulher vítima de violência que inclui um lar-abrigo para mulheres vítimas de violência intrafamiliar, a Casa de Maria.

Aqui não vamos somente propor, mas lutar pela aprovação de propostas que efetivamente reduzam esse tipo de violência em todo o País.



O preconceito e a discriminação continua fazendo suas vítimas. Por isso mesmo, quando Deputada Estadual, apresentamos na Bahia projeto de lei sobre medidas de prevenção e repressão a atos discriminatórios ou atentatórios contra a mulher praticados por pessoa jurídica estabelecida naquele Estado.

Se é ruim a discriminação da mulher, imagine quando esta é pobre e negra. Não podemos deixar de analisar a questão racial.

Diferentemente do que ocorre com os demais grupos, a mulher negra a partir dos 10 anos de idade ou está trabalhando ou buscando uma oportunidade de trabalho. Citando dados especificamente da Bahia, o Censo retrata a região metropolitana de Salvador como um espaço predominantemente negro, em que as mulheres são a maioria. Na população ativa, acima dos 10 anos, dois terços são representados por negras.

Esse é o retrato de uma gente capaz, que contraria o gosto amargo do racismo encoberto. Mas, infelizmente, a precária escolarização predominante no grupo estabelece a mulher negra nos espaços menos privilegiados do mercado de trabalho, como a prestação de serviço, na sua grande parte doméstico, e o comércio de mercadorias, na sua maioria, ambulante.

Tudo antes exposto nos leva a propor o estabelecimento de políticas públicas e estratégias civis que garantam maior participação feminina nas questões políticas, seja pela via eleitoral, a exemplo da busca do cumprimento da Lei de Cotas, que infelizmente mais uma vez não foi atingida, seja através do engajamento nas questões políticas e sociais, apresentando sugestões, formando novos organismos ou fortalecendo os já existentes como o CFEMEA e outros.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, finalizamos afirmando que podemos olhar para trás e ver que a morte das 129 mártires nova-iorquinas, resultado de uma iniciativa muito ousada para sua época, não foi em vão.

É a história revelada e a história anônima que nos constroem a prosseguir na semeadura e na colheita de novas conquistas.

Por tudo isso, hoje devemos olhar para o futuro e também ousar tomar atitudes que as gerações futuras, incluindo nossos filhos, possam se orgulhar das nossas histórias.



Sejamos felizes!

Deus nos abençoe.



Documento 38/53

013.1.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2003-16:54

Publ.: DCD - 13/03/2003 - 6388 MARIA DO CARMO LARA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Avanço político e social da classe feminina nas últimas décadas.

A SRA. MARIA DO CARMO LARA (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher foi comemorado hoje pela manhã neste Congresso Nacional, em sessão solene e, durante à tarde, no Palácio do Planalto, com a presença do Presidente Lula e da Ministra Emília Fernandes.

Há 145 anos, no dia 08 de março de 1857, teve lugar aquela que foi, em todo o mundo, uma das primeiras ações organizadas por trabalhadores do sexo feminino. Centenas de mulheres das fábricas de vestuário e têxteis de Nova Iorque iniciaram uma marcha de protesto contra os baixos salários, o período de 12 horas diárias e as más condições de trabalho. Durante a greve deu-se um incêndio que causou a morte de cerca de 130 manifestantes. Em 1908, mais de 14 mil mulheres marcharam nas ruas de Nova Iorque. Reivindicavam o mesmo que as operárias no ano de 1857, bem como o direito de voto. Caminhavam com o slogan Pão e Rosas, em que o pão simbolizava a estabilidade econômica e as rosas uma melhor qualidade de vida.



O Dia Internacional da Mulher, Sr. Presidente, simboliza, portanto, a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. E não se pode dizer que se trata de uma luta do passado. Apesar dos muitos avanços verificados durante o século XX subsiste a distância entre a situação ideal e a situação real da mulher. As mulheres constituem a maioria da população situada no limiar da sobrevivência. Em boa parte da África e Ásia, representam três quartos da população analfabeta. Ainda sofrem os efeitos de um preconceito inaceitável. Dentro dos padrões da sociedade, reconhecemos que "mulher" é sinônimo de beleza, questionamentos e liberdade. A mulher busca, a cada dia, derrubar barreiras do machismo, presente no mundo todo. Ela é a dona de casa, a médica, a empresária, a agricultora, a professora, enfim a incentivadora do que há de mais importante: a vida, que somente ela pode gerar e procriar.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é indubitável o avanço político e social das mulheres nas últimas décadas. Nos anos 30, elas conquistaram o direito de votar e de ser votada. Hoje, a bancada feminina no Congresso Nacional aumentou, após as eleições de 2002. Em 1998 foram eleitas 29 Deputadas; em 2002, 44 — um aumento de 45% do número de mulheres só na Câmara. No Senado, dobrou de cinco para dez o número de cadeiras ocupadas por mulheres. O aumento da representatividade feminina no Congresso é um ótimo sinal de que os espaços no Poder e na política vêm sendo conquistados pelas mulheres.

Naturalmente também vêm à tona, para debates aprofundados, questões relativas às condições socioeconômicas, políticas e culturais do universo feminino. Aliadas, as lideranças femininas, no meio social, contribuem efetivamente para a construção da cidadania, dia a dia, com um olhar sensível e atento às transformações pelas quais a Nação precisa passar.

No trabalho, elas conquistam espaços antes somente destinados ao público masculino, devido a tabus e preconceitos. Mas também é evidente a discriminação de gênero, pois muitas mulheres ainda recebem salários menores em relação aos de colegas masculinos que exercem as mesmas funções. Muitas ainda estão sem



a proteção da legislação trabalhista, em subempregos, de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho.

Em casa, as mulheres, infelizmente, são vítimas de violência assustadora. No Brasil, conforme dados da Fundação Perseu Abramo, a cada 15 segundos uma mulher sofre algum tipo de violência. Isso precisa acabar urgentemente.

No entanto, Sr. Presidente, elas cada vez mais têm voz e vez na história. Representam hoje 50,8% do eleitorado do Brasil. Portanto, esse 8 de março serve para homenagens e reflexões, na luta por uma sociedade mais justa e fraterna, onde homens e mulheres, de todas as idades, sejam respeitados e valorizados como pessoas humanas dignas, cidadãos dotados de inteligência e sensibilidade. Portanto, 08 de março não está ligado somente a uma data que simboliza a mulher, e sim, a tudo o que ela busca através do seu trabalho, sua dignidade, sua igualdade de valores, direitos, deveres e liberdade.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja publicado no Jornal da Câmara e divulgado no programa A Voz do Brasil.

Era o que tinha a dizer.



Documento 39/53

013.1.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2003-15:08

Publ.: DCD - 13/03/2003 - 6305 JOÃO MAGNO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Homenagem à Prefeita Maria do Carmo Ferreira da Silva, do Município de Araçuaí, Minas Gerais. Elogio ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela liberação de recursos ao setor de saneamento básico dos Municípios.

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 8 de março comemora-se o Dia Internacional da Mulher, essas bravas e batalhadoras mulheres, especialmente as do Brasil, que, além de ter, como todas, o poder milagroso de dar à luz, particularmente neste momento de grave crise em que se encontra o País — econômica, financeira, moral, ética —, vêm marcando presença em todos os setores da sociedade.

Neste instante, no Palácio do Planalto, o Presidente Lula homenageia, simbolicamente, em nome do Governo Federal, as mulheres brasileiras.

Destaco a merecedora homenagem prestada a uma Prefeita de um dos Municípios mais pobres deste País, a qual foi reeleita e cada vez mais enobrece a mulher brasileira, pela sua competência e destemor. Falo de uma mulher pequena na estatura, mas enorme no talento e na generosidade: Maria do Carmo, a Cacá,



negra que sabe como defender as causas de uma comunidade sofrida do Vale do Jequitinhonha.

A homenagem que está sendo prestada neste momento no Palácio do Planalto pelo Presidente Lula às mulheres se reveste de imensa importância, principalmente porque homenageia a Prefeita Cacá, de Araçuaí. O Vale do Jequitinhonha tem todo um simbolismo em relação à causa dos marginalizados, dos pobres e dos famintos deste País.

A Prefeita Cacá, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, transformou a cidade de Araçuaí, mostrando a todos uma maneira decente e participativa de fazer política neste País.

Parabéns às mulheres brasileiras! Parabéns ao Governo Lula! Parabéns a todas as mulheres que, neste momento, podem festejar o Dia Internacional da Mulher! Essa causa extrapola a visão limitada que outrora atrapalhou a conquista, pela mulher brasileira, de sua emancipação, dos seus direitos de igualdade e de participação para eliminar o machismo, que, ao longo dos anos, por meio de falsa cultura, a marginaliza e oprime.

Gostaria também de dizer que, ontem, se reuniram em Brasília mais de 2 mil Prefeitos do nosso País. Essa causa também é justa, porque a referida reunião tinha por objetivo buscar recursos para os Municípios brasileiros e, principalmente, resolver questões fundamentais que proporcionarão ao povo brasileiro felicidade, justiça e dignidade, com distribuição de renda nos Municípios.

A luta dos Prefeitos é importante, tem o nosso integral apoio e o do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ontem, S.Exa. nos surpreendeu quando liberou 1 bilhão e 400 milhões de reais para investimento em saneamento básico. Este Governo é ousado, corajoso, cumpre com todas as promessas, mesmo sabendo que o País passa por momento difícil, provocado pela insana política do Presidente Bush, mesmo sabendo que ainda colhemos frutos da má administração dos Governos anteriores que nos deixaram em perversa situação financeira.

O Presidente Lula descontingencia verbas, a fim de conceder mais recursos aos Municípios brasileiros. S.Exa. libera, simbolicamente, uma sede de trabalho aos



Prefeitos, para que eles se estruturem melhor. O Brasil começa a progredir de forma irreversível no momento em que o Presidente procura a valorizar as cidades brasileiras, onde o povo vive suas angústias e alegrias, como diz o poeta.

Parabenizo, mais uma vez, as mulheres. Saúdo o Presidente da República, que tem a ousadia e coragem de, mesmo vendo o Brasil passar por esta situação difícil, liberar recursos, a fim de contribuir para a resolução das questões sociais, como a distribuição de renda e o saneamento básico, ainda no início do seu mandato.

Muito obrigado.



Documento 40/53

013.1.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2003-16:54

Publ.: DCD - 13/03/2003 - 6355 VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Orientação da respectiva bancada. I

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, hoje tivemos um dia muito bonito aqui em Brasília. Além da vinda dos Prefeitos a esta cidade, as nossas companheiras foram homenageadas nesta manhã.

Na parte da tarde, no Palácio do Planalto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma homenagem especial às mulheres e, ao mesmo tempo, assumiu compromisso para com a luta das nossas companheiras que tanto nos ensinam em questões de igualdade e oportunidade. Na ocasião, vi, com orgulho, o olhar brilhante, num rosto já envelhecido, de Clara Charf, companheira do grande Carlos Marighella, que lá se fazia presente, exemplo para as mulheres de luta pela dignidade humana.

Quero saudar todas as mulheres — prostitutas, negras, operárias, mães solteiras, mulheres do campo e da cidade, intelectuais, em especial, minha amada mãe que está no Céu.



Aproveito a oportunidade para conclamar os Deputados da bancada do Partido dos Trabalhadores a que venham ao plenário registrar o voto "não" ao requerimento.



Documento 41/53

013.1.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2003-15:30

Publ.: DCD - 13/03/2003 - 6323 TEREZINHA FERNANDES-PT -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Solidariedade à VI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Fatores determinantes do crescimento do trabalho escravo no País. Urgente formulação de políticas públicas de combate à pobreza e geração de emprego e renda no Estado do Maranhão. Aspiração de Municípios da região tocantina e do sul maranhense de criação do Estado do Maranhão do Sul. Defesa de instalação de refinaria de petróleo no Estado do Maranhão.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicio este pronunciamento congratulando-me com todas as mulheres pela passagem do dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e faço esta saudação lembrando a legendária líder comunista maranhense Maria Aragão, síntese de luta e dedicação à causa do povo.

Maria Aragão, médica e revolucionária, histórica dirigente do PCB e da Central Única dos Trabalhadores, foi incansável guerreira e, mesmo levando uma vida de sacrifícios, sonhava com um mundo de paz e igualdade. Ela é referência para todas nós, mulheres que continuam a lutar por justiça.



Saúdo também nesta preliminar todas as Prefeitas e Prefeitos do Brasil que estão na Capital Federal para tratar dos anseios básicos de seus munícipes e buscar construir nova relação com o Governo Federal, o que já se mostrou possível com a ida do Presidente Lula e de vários Ministros à abertura da 6ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

A luta municipalista, sem dúvida, é estratégica para o projeto de realmente mudar o nosso País, como é o desejo do Presidente Lula, do meu partido, o PT, e de todas as forças democráticas e populares do Brasil.

Sr. Presidente, chego a esta Casa num dos mais ricos momentos políticos de nossa História. Um novo ciclo de esperança se estabelece com a chegada à Presidência da República de um companheiro que carrega consigo a síntese da combatividade e da generosidade do povo brasileiro, que expressa profunda e já histórica vontade de mudar. Com Lula, simbolicamente, foi Zumbi dos Palmares que chegou à Presidência; foi Negro Cosme, do Maranhão; foram os cabanos do Pará; foi Antonio Conselheiro; foi Chico Mendes; foi Margarida Alves, foram, enfim, todos aqueles verdadeiros heróis que ao longo de nossa História lutaram por justiça e igualdade. Por isso, este pronunciamento jamais poderia deixar de ser uma saudação a este momento em que a histórica luta do povo tem real possibilidade de transformar o Brasil.

Mudar, transformar! Esse é o nosso destino. E há muito o que transformar, Sr. Presidente! Existem marcas de atraso que envergonham a República. Uma delas, seguramente, é a existência ainda hoje, no início do século XXI, do trabalho escravo. Aliás, é para apagar essa repugnante chaga que o Presidente Lula acaba de lançar o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. O trabalho escravo é uma questão dos direitos humanos e também política, atinge a dignidade do ser humano e viola a sua liberdade.

Estive ontem, Sr. Presidente, participando de reunião sobre o tema com o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e com o Secretário Nacional de Direitos Humanos, o ex-Deputado Nilmário Miranda, a quem parabeno pelo trabalho que inicia, já com pulso e determinação, demonstrando



claramente que a questão dos direitos humanos no Governo Lula não vai ser enfeite de vitrina.

Só no ano passado, Sr. Presidente, a Comissão Pastoral da Terra — CPT registrou 5.665 casos de pessoas submetidas à escravidão. O trabalhador é sufocado por dívidas fabricadas e acorrentado por milícias particulares. A situação é muito grave.

Com base em dados colhidos no campo, a CPT constatou o crescimento do trabalho escravo no Brasil no ano de 2002, que, por sinal, registrou maior número de casos em relação aos anos anteriores. Um dos principais fatores para o crescimento do trabalho escravo no Brasil é a impunidade, mas existem outras causas, todas vexatórias para a sociedade brasileira.

É com isso que o Presidente Lula quer acabar ao lançar o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Trata-se de inadiável tarefa que, para ser alcançada, precisa do decidido empenho do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais, do Parlamento brasileiro, da Justiça e de toda a Nação.

Sinto-me, pessoal e politicamente, atingida pelo drama da escravidão. Sou descendente de índios e negros, que ainda sofrem as conseqüências dessa histórica anomalia; sou filha de trabalhadores rurais, as principais vítimas da escravidão moderna; sou de um Estado, o Maranhão, que ocupa a segunda posição em número de ocorrências de trabalho escravo.

Em 2002, ainda segundo dados preliminares da CPT, o Pará concentrou o maior número de casos, 117, com 4.333 trabalhadores escravos. Em seguida, vem o Estado do Maranhão, com 12 casos, envolvendo 432 pessoas. E essa situação é mais grave do que parece. Muitos dos trabalhadores escravizados nos Estados vizinhos, como Pará e Tocantins, são maranhenses. Fugindo da falta de emprego e renda no Maranhão, muitos trabalhadores acabam escravizados em outros Estados.

O Sr. Wasny de Roure Nobre Deputada Terezinha Fernandes, permite-me V.Exa. um aparte?

A SRA. TEREZINHA FERNANDES Ouço, com prazer, o nobre Deputado Wasny de Roure.



O Sr. Wasny de Roure Nobre Deputada Terezinha Fernandes, ao cumprimentar V.Exa., quero dizer que o Estado do Maranhão se destaca nesta Casa por sua grande eloquência. Sabemos que V.Exa. integra, sobretudo, grupos que gritam por justiça. A temática que V.Exa. traz hoje à Casa me sensibiliza profundamente. Um dos meus primeiros projetos teve o objetivo de propor o aumento da pena destinada àqueles que cometem o crime de uso ou aliciamento de trabalhadores em regime de escravidão, o que deve ser repudiado por toda a sociedade. As pessoas que cometem esse tipo de crime, infelizmente, têm a possibilidade de pagar a fiança e, livres, voltam à sociedade e praticam o mesmo crime. Nesse sentido, propus que fosse aumentada para de 25 a 30 anos a pena para os que cometerem tal crime. Chama-me a atenção o fato de que esse debate tem-se concentrado sobretudo na área rural, quando sabemos que o problema também está presente na área urbana, onde a adolescência tem nas ruas o seu principal espaço de sobrevivência. Muitas vezes, nós, homens públicos, convivemos com essa realidade e não manifestamos inconformidade, a ponto de sermos tolerantes com o que freqüentemente tem ocorrido no País. Parabênzo V.Exa. pelo seu discurso e também o Governo Federal que, logo nos primeiros dias de mandato, encarou esse problema. Quiçá nossos adversários tivessem tido a mesma sensibilidade quando, por oito anos, estiveram no poder e foram inteiramente omissos quanto a essa questão. Por isso chegamos a indicadores tão graves. Obrigado.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES Agradeço a V.Exa. o aparte, Deputado Wasny de Roure.

Continuo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Existem razões políticas e econômicas para o que vem acontecendo no Brasil. Numa terra que reúne as melhores condições naturais do Nordeste, no caso, o Maranhão, a escravidão é, de um lado, o resultado da desenfreada busca de lucros por parte de empresários marginais e, de outro, da ausência de política de geração de emprego e renda. Não é possível, assim, desligar a escravidão das condições de vida da população. No Mapa do Fim da Fome, organizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, divulgado em 2001, o Maranhão aparece em primeiro



lugar: nada menos que 63,72% dos maranhenses vivem com renda mensal inferior a oitenta reais — indigência.

Frente às críticas do Governo do Estado à metodologia empregada para a feitura desse mapa, o coordenador da pesquisa, Marcelo Neri, explicou, na edição do dia 10 de julho de 2001 da Folha de S.Paulo, que o estudo classificou como indigentes as pessoas com renda mensal inferior a oitenta reais, valor necessário, de acordo com os preços vigentes à época em São Paulo, para garantir a ingestão mínima de alimentos recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

Esse número revela a crescente concentração de renda no Brasil, em particular no Maranhão. Uma comparação entre os dados divulgados pelo IBGE na síntese dos indicadores sociais de 2000 revela, por exemplo, que apenas 2,3% da população maranhense vive com mais de cinco salários mínimos. Isso significa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apenas 130 mil pessoas num Estado com população de 5 milhões e 600 mil habitantes.

O Sr. Severino Cavalcanti Deputada Terezinha Fernandes, permite-me V.Exa. um aparte?

A SRA. TEREZINHA FERNANDES Com prazer, ouço V.Exa., nobre Deputado.

O Sr. Severino Cavalcanti O palpitante tema escolhido por V.Exa. para esta tarde deveria ser abordado também pelos demais Parlamentares da Casa. Saúdo a chegada de V.Exa. à Câmara dos Deputados. Sei do enorme compromisso do novo Governo com a população. Ele precisa estar atuante desde já. Não tenho dúvida de que o Estado do Maranhão será um dos mais fiscalizados, pois V.Exa. é líder incontestado daquele povo. Espero que a fiscalização aconteça em todo o Brasil, porque o trabalho escravo ainda persiste, apesar de termos no Governo o Presidente Lula, alguém que veio do povo. Tenho certeza de que V.Exa. vai fazer com que o Governo comece a funcionar também nessa área.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES Muito obrigada pelo aparte, Deputado Severino Cavalcanti.

Ouçó, com prazer, o Deputado Wagner Lago.

O Sr. Wagner Lago Ao cumprimentar V.Exa. pelo brilhante discurso, cumprimento também a mulher maranhense. V.Exa. evocou Maria Aragão, símbolo da bravura



da maranhense — mulher lutadora, mulher revolucionária, digamos assim. Quero dizer a V.Exa. que neste momento se encontra em meu gabinete, assistindo ao discurso de V.Exa., o Dr. Moreira Lima, histórico companheiro de Maria Aragão nas grandes lutas da resistência democrática do Maranhão. V.Exa. não faz uma denúncia, mas um libelo acusatório. Como constatou a pesquisa do IBGE, no Estado do Maranhão, que a natureza dotou de rios perenes e boas terras, quase 64% da população, ou seja, quase 3,5 milhões de habitantes, vive na miséria, abaixo da linha da pobreza. Sabe V.Exa. por quê? Porque há quarenta anos não existe alternância de poder no Maranhão. Ainda recentemente, a política do grupo que domina o Estado entronizou no Governo um preposto que obteve apenas 48% dos votos, caso inédito na história política e eleitoral do País. O candidato ao Governo obteve 48% dos votos, e não ocorreu segundo turno, como determina a Constituição Federal. A causa do atraso e da pobreza do Maranhão está aí, e é contra isso que nós, da Oposição maranhense, temos de lutar. O Maranhão tem tudo para ser um grande produtor, como foi no passado, quando recebia nordestinos expulsos pela seca. Hoje, isso não mais ocorre. Conforme bem disse V.Exa., atualmente os maranhenses é que deixam o Estado natal. Quase 600 mil deles saíram em busca de sobrevivência nos garimpos das Guianas e do Amapá e para servirem como trabalhadores escravos nas fazendas do sul do Pará. Ao concluir este aparte, Sra. Deputada, cumprimento V.Exa. também pelo brilhante trabalho que realiza em Imperatriz, com o companheiro Jomar Fernandes, que está mudando a história administrativa do Município. Parabéns!

A SRA. TEREZINHA FERNANDES Obrigada, Deputado Wagner Lago.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tomando como referência as condições socioeconômicas da população entre os anos de 1992 e 1999, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios demonstra que o número de excluídos no Estado do Maranhão só cresce. Nesse tempo, o número de famílias que viviam com até meio salário mínimo aumentou 37%, enquanto no Brasil, no mesmo período, diminuiu 22%. Esse é o dramático retrato do Estado do Maranhão.

O Atlas da Exclusão Social do Brasil, publicado este ano pela Cortez Editora, organizado pelos pesquisadores Marcio Pochmann e Ricardo Amorim, que



articularam índices de pobreza, escolaridade, alfabetização, desigualdade social, emprego formal, etc., infelizmente confirma essa tendência ao analisar o Censo 2000, do IBGE.

O Sr. Eduardo Valverde Permite-me V.Exa. um aparte?

A SRA. TEREZINHA FERNANDES Ouço, com prazer, o aparte de V.Exa.

O Sr. Eduardo Valverde Parabenizo a companheira Deputada Terezinha Fernandes pelo brilhante pronunciamento que faz. Na qualidade de auditor fiscal do trabalho e integrante do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, do Ministério do Trabalho, ao fiscalizar diversas propriedades do sul do Pará, tive o desprazer de constatar ocorrência de trabalho escravo. Dezenas de maranhenses e piauienses, inclusive mulheres, foram retirados de tal situação por meio de corajosa ação do Ministério do Trabalho, que tinha por objetivo dar a esses brasileiros oportunidade de levar vida digna. Entretanto, vários deles retornaram à condição de escravo pela falta de perspectiva de encontrar ocupação que lhes garantisse renda ou de conseguir um pedaço de terra para plantar e produzir. O trabalho escravo que se vê no Brasil atualmente tem nova e moderna modalidade: a escravidão com dívida. . Parabenizo a companheira pela abordagem do tema. Obrigado, Deputada.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES Agradeço a V.Exa. o aparte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para se ter uma idéia do tamanho da tragédia que se abate sobre o Estado do Maranhão, basta ver que dos cem Municípios brasileiros com maior grau de exclusão social 35 são maranhenses. Nessa lista, o Maranhão é o Estado com o maior número de ocorrências. A lista inversa, porém — a dos cem Municípios com menor grau de exclusão social — , não registra nenhum Município maranhense. Ao contrário, dois Municípios do Maranhão, Belágua e Paulino Neves, estão entre aqueles com os piores indicadores sociais do País.

Atentem bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pois esses dados nos ajudam a compreender a razão de tantos maranhenses estarem procurando em outras paragens melhores condições de trabalho e renda, tornando-se presas



fáceis para os "gatos", aqueles que aliciam trabalhadores. Eis aí uma das causas estruturais da existência do trabalho escravo.

Em vez de adotar esses indicadores como ponto de partida para a formulação de políticas públicas de combate à pobreza e geração de emprego e renda, o grupo político que controla a máquina do Estado há quase quarenta anos tem procurado desacreditar esses indicadores. Ele tenta usar artifícios metodológicos para esconder a situação de miséria que sua política criou ao longo das últimas quatro décadas.

Como assinalou a Profa. Cândida Costa, da Universidade Federal do Maranhão:

"Mude-se a metodologia, considere-se renda a economia de subsistência e, quem sabe, até as esmolas porventura recebidas pelos mendigos e teremos um Governo feliz com a ostentação de indicadores sociais menos dramáticos. Mas ande-se pelas periferias de São Luís ou pelo interior do Estado do Maranhão: a pobreza se avulta diante de nós e teima em desmentir os indicadores sociais fabricados."

O Sr. Neiva Moreira Permite-me, V.Exa., um aparte?

A SRA. TEREZINHA FERNANDES Ouço, com prazer, o nobre Deputado Neiva Moreira.

O Sr. Neiva Moreira Apesar de estar bastante afônico, quero dizer a V.Exa. que a sua presença na tribuna não é apenas uma satisfação para os seus pares desta Legislatura, mas uma honra para o Maranhão. Conheci o seu notável trabalho social no Tocantins, sobretudo em Imperatriz, cujos resultados foram consagrados na última eleição. Chamo a atenção de V.Exa. para a nova estratégia que a oligarquia do Maranhão está adotando: atacar um a um os Líderes do Governo, inventando, mentindo e forjando documentos. Tudo na equivocada expectativa de que, com isso, poderá modificar a avalanche de mudanças ocorridas no Estado. As profundas alterações que estão transformando o Maranhão inevitavelmente significam mudança ou alternância de poder. E, mais do que isso, a abertura, para que o povo do Maranhão viva em liberdade num ambiente de progresso e de desenvolvimento social. V.Exa. enriquece a bancada de luta do Maranhão, já consagrada nesta tribuna por tantas pessoas que passaram por esta Casa. Fique



certa de que o Maranhão inteiro está acompanhando sua presença na Câmara dos Deputados como fato novo e relevante na vida política.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES Obrigada, Deputado Neiva.

Lembro a questão da miséria para retomar o tema do trabalho escravo, Sr. Presidente. O que fundamentalmente faz do Maranhão o Estado com o segundo maior índice de trabalho escravo e o maior exportador de trabalhadores para outras regiões é o grau de indignação social a que grande parte de seu povo foi submetido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além de tudo isso, estamos vivendo situação sui generis na política maranhense: em Brasília, o Senador José Sarney, Presidente do Senado da República, é aliado do Presidente Lula, mas, no Maranhão, S.Exa. continua tentando destruir o Partido dos Trabalhadores, o partido do Presidente.

Por intermédio da TV Mirante, afiliada da Rede Globo, e do jornal O Estado do Maranhão, propriedade de sua família, o Senador vem fazendo caluniosa e sistemática campanha contra o Governo democrático e popular de Imperatriz, liderado pelo PT.

Quero dizer desta tribuna ao Senador José Sarney que não vamos nos calar! Respeitamos as alianças nacionais do partido e apoiamos incondicionalmente o Governo Lula, mas o PT do Maranhão não aceita o massacre pretendido pelo grupo Sarney.

A iniciativa do Governo Lula de combater o trabalho escravo merece todo aplauso e ação solidária, mas ele só será extirpado de vez quando conseguirmos acabar com a situação de total abandono em que se encontram grandes contingentes humanos. E tal avanço só será possível quando conseguirmos extirpar certas práticas políticas e o atraso que elas representam, como bem demonstram os fatos aqui narrados e a própria História do Brasil.

Trago a marca de um povo que luta e tenho o grande sonho de ver o Maranhão livre do atraso, da fome, da miséria, do trabalho infantil, da escravidão; de ver o nosso povo livre de toda forma de opressão. É à realização desse sonho que continuarei dedicando toda a minha energia, como faço desde os tempos do



movimento estudantil e no trabalho cotidiano de construção do PT, por longos 23 anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para concluir, evoco a força e o potencial de minha terra, o Maranhão, tão cheia de encantos, de recursos naturais, de gente trabalhadora e criativa, tão merecedora da realidade livre da miséria, da fome, do mandonismo e da intolerância política.

É em função desse ideal que conclamo toda a bancada maranhense, entidades da sociedade civil, empresários, trabalhadores, agentes públicos, enfim, todo o povo do meu Estado para que, juntos, lutemos pela construção de uma nova realidade no Maranhão. É fundamental, por exemplo, a instalação da refinaria de petróleo, cuja construção foi prevista pelo Governo Federal, o que será também objeto de nossos esforços.

Mas trago também o eco de milhares e milhares de vozes que hoje anseiam pela divisão territorial do Estado. Venho de Imperatriz e, com muito orgulho, sou a primeira mulher a ser eleita Deputada Federal por esse Município, que, por sua posição geopolítica, tem importância estratégica para qualquer processo efetivo de desenvolvimento daquela imensa região, que compreende áreas dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Imperatriz e todas as cidades da região tocantina e sul do Maranhão já expressaram claramente o destino que querem para si: a criação de um novo Estado, o Maranhão do Sul.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reafirmo a esta Casa, ao Brasil, ao povo do Maranhão, de Imperatriz e da região tocantina, que lutaremos incansavelmente para ajudar a transformar em realidade aquilo que povoa nossos mais puros e sinceros sonhos desde a juventude: construir uma Pátria justa, fraterna, solidária, em que todos os brasileiros e brasileiras possam viver integralmente e se construir como seres vocacionados para a felicidade.

Ao encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, faço uma profissão de fé no futuro do meu País e no aperfeiçoamento de sua democracia. Há um fato histórico concreto que aponta nessa direção: na I Marcha Nacional dos Prefeitos a Brasília, ocorrida em 1998, os dirigentes municipais foram recebidos por cachorros e baionetas.



Ontem, na VI Marcha, foram recebidos pelo Presidente da República. Parabéns Brasil!

Muito obrigada.



Documento 42/53

013.1.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2003-16:40

Publ.: DCD - 13/03/2003 - 6336 THELMA DE OLIVEIRA-PSDB -MT
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Importância da reforma política para o País. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma honra representar neste Parlamento as mulheres do Brasil e do meu Estado, Mato Grosso.

Hoje fazemos parte de uma minoria que conquistou espaço político, e por isso nossa responsabilidade é ainda maior.

Apesar de representarmos mais de 50% do eleitorado brasileiro, apesar da nossa vocação e sensibilidade para o trabalho social e político, não ocupamos, na mesma proporção de nossa força, espaços nas esferas de poder, onde são decididos os destinos da população.

A mulher ainda atua timidamente na área política e em cargos de chefia no Poder Público. Além de estar culturalmente formada para manter a família e atuar nos bastidores, sua inserção na política é comprometida, primeiro, pela falta de oportunidade e espaço nos partidos; segundo, pela dificuldade de exercer funções públicas para construir uma carreira política; terceiro, pela falta de recursos para custear uma campanha eleitoral com chances de vitória.



O que vemos por este País afora são mulheres e homens mais humildes, que exercem liderança e prestam serviços à comunidade, atuando nos bastidores para eleger os candidatos que têm condições de custear uma campanha.

É por isso que defendemos a reforma política como prioridade, não apenas para facilitar a aprovação das demais reformas necessárias, mas para que se possa consolidar a democracia no País.

Defendemos, além da fidelidade partidária, o financiamento público das campanhas. Acreditamos que só assim poderemos competir com os demais candidatos em igualdade de condições.

As mulheres precisam estar cada vez mais presentes nas campanhas eleitorais, não nos bastidores, mas como candidatas. O financiamento público das campanhas é essencial para garantir essa igualdade.

Mas as dificuldades femininas, Sr. Presidente, não se restringem ao âmbito da política.

Apesar de estarmos, cada vez mais, assumindo sozinhas o sustento dos filhos, já que 25% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, continuamos sendo discriminadas no mercado de trabalho. No Brasil, a diferença salarial entre homens e mulheres é, em média, de um salário e meio; ou seja, a mulher, mesmo capacitada, ganha menos que os homens. Além disso, amarga um índice de desemprego maior e enfrenta dupla jornada de trabalho.

Todo esse cenário de discriminação indica a necessidade de programas específicos para evitar a desintegração familiar, atendendo aos pleitos da mulher.

Sr. Presidente, hoje não poderíamos deixar de lembrar a este Parlamento as manifestações das mulheres em todo o País por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

Em Mato Grosso, meu Estado, cerca de trezentas mulheres sem terra fizeram passeata reivindicando o fortalecimento da agricultura familiar, e mais de quinhentas mulheres dos movimentos sociais foram para a praça pública manifestar suas reivindicações pelos direitos femininos.



No entanto, Sras. e Srs. Deputados, no Dia Internacional da Mulher, a manifestação mais importante foi o grito feminino pela paz, ecoado por todos os cantos do País.

Queremos o fim da violência contra as mulheres e contra todo cidadão vítima do crime organizado, do desemprego e da miséria.

Queremos uma solução pacífica para a crise no Oriente Médio. Temos consciência de que os horrores da guerra recaem, sobretudo, nas mulheres, nas crianças e nos idosos desamparados.

Desarmadas, empunhamos a bandeira da paz, contando com nossas idéias e ideais, com o sentimento e a vontade de construir um mundo sem violência, com oportunidades iguais para todos.

Fica registrada a solidariedade e a parceria deste Parlamento para com todas as mulheres que estão construindo este País todos os dias.

Sr. Presidente, agradeço a gentileza.



Documento 43/53

013.1.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2003-15:22

Publ.: DCD - 13/03/2003 - 6310 WALTER PINHEIRO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Necessidade de apuração, pelo Senado Federal, do suposto envolvimento de membro da instituição em escutas telefônicas clandestinas no Estado da Bahia.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente aproveito a oportunidade para registrar a passagem do Dia Internacional das Mulher, sobejamente representadas nesta Casa por bravas e lutadoras companheiras que, ao longo dos anos, destacaram-se principalmente por romper preconceitos e barreiras de separação entre os dois sexos que alguns ainda insistem em manter. As mulheres têm demonstrado ao longo dos anos não só capacidade, como também tenacidade.

Parabenizo todas as mulheres pela passagem desse dia de comemoração, mas também de indignação por todas as injustiças a elas impostas ao longo de toda a história.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o motivo de meu pronunciamento desta tarde é, mais uma vez, registrar minha indignação em relação a posturas assumidas pelo Parlamento brasileiro no que diz respeito à apuração dos recentes



fatos ocorridos na Bahia.

O povo brasileiro espera muito do Parlamento, que não pode adotar posturas e atitudes que sirvam para encobrir atitudes ilícitas de quem quer que seja, mesmo que de Parlamentares. Refiro-me ao que vem ocorrendo no Senado Federal, à apuração pelo Conselho de Ética do possível envolvimento de um Senador numa das histórias mais escandalosas da Bahia.

Tentamos instalar uma CPI para apurar o caso. Não foi possível. Houve manobras para evitá-la. O Senado Federal tem o dever de criar tal CPI para averiguar os fatos. Essa é uma atitude que toda a população espera e cobra do Governo, para que se esclareça a prática leviana, perniciosa, criminosa de utilizar a estrutura pública, a estrutura do Poder Executivo para vasculhar a vida das pessoas, para amedrontá-las, para colher informações alheias ou até mesmo para satisfazer desejos pessoais. Tal prática, neste atual estágio de democracia, é um absurdo.

Já foi dito e repetido neste Parlamento que nem mesmo a ditadura ousou atitudes tão vergonhosas quanto as evidenciadas: prática de crime institucionalizado, de uso da Secretaria de Segurança Pública para fins ilícitos, de afronta ao Poder Judiciário, de imposição de caminho errôneo, através de informações fraudulentas e de mentiras no intuito de bisbilhotar conversas alheias.

O Senado Federal não pode negar-se a adotar a atitude esperada por todo o povo brasileiro, ou seja, a apuração dos fatos. Não queremos rito sumário, não queremos condenação precoce de ninguém, mas exigimos o estabelecido pelo Parlamento, por todos nós, para esclarecer fato dessa natureza, que toda a sociedade repudia e deseja banir de uma vez por todas da nossa história.

Alguns dizem que o fato em questão é problema localizado, mas não o é. Não podemos considerá-lo problema específico da Bahia, porque nele está envolvido um Senador da República. Faz parte do cenário nacional! Além disso, Sr. Presidente, tal crime fere os princípios de respeito ao cidadão, de respeito ao arcabouço jurídico e legislativo que este Parlamento ajudou a construir.

Sr. Presidente, o Senado Federal não pode ausentar-se do seu papel de julgador em tal processo à luz dos fatos, à luz dos dados, à luz dos depoimentos colhidos



pela Polícia Federal. Precisa assumir posição condizente com a esperada pela sociedade: que mantenha o Parlamento, o compromisso com a verdade, como já fez anteriormente! Não se trata de pegar essa ou aquela figura — que coincidentemente volta à cena da ilicitude. O Senado deve nesta oportunidade corrigir seu rumo e adotar atitude que sirva para prevenir práticas como essa, melhorando o País para o futuro. As estruturas de Governo, em qualquer instância, não podem ser utilizadas para atender demandas pessoais insanas, principalmente quando expõem cidadãos.



Documento 44/53

013.1.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2003-15:28

Publ.: DCD - 13/03/2003 - 6312 DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Otimismo com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, peço a V.Exa. que considere como lido meu pronunciamento sobre o Dia Internacional da Mulher, em que destaco os avanços por elas obtidos e o benefício que com isso teve a sociedade brasileira.

Registro também a necessidade de continuarmos trabalhando arduamente para superar todas as desigualdades, especialmente no que tange à violência que ainda se abate sobre as mulheres em nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura) Sr. Deputado, o pronunciamento de V.Exa. será acolhido e publicado.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 8 de março é o Dia Internacional da Mulher, e eu não poderia deixar de vir a esta tribuna prestar minhas calorosas saudações às mulheres - mães, filhas, companheiras, trabalhadoras, estas humanas que



partilham conosco suas diferenças e afinidades, tornando mais doce e suave a fantástica aventura da existência do homem sobre a Terra.

Ao longo do último século as mulheres brasileiras conquistaram um espaço admirável em todos os setores da vida nacional. Há 70 anos, o voto feminino não existia; hoje, as mulheres são maioria do eleitorado e ocupam alguns cargos importantes do Governo do País.

A mulher, indiscutivelmente, vem rompendo as amarras e garantindo cada vez mais espaços e direitos, destacando-se as conquistas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a exemplo da licença maternidade de 120 dias, que constitui-se num importante estímulo à amamentação e ao relacionamento mãe--filho nos primeiros meses de vida, além de outras importantes conquistas como o direito à creche e pré-escolas, dentre outros. No entanto, estes e outros direitos, lamentavelmente, ainda são freqüentemente desrespeitados.

No campo institucional, também há de se registrar vitórias importantes das mulheres na ocupação de espaços, destacando-se a presença no atual governo que é a mais representativa de todos os tempos, bem como, a participação nas Casas Legislativas, que embora ainda, em número relativamente menor ao dos homens, a mulher vem mudando os índices, registrando um crescimento considerável em 2002, chegando a 100% no Senado Federal e 45% aqui nesta Casa, por exemplo.

No que tange ao campo de trabalho, embora se registre que há duas ou três gerações, era rara a mulher de classe média que se aventurava a trabalhar fora dos limites domésticos, hoje, elas detêm uma considerável fatia no mercado de trabalho, o que de acordo com os números recentes de pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), este índice chega a 41% do mercado.

No entanto, por outro lado, as mesmas estatísticas denunciam que as mulheres ainda continuam sendo as principais vítimas do desemprego e a baixa remuneração, embora se constate que possuam melhor qualificação e formação que os homens, continuam com salários bastante inferiores em comparação ao



homem, sem considerar a grande concentração de mão-de-obra feminina no subemprego e no mercado informal.

Outro gravíssimo problema enfrentado pelas mulheres é o da violência doméstica. A cada quinze segundos uma brasileira é espancada, a maioria dentro de suas casas, e 50% dos casos de estupro ocorrem na própria família. A vergonha e os laços familiares com os agressores desestimula a denúncia por parte das vítimas, fazendo com que a impunidade leve à repetição dos atos de violência.

Esta é uma situação deplorável, que deve ser coibida com a máxima urgência e eficiência possíveis. Foi com muito otimismo, pois, que li as declarações da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, a ex-Senadora Emília Fernandes, em defesa do aumento do número de delegacias da mulher e de casas de abrigo para proteger as vítimas da violência doméstica.

A Secretária está consciente da necessidade de oferecerem-se à mulher espaços em que ela possa denunciar seus agressores mantendo-se a salvo de retaliações, enquanto os causadores da violência, por outro lado, tenham acesso a tratamento psicológico e a um trabalho de reeducação.

Estou convicto de que os compromissos históricos do novo governo em relação às mulheres, e a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, fazem-nos crer que a complexa questão da discriminação e da violência fundadas no gênero receberá um tratamento sério e competente nos próximos anos, assim como a perspectiva de mudanças na implementação de políticas públicas que possam apontar para uma melhor qualidade de vida da população, em especial das mulheres.

A título de sugestão, gostaria de lembrar de outros dois graves dramas que afetam as mulheres no nosso País: a exploração sexual de garotas, jovens e até crianças, e o aumento das estatísticas de desemprego formal entre as mulheres.

Nós, membros do Legislativo, temos o dever de contribuir para proporcionar melhores condições de vida e maior dignidade às mulheres brasileiras. Coloco-me, pois, à inteira disposição da Secretária Emília Fernandes para contribuir com o que estiver ao meu alcance para que os objetivos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres sejam atingidos.



Vou concluir o meu pronunciamento saudando, mais uma vez, cada uma das mulheres do nosso País. Mulheres de todas as idades, raças e classes sociais, que, no anonimato de suas casas ou ocupando posições de destaque na vida pública nacional, têm contribuído decisivamente para a prosperidade do nosso País.

Viva a luta das mulheres!

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado.



Documento 45/53

013.1.52.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2003-16:54

Publ.: DCD - 13/03/2003 - 6386 POMPEO DE MATTOS-PDT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Homenagem às mulheres gaúchas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos dias, muitas homenagens foram prestadas, nesta Casa, à mulher, merecidamente, pelo seu papel importante na história, na cultura e no cotidiano da sociedade brasileira e mundial.

Como gaúcho, peço licença para destacar a figura da mulher na história do Rio Grande do Sul, como forma de homenageá-la.

No Rio Grande do Sul a figura feminina é um elemento singularíssimo, independente da etnia ou da classe social que represente. Mostra-se com uma presença forte e batalhadora, que não costuma baixar a cabeça e submeter-se a situações em que fique rebaixada ou inferiorizada.

A gaúcha acostumou-se com o sofrimento, mas jamais se dar por vencida por ele. Muito pelo contrário, encontra nas dificuldades motivo de força e resistência. Considerada prescindível nos períodos de revolta, a mulher participou ativamente dos episódios históricos do Rio Grande do Sul.



Obrigada a sofrer calada durante mais de duzentos anos de combates e revoltas, a mulher gaúcha viu partir para a guerra seus pais, irmãos, maridos e filhos, ficando com a obrigação de cuidar da casa, dos filhos pequenos e filhas moças, da criação e plantação. Não precisamos procurar muito para chegar a esta conclusão: se os homens válidos estavam envolvidos diretamente nos entreveros, a quem ficaria delegada a missão de manter de pé as estruturas familiares e inclusive econômicas do Estado?

A mulher gaúcha levou em suas costas, por uma infinidade de vezes, toda a responsabilidade de manter o Rio Grande ativo enquanto seus homens emprestavam suas forças a causas políticas. Muitas vezes ela assumia também o papel de soldado, pois, desprotegida a casa, a ela cabia a responsabilidade de defender os bens e a integridade da família.

A mulher no Rio Grande do Sul sempre trabalhou nas estâncias, assegurando a economia do Estado, enquanto seu pai, esposo e filho saíam para defender as fronteiras e os ideais rio-grandenses.

Dentre tantas grandes mulheres que se destacaram no cenário rio-grandense, em defesa das nossas fronteiras, destacamos a Marquesa de Alegrete, heroína anônima, nobre pampeana, que em 14 de janeiro de 1717, na Batalha de Catalan, ao lado do esposo Marques de Alegrete — Luiz Telles de Caminha e Menezes — e do filho, ajudou a escrever, com sangue suor e lágrimas, a história das batalhas entre Portugal e Espanha, servindo como enfermeira, mãe e até soldado, na demarcação de fronteiras do nosso pago gaúcho.

A história também registra a mulher farroupilha do decênio heróico, que foi a mulher que, de uma forma ou de outra, figurou na história oficial do decênio heróico. Dentre elas, citamos Anita Garibaldi (Ana Maria de Jesus), mulher intensamente feminina, ativa, forte de ânimo, de decisões rápidas, uma exímia cavaleira, que despertou em Giuseppe Garibaldi um fortíssimo sentimento, mesmo nos poucos contatos que tiveram em Santa Catarina, quando da invasão de Laguna pelas tropas farroupilhas, além de Maria Josefa da Fontoura Palmiro, que promovia reuniões políticas em sua casa, em Porto Alegre, em apoio a Bento



Gonçalves e aos Farrapos, além de também defender a libertação dos escravos, e tantas outras.

A participação da mulher foi de fundamental importância no contexto da formação histórica, social e cultural do Rio Grande.

A Revolução Farroupilha colocou a mulher num encontro ingrato e arriscado com a vida, porém, por mais ameaçadoras que se tenham apresentado as circunstâncias, ela sempre soube manter-se firme: quanto mais a situação era adversa, mais a mulher sabia se transformar na forja sagrada das convicções do herói farroupilha.

A mulher guerreira ficou conhecida por "vivandeira", a "china de soldado", a mulher que acompanhava as tropas em seus deslocamentos e permanecia nos campos de combate cuidando do soldado.

A estancieira era a mulher que permanecia na estância, administrando as lides campeiras e domésticas, tomando conta do lar, dos filhos, da estância e cuidando dos negócios do homem ausente, que rezava pelos vivos e chorava os mortos. Era, aos olhos de Deus e da sociedade patriarcal, a mãe, a esposa, a filha; permanecia em casa, aguardando ansiosa o desfecho da guerra e o retorno do guerreiro.

Muitas foram as heroínas desconhecidas; lograram entrar na história, mas só agora recebem reconhecimento, como Caetana, esposa de Bento Gonçalves da Silva, e Elautéria, mulher de Manuel Antunes da Porciúncula.

Foi neste difícil momento que o valor da mulher farroupilha foi testado, fazendo com que seu coração vivenciasse as inúmeras novas circunstâncias, levando-a a sujeitar-se às necessidades, aos infortúnios. Mas ela foi competente em sua função, incansável no desempenho do seu papel. Encantadora, generosa, companheira, não se deixou arrastar por convicções derrotistas. Deixou na história um admirável perfil, abrindo perspectivas esplêndidas de esperança para seu companheiro, demonstrando a admirável e inacreditável persistência dos farrapos.

A mulher farroupilha, com seu sentimento de compreensão e solidariedade, muito auxiliou no desenvolvimento da semente da República rio-grandense, fazendo frutificar, em heroísmo, a alma da gente farroupilha. Ela soube avaliar e enfrentar



o perigo, não para receá-lo, mas para combater-lo. Esta foi a mais sublime e valorosa lição feminina, raramente descrita com a merecida justiça e homenagem dos pósteros.

A mulher sempre promoveu a mais iluminada unidade de fé, auxiliou a compor as mais importantes páginas da história gaúcha, em meio a grande destruição, acreditou e fez acreditar que sempre se salva algo dignificante da vida.

Inúmeras foram as heroínas anônimas que, cuidando dos filhos, dos interesses familiares e da economia do Rio Grande, deram ânimo, apoio e acreditaram nos anseios farroupilhas.

Voltando o olhar sobre nosso heróico passado, constatamos que, mesmo durante o dramático e sangrento decênio farroupilha, o homem nunca esteve só: a providência divina colocou ao seu lado uma grande parceira de lutas e fiel companheira.

A transformação política, social, econômica e tecnológica chegou ao Rio Grande do Sul, levou a mulher gaúcha, a prenda tradicionalista, a sair às ruas em busca do seu espaço, da sua independência e de melhores condições de sobrevivência, porém conservando intacto o seu sentimento pela tradição gaúcha de apego à família e amor ao semelhante.

Encerro este pronunciamento declamando um poema de minha autoria, em homenagem à heroína Anita Garibaldi.

Anita, mulher guerreira
Que simboliza uma saga
Escrita a ponta de adaga
Como quem cumpre uma sina
Que mostrou desde menina
Ser forte e determinada
Ser alguém predestinada
A escrever a própria história
Com mil façanhas e glórias
Que hoje são lembradas



Foi assim que eu aprendi
Relendo a história Farrapa
Que redesenhou o mapa
Demarcando a trajetória
De um povo cuja memória
Hoje te reverencia
Dizendo: "Ana Maria"
Ou simplesmente "Anita"
És tu a guerreira bendita
Que foi gaúcha um dia.

O Rio Grande se orgulha de ti, Anita
Anita de Garibaldi
Ou Garibaldi de Anita
Valente mulher bonita
Timoneira do seival
Como tu não tem igual
E nem há comparação
És tu a própria razão
Do legado farroupilha
Que seguindo tua trilha
Forjou o ideal da raça
Que hoje retrato com graça
No meu álbum de família

Anita, mãe e amante
Guerreira e admirada
Que amou e foi amada
E deu exemplo de vida
Tu jamais serás esquecida
Pelos teus gestos de amor



Pelos teus dons, teu valor
E teu ideal libertário
E os teus feitos legendários
Têm as mãos do Criador

Alguns dizem que tu és Santa
Que és beata milagreira
Que és uma Santa guerreira
Que é uma Santa Guerreira
De laguna ou Lageana
Mista de virgem e profana
O que importa a identidade
Se hoje toda a humanidade
Para ti faz reverência
Só por que já tem consciência
Que és gaúcha na verdade

Anita, mulher gaúcha
Da província cisplatina
Da Pampa continentina
E mãe de dois continentes
Tu lançastes a semente
De um povo bravo e altaneiro
Do gaúcho brasileiro
Com a mescla de italiano
E quanto mais passam os anos
Mais me sinto teu herdeiro

Tuas façanhas são lendas
Contadas em noites campeiras
Quando ao pé da figueira



Pariu um filho solita

Anita, mulher bonita

Santa e bela Catarina

Brasileira uruguaia, campesina

Que atravessou oceano

Para em solo italiano

Ser mãe, mulher e heroína.

Tu és, Anita, a história viva

Do nosso antepassado

Do Rio Grande retovado

Do gaúcho insubmisso

Que sabe honrar compromisso

E talvez seja por isso

Que te faço reverência

É que na minha consciência

De pampa continentina

Tu foste a Santa Catarina

Que defendeu minha Querência.

Muito obrigado.



Documento 46/53

014.1.52.O Sessão Ordinária - CD 13/03/2003-16:36

Publ.: DCD - 14/03/2003 - 6701 FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Participação da oradora em sessão solene realizada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Expectativa de solução de dificuldades para implantação do Projeto Fome Zero no Estado.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, farei dois registros.

Primeiramente, comunico que, amanhã, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte realizará sessão solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Fui convidada para esse evento e, portanto, vou participar dele.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também quero usar o pequeno espaço de que disponho para registrar a importância que o Programa Fome Zero terá para o Rio Grande do Norte, Estado com 75% de sua área localizada no semi-árido e cuja economia entrou em franco declínio com a crise da cultura do algodão e o abandono da agricultura familiar. Isso provocou um esvaziamento do meio tipicamente rural e a queda do nível de renda de milhares de famílias. Hoje, temos cerca de 50% da nossa população vivendo abaixo da linha de pobreza. A maioria dos nossos Municípios tem IDH baixo e podem ser beneficiários do Fome Zero.



Nosso mandato está priorizando o acompanhamento desse programa. Junto com a sociedade civil organizada e Parlamentares estaduais do meu partido, estamos articulando discussões regionais, seminários. Também estamos organizando um diagnóstico da situação econômica, social e de organização da sociedade civil dos Municípios do Rio Grande do Norte.

Recentemente, Sr. Presidente, em reunião realizada no último dia 24 de fevereiro pela sociedade civil do Rio Grande do Norte, foram identificadas algumas dificuldades para implantação do Programa Fome Zero que precisam ser sanadas, num esforço coletivo que deve envolver o governo em todos os níveis, Parlamentares, sociedade civil e igrejas.

Os problemas maiores são os seguintes:

- 1) desencontro e/ou ausência de informações mais concretas;
- 2) inexistência de uma estrutura mínima, física e de pessoal, para coordenar o programa nos Estados. Sobre isso, já entregamos ao Ministro José Graziano documento com fundamentação para que o Governo Federal defina coordenações estaduais do programa;
- 3) indefinição de diretrizes operacionais, inclusive sobre a organização dos Conselhos de Segurança Alimentar;
- 4) critérios para definição dos Municípios a serem beneficiados.

Esperamos que, nos próximos dois meses, tenhamos resolvido esses problemas, com o objetivo de aperfeiçoar e dar uma feição mais concreta ao Fome Zero. O povo potiguar, beneficiário ou não do programa, quer e vai contribuir para que o objetivo traçado seja de fato colocado em prática pelo nosso Governo. O Programa Fome Zero vai significar a cara da mudança na casa dos mais pobres se o mutirão para sua construção realmente se efetivar.

É nisso que nós acreditamos e apostamos.



Documento 47/53

014.1.52.O Sessão Ordinária - CD 13/03/2003-14:50

Publ.: DCD - 14/03/2003 - 6625 CLAUDIO CAJADO-PFL -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Urgente necessidade de organização do Programa Fome Zero para garantia de sua eficácia. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Transcurso do 156º aniversário de nascimento do poeta baiano Antônio de Castro Alves.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PFL-BA. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, três assuntos me trazem à tribuna hoje. O primeiro se refere ao Programa Fome Zero, que, segundo o próprio Presidente Lula, é prioritário em seu Governo.

Hoje, discute-se no Parlamento e fora dele a fome e a miséria em nosso País, porém, o combate à fome pressupõe, além da vontade e da determinação política, ações concretas. Infelizmente, vemos que a vontade do Presidente da República, que é a nossa também, bem como a de demais governantes, partidos políticos, gestores públicos e do conjunto da sociedade brasileira, não se está revelando pragmaticamente. Estamos vendo ocorrer apenas fatos isolados, e não ações concretas.

Fico pasmo, Sr. Presidente, ao constatar por intermédio da mídia escrita e falada que sequer aqueles que desejam contribuir com o programa, seja doando



recursos financeiros, seja doando alimentos, podem fazê-lo por não haver conta em banco ou local para deixar a colaboração. O Governo ainda não dispõe de depósitos para receber e armazenar as doações. Por outro lado, é um absurdo dizer que as contas não foram abertas porque eram sigilosas. Quem milita na vida pública, sabe que ações dessa natureza devem ter transparência. Portanto, precisam ser divulgadas desde o momento em que são lançadas.

É lamentável ver pessoas de renome nacional e internacional como a top model Gisele Bündchen tentarem contribuir com 50 mil reais para o programa, mas não conseguirem porque o cheque não pode ser depositado. Alegam as autoridades do Governo Federal que esperavam a campanha publicitária ditar o momento adequado para divulgar as contas. Isso é um absurdo.

Sr. Presidente, não tenho dúvida de que o Presidente Lula está imbuído de bons propósitos, mas seu Governo precisa começar a imprimir ações concretas para que não estejamos a ouvir mea-culpa a todo momento em que se tem oportunidade de divulgar as propostas governamentais.

Estamos verificando que os pobres ainda não receberam os benefícios do Programa Fome Zero por que tanto anseiam. Daí porque faço este pronunciamento. Peço ao Governo Federal que agilize os procedimentos, inicie as ações com sua equipe, de forma pragmática, e ouça mais este Parlamento. Nós, do Partido da Frente Liberal, desejamos construir ponte benéfica entre o Parlamento e o Palácio do Planalto, para que o Governo Lula tenha a estabilidade necessária e faça efetivamente o que prometeu na campanha eleitoral. Espero que a diferença entre as promessas de campanha, muitas vezes bem intencionadas, e a assunção do Governo, quando se percebem as dificuldades existentes, sirva de lição àqueles que apenas criticam e não colaboram.

De minha parte, Sr. Presidente, estou aqui para conclamar o Governo a diminuir a burocracia e a fazer com que suas ações sejam implantadas de forma mais rápida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o segundo assunto que gostaria de abordar diz respeito ao transcurso do Dia Internacional da Mulher. Quando se afirma que as comemorações do dia 8 de março representam discriminação aos



homens, podemos pensar, por um lado, que se desconhece a história e o sentido deste dia para homens e mulheres; por outro lado, que as diferenças existentes na sociedade e na cultura que reforçam a discriminação de classe, raça, sexo, idade e gênero não são percebidas.

A data foi instituída pelo movimento feminista com o objetivo de homenagear as mulheres do mundo inteiro por sua luta pela paz, pela democracia e pelo socialismo.

Clara Zétkin propôs a criação do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora na II Conferência Internacional da Mulher Socialista, realizada em Copenhague, em 1910. No dia escolhido, no ano de 1857, operárias de uma indústria têxtil de Nova Iorque se revoltaram contra as péssimas condições de trabalho a que estavam submetidas e resolveram ocupar a fábrica, reivindicando igualdade salarial, melhores condições de trabalho e redução da jornada de quatorze para dez horas. Os patrões fecharam todas as portas e atearam fogo ao prédio ocupado. Resultado: morreram 129 mulheres queimadas vivas.

Inicialmente, a data foi incorporada apenas pelas mulheres socialistas de alguns países europeus, como Alemanha, Áustria, Dinamarca e Suíça. Em 1975, a ONU incluiu o dia 8 de março em seu calendário oficial de comemorações, e a partir daí a data foi sendo aceita pela maior parte dos países do mundo (Rocha, Bicalho, 1998).

O Dia Internacional da Mulher se tornou um marco justamente porque tudo o que esta data representa em termos de denúncia, reivindicação, celebração continua existindo. A partir desta comemoração, o que homens e mulheres ganharam? Se pensarmos na conquista de direitos, avançamos muito. Até bem pouco tempo as mulheres não podiam votar, estudar, trabalhar fora de casa e participar da política em igualdade de condições com os homens. Hoje as mulheres podem votar, têm acesso à educação, ao mercado de trabalho e à política. Aliada a isso, vem a proliferação do discurso feminista, os estudos da mulher, a consolidação da categoria de gênero e as teorias feministas que forjam a mudança de novos paradigmas, a ampliação e a conquistas de mais direitos.



Seguindo esta mesma linha de pensamento, se fizermos uma retrospectiva sobre a situação das mulheres em relação aos homens, tomando como ponto de partida as ações do movimento feminista contra a discriminação, vamos constatar que hoje, ao se completarem 74 anos em que adquiriram cidadania política com o direito ao voto, elas já têm algumas conquistas: grande representação na Câmara, no Senado, na Assembléia e no exercício do direito de cotas.

Tudo isso é muito significativo. Não é demais lembrar que este dia vem sendo comemorado há 35 anos e que, até então, era desconhecido no Brasil. O movimento feminista transformou a data no evento mais importante da luta da mulher pela equidade de oportunidades e direitos. Portanto, a memória deste dia não se esvai, mas, sim, constrói processo de reivindicações, lutas, celebrações e grandes conquistas que contribuem para equilibrar as relações entre os sexos masculino e feminino no universo.

Sr. Presidente, o terceiro e último assunto que me traz à tribuna é a comemoração dos 156 anos de nascimento do eterno poeta baiano Castro Alves. Estarei amanhã no Município que leva seu nome, junto com o Prefeito Gilvandro de Souza Araújo e as lideranças políticas locais, para comemorar a data.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muito saudosismo que relembremos hoje a memória do nosso eterno e imortal poeta Castro Alves. Nascido em 14 de março de 1847 numa fazenda pastoril baiana, filho do médico Antônio José Alves, pobre comerciante lusitano que se casou com Clélia Brasília Castro, filha natural de rico fazendeiro.

Em 1854, a família Castro mudou-se para Salvador, onde Antônio José dedicou-se à clínica de homens livres e escravizados. Em 1858, aos 11 anos, Castro Alves foi matriculado no Ginásio Baiano. Seu proprietário destacava-se pela idéias reformistas e introduziu o ensino gradual e concomitante das matérias e o aprendizado do português a partir dos grandes mestres e não mais do latim. A grande inovação pedagógica de Abílio Borges foi a substituição do castigo físico pela emulação estabelecida através de competições literárias.

Não sabemos quando Castro Alves escreveu sua primeira poesia sobre a questão servil. Com 13 anos declamou, durante o outeiro dedicado ao aniversário do



proprietário do Ginásio Baiano, poesia destacando a abolição do castigo físico como recurso pedagógico. Em janeiro de 1862, com 15 anos, ele e seu irmão mais velho partiam para Recife para se inscrever no curso preparatório à Escola de Direito. Nesse ano, publicou a poesia *Destruição de Jerusalém* no *Jornal do Recife*, alcançando seu primeiro sucesso de público.

A família de Castro Alves fora golpeada pela enfermidade de seu século: a tuberculose. Sua mãe morrera jovem, e seu pai sofria dos pulmões. Em meados de 1863, com apenas 16 anos, uma primeira hemoptise revela a Castro Alves que o mal também lhe alcançara. Talvez a enfermidade tenha contribuído para a intensidade com que se entregou à luta abolicionista. A mesma entrega nortearia sua vida amorosa. Em outubro do mesmo ano, Castro Alves via publicado seu primeiro livro — *Espumas flutuantes*.

Em 6 de julho de 1871, Castro Alves morria, aos 24 anos, em Salvador.

Hoje, o inesquecível poeta dá nome a uma cidade que ontem era conhecida como região de curralinho e que no presente é reconhecida mundialmente por suas riquezas culturais e folclóricas, sua economia e infra-estrutura avançada, seu povo hospitaleiro e sua administração, conduzida pelo atual Prefeito Gilvandro de Souza Araújo, cujos trabalhos estão voltados para atender as necessidades básicas da comunidade castro-alvensê, com a construção de novas escolas, postos de saúde, com a implantação de sistema de tratamento de água na zona rural e quadras poliesportivas, como incentivo à prática de esportes. Na área social, o Prefeito Gilvandro Araújo entregará, no próximo dia 29 de março, 32 casas construídas no Alto de Nossa Senhora, um dos bairros mais humildes da cidade, assim como também iniciará, no dia 17 do corrente mês, a pavimentação da Rua Dendê.

Sr. Presidente, é por todas essas razões que venho hoje prestar singela homenagem ao poeta Castro Alves, uma das mais respeitadas figuras do cenário cultural baiano, bem assim ao povo castro-alvensê, a seus líderes municipais e a todos os que, como eu, não a esquecem jamais, mesmo estando longe.

Era o que tinha a dizer.



Documento 48/53

014.1.52.O Sessão Ordinária - CD 13/03/2003-16:02

Publ.: DCD - 14/03/2003 - 6660 LEONARDO MONTEIRO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Trajetória política do orador. Compromisso do Parlamentar com os grandes interesses nacionais. Complexidade da condição geográfica e socioeconômica do Estado de Minas Gerais. Empenho na melhoria das condições de vida do homem do campo. Importância do incremento da infra-estrutura de transportes para facilidade do acesso marítimo ao Estado do Espírito Santo. Relevância da recuperação ambiental das bacias hidrográficas mineiras. Apoio à proposta de reforma agrária apresentada pelo Governo Federal. Necessidade de promoção de ampla reforma política. Agradecimento ao povo mineiro pela eleição do orador à Câmara dos Deputados.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários da Casa, profissionais da imprensa, ouvintes da Rádio Câmara, telespectadores da TV Câmara, cumprimento o Exmo. Sr. Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, e os demais componentes da Mesa Diretora. Cumprimento também os nobres companheiros da bancada do Partido dos Trabalhadores e dos outros partidos aqui representados. Cumprimento, em especial, as Sras. Deputadas presentes,



pela passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado no último sábado, dia 8. Parabenizo essas colegas que atuam na qualidade de representantes de todas as mulheres brasileiras, as quais, ao longo de décadas, vêm ocupando espaços no mundo do trabalho, nos ramos empresarial, artístico, científico e político.

Nesta primeira oportunidade de pronunciar-me no plenário da Casa, não poderia deixar de fazer uma breve apresentação. Represento o Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais. Nasci na zona rural de Governador Valadares. Formei-me em Direito pela Faculdade de Direito Vale do Rio Doce. Sou casado e tenho um casal de filhos. Comecei minha vida pública no Movimento Estudantil Secundarista. Depois ingressei no movimento sindical, atuando na fundação do Sindicato dos Papeleiros de Belo Oriente, do qual fui o primeiro presidente, quando funcionário da Celulose Nipo-Brasileira (CENIBRA). Nessa mesma época, atuei na criação de vários sindicatos em Governador Valadares e região, tendo sido presidente da União Operária, entidade criada na década de 30. Depois presidi a Federação dos Trabalhadores da Indústria de Papel e Celulose de Minas Gerais e Espírito Santo, além de ter atuado na criação da Central Única dos Trabalhadores.

Iniciei minha carreira política como Vereador na Câmara Municipal de Governador Valadares, tendo sido reeleito por duas vezes. No último mandato fui eleito presidente daquela Casa.

Eleito em outubro passado para o meu primeiro mandato de Deputado Federal, sinto-me honrado em participar deste momento histórico da política nacional, quando o Partido dos Trabalhadores, representado por um operário, assume a direção maior da Nação: a Presidência da República.

Iniciar meu mandato de Deputado Federal no momento em que Lula assume o Governo representa a oportunidade de atuar incisivamente para que ocorram as transformações com que sonhamos desde o início dos anos 80, quando, com a criação do Partido dos Trabalhadores, demos os primeiros passos para a organização da classe trabalhadora e sua inclusão na vida política nacional.

Venho da cidade de Governador Valadares, Município com população em torno de 250 mil habitantes, localizado no Vale do Rio Doce, no leste do Estado, a 320



quilômetros da Capital mineira. Minha cidade é também conhecida como a Plataforma Mundial do Vôo Livre. Na região ocorrem campeonatos nacionais e internacionais desse esporte, em razão da existência de uma rampa de vôo privilegiada no Pico do Ibituruna, a 1.123 metros de altitude, de onde todos os anos saltam pilotos do Brasil e de vários países.

O Estado de Minas Gerais, que hoje ocupa a segunda posição no ranking de desenvolvimento econômico nacional, é visto como um Estado aparentemente sem problemas. No entanto, como bem disse o poeta Carlos Drummond de Andrade, Minas são várias se considerarmos suas regiões com características e demandas diferentes, como é o caso do Vale do Rio Doce, do Jequitinhonha, do Mucuri e da Zona da Mata, áreas onde concentrarei minha atuação política, não deixando de ser, porém, um Deputado de Minas Gerais, defensor de seus interesses, de sua autonomia e de suas tradições.

Nosso mandato, Sr. Presidente, terá o cunho da participação popular e será o instrumento da sociedade civil organizada e dos milhares de excluídos para fazer valerem seus direitos e suas reivindicações.

Em Brasília encaminharemos o que nossa base de apoio definir nas várias instâncias de participação que apóiam nosso mandato. A estrutura que criamos para o exercício do mandato inclui um escritório regional em Governador Valadares e um em Belo Horizonte, para atender às demandas do interior do Estado.

É nosso compromisso o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, com fomento de alternativas para geração de emprego e renda, por meio de ações simples e objetivas junto aos pequenos produtores rurais e microempresários, com orientação para a busca de qualificação profissional da mão-de-obra e a captação de recursos junto aos órgãos federais.

Em nosso mandato, os pequenos e médios produtores rurais receberão tratamento especial. Lutaremos pela implantação da Escola Família Agrícola, que propiciará educação adequada à realidade do campo: os alunos aprenderão como fazer a terra produzir e como obter renda suficiente para lá permanecerem e criarem suas famílias, o que evitará o êxodo rural.



O Sr. Reginaldo Lopes - Concede-me V.Exa. um aparte?

O SR. LEONARDO MONTEIRO - Tem V.Exa. a palavra.

O Sr. Reginaldo Lopes - Obrigado, companheiro de caminhada e luta Deputado Leonardo Monteiro, nosso eterno Vereador da Câmara Municipal de Governador Valadares. Primeiramente, cumprimento-o pela eleição para Deputado Federal. Se V.Exa. trabalhar com dinamismo, ética e compromisso como fez quando exerceu seus mandatos de Vereador em Governador Valadares, o Parlamento brasileiro terá muito a ganhar. Companheiro Leonardo Monteiro, V.Exa. tem um aliado na luta em defesa da Escola Família Agrícola. Revelo aos nobres pares que a Escola Família Agrícola é a única escola de resistência do País, com metodologia de alternância: o aluno fica quinze dias na escola e outros quinze em sua atividade, no campo, em seu pequeno sítio, ajudando na economia da família. Parabéns! Essa luta também é nossa. V.Exa. tem um aliado. Parabéns por sua eleição.

O SR. LEONARDO MONTEIRO - Agradeço a V.Exa. o aparte, que incorporo ao meu pronunciamento.

Outra proposta do nosso mandato, nobres Deputados, é a organização da classe trabalhadora e dos movimentos populares, sem, contudo, ferir a autonomia desses movimentos, estabelecendo com eles relação respeitosa, sem ingerência.

Também colocamos nosso mandato à disposição do Partido dos Trabalhadores, nos vários diretórios e comissões provisórias espalhadas por toda Minas Gerais.

O Vale do médio Rio Doce foi incorporado ao circuito mercantil num longo processo histórico, iniciado com o fim do ciclo do ouro e concluído nos anos 40 e 50 do século XX. O povoamento daquele território deve ser analisado em três etapas: a fase da decadência da mineração, o ciclo militar-catequético e o período de abertura das vias de comunicação.

A efetiva ocupação do Vale do Rio Doce inicia-se a partir da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, em 1903. A partir daí começou a ocupação da região, sem nenhum controle estratégico. Os índios foram dizimados e as terras foram sendo ocupadas por fazendas de gado. À época, as principais atividades econômicas eram a extração da madeira nativa e de pedras semipreciosas, e



ainda da mica, para atender à demanda bélica da 2ª Guerra Mundial na década de 40.

O Vale do Rio Doce, então sem perspectivas de continuidade do seu desenvolvimento, passou a ser exportador de mão-de-obra para as Regiões Sul, Sudeste e Norte do País, e nas últimas décadas para os Estados Unidos e Portugal, uma vez que seus filhos não tinham a opção de ali ficarem, produzirem e criarem suas famílias, tendo a região apresentado, inclusive, em alguns momentos das décadas seguintes, um crescimento negativo.

Urge, portanto, planejar o desenvolvimento daquela região, respeitando e recuperando o meio ambiente, para inverter o estado de estagnação econômica e fazer com que o Vale do Rio Doce volte a ser o eldorado de outrora.

Por sua vez, o Vale do Jequitinhonha, cujo nome é uma referência ao importante rio que nasce no Serro e vai até o sul da Bahia, é conhecido por sua rica cultura popular, que inclui as "lavadeiras", o artesanato, as cantigas de roda, o teatro e a música. O Festival de Cultura do Vale do Jequitinhonha — FESTIVALE tornou-se conhecido nacionalmente, e este ano será realizado na cidade de Medina, no mês de julho.

O Vale do Jequitinhonha é marcado pela religiosidade do seu povo e também pelo trabalho sazonal que ocorre em épocas de colheita de cana-de-açúcar e laranja, quando os homens são levados pelos "gatos", e muitos não retornam, o que originou a expressão "viúvas de marido vivo", numa referência às mulheres dos trabalhadores rurais que saem para a colheita e não retornam.

Para honra minha, concedo o aparte ao companheiro Deputado João Grandão.

O Sr. João Grandão - Deputado Leonardo Monteiro, parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento. Sei de sua intenção de participar do núcleo agrário do Partido dos Trabalhadores. Registro que em Mato Grosso do Sul também implantamos o Programa Escola Família Agrícola. Com a sua aquiescência, cito o nome de uma certa pessoa que, junto com sua equipe, presta um importante trabalho na área: a Irmã Olga. Repito: no meu Estado também participamos da experiência e já obtivemos resultados profícuos nos assentamentos. Os estudantes ficam na escola por quinze dias e depois voltam para os assentamentos. Os resultados são



práticos. Alunos da escola estão sendo aproveitados pelo instituto de pesquisa da terra. Portanto, parabênzo V.Exa. pelo tema que levanta em seu discurso.

O SR. LEONARDO MONTEIRO - Deputado João Grandão, contamos com a contribuição de V.Exa. para o progresso da ação em debate.

Ouçõ agora o Deputado Renato Casagrande.

O Sr. Renato Casagrande - Deputado Leonardo Monteiro, ressalto a importância do trabalhos da Escola Família Agrícola. Sou do Estado do Espírito do Santo. Fui Secretário de Estado de Agricultura e membro do Conselho da Escola Família Agrícola. No meu Estado, quase vinte escolas trabalham com a pedagogia da alternância, obtendo um resultado excepcional no que diz respeito à fixação do homem, do jovem trabalhador no campo, porque esse instrumento permite a integração da educação com trabalho na atividade agrícola. Parabênzo V.Exa. pelo seu pronunciamento.

O SR. LEONARDO MONTEIRO - Agradeço ao Deputado Renato Casagrande o aparte, que igualmente incorporo a este discurso.

O Vale do Jequinhonha, uma região de muitas dificuldades econômicas, mereceu do Presidente Lula a primeira visita para implantação do Programa Fome Zero. No início do seu Governo, Lula esteve no Município de Itinga, acompanhado de seus Ministros, para conhecimento das reais necessidades daquele Vale, cujo povo sofrido voltou a ter brilho de esperança nos olhos ao receber o ilustre visitante que, como eles, nasceu em uma região pobre, de onde saiu para conquistar o País.

O Vale é verde, vida, verso e viola.

Localizado entre os Vales do Rio Doce e Jequitinhonha, o Vale do Mucuri estende-se até o extremo sul da Bahia. Abriga cidades como Teófilo Otoni, pólo das pedras preciosas, cujo processo de ocupação foi semelhante aos do Vale do Rio Doce e da Zona da Mata. Predomina ali a agricultura familiar, a produção cafeeira, e esses pequenos produtores rurais precisam de políticas públicas de apoio e incentivo à geração de renda. A ação política será fundamental, e cabe ao Poder Público a promoção do desenvolvimento de toda essa região.



De nossa parte, promovemos, nos dois primeiros meses deste ano, três plenárias, com a participação de militantes, apoiadores e a comunidade em geral, visando ao apontamento de demandas regionais. Uma das principais reivindicações apresentadas foi a de implantação de uma escola técnica federal e uma universidade pública, para garantir aos nossos jovens o direito à educação, que hoje, naquele local, só é acessível aos filhos dos que podem pagar altas mensalidades escolares.

Foi-nos também cobrado o apoio ao envolvimento da sociedade civil no programa de combate à fome proposto pelo Governo Lula, assim como às várias propostas de reforma, que, se concretizadas, contemplarão inúmeras demandas daqueles Vales.

A responsabilidade com o desenvolvimento e com a geração de emprego e renda é, repito, bandeira de mandato deste Parlamentar. Estaremos lutando pela infraestrutura viária daquela região, em que hoje a maioria de suas estradas ainda é de terra batida, o que faz seus habitantes sofrerem ora por causa da poeira, ora por causa da lama, com grandes prejuízos econômicos para todos. O asfaltamento da BR-451, que liga Governador Valadares ao norte de Minas, à região de Montes Claros, especificamente à cidade de Peçanha, será muito importante, por se tratar de um novo escoadouro de produção, passando pelo leste do Estado até o Porto de Vitória, no Espírito Santo.

A duplicação da BR-381, que liga Governador Valadares a Belo Horizonte, considerada uma das mais perigosas estradas do País, tendo em vista seu relevo acidentado, será também nossa bandeira, por se tratar de outro escoadouro da produção regional, ligando o MERCOSUL ao Norte e Nordeste do Brasil, assim como as rodovias que ligam Aimorés a Ipanema e Almenara à BR-101, no Vale do Jequitinhonha, e a BR-367, que liga a cidade de Jequitinhonha a Itaobim, na BR-116, bem como a duplicação da BR-116, no perímetro urbano de Governador Valadares.

Aquela região servida com um bom sistema viário, com certeza propiciará o desenvolvimento auto-sustentável, numa ação planejada com base num bom diagnóstico que apontará detalhadamente suas potencialidades.



Ouçó, com prazer, o Deputado Dr. Francisco Gonçalves.

O Sr. Dr. Francisco Gonçalves - Deputado Leonardo Monteiro, é um prazer muito grande poder parabenizá-lo pelo seu excelente discurso, em que mostra as necessidades básicas e prementes da região leste mineira, especialmente da cidade Governador Valadares. Parabenizo-o pela sua preocupação com a implantação de escolas de nível superior para os jovens daquela localidade, uma vez que hoje a grande dificuldade da família é sustentar o estudo de seus filhos nas escolas particulares. Só poderemos ampliar o ensino superior público e gratuito com uma política de extensão e interiorização das universidades em âmbito federal. Meus parabéns pelo seu discurso e pela grande preocupação com a sua região.

O SR. LEONARDO MONTEIRO - Muito obrigado, Deputado.

As derivações ambientais das práticas agrícolas iniciaram-se desde o primeiro momento da ocupação das vertentes da Bacia do Médio Rio Doce; porém, permaneceram fracas até quando a presença humana se conservou rarefeita. Com a abertura das vias de comunicação e a penetração do capital, isso foi significativamente alterado. Na fase de aceleração da industrialização brasileira, nas décadas de 40 e 50, ocorreram simultaneamente a rápida ocupação demográfica, a intensificação do desflorestamento e a degradação ambiental da região do Rio Doce.

A prática agrícola, com relação ao café, seguia o esquema dominante, associando-o às culturas de subsistência, principalmente de milho e feijão. Mas, com o início da produção (de três a quatro anos), essas culturas eram retiradas. A lavoura de subsistência era permitida aos parceiros; essa permissão, porém, tendia a desaparecer nas altas dos preços do café. A escassez de novas terras, o encarecimento das propriedades e o aumento do número de trabalhadores rurais sem terra provocou a substituição da parceria pelo trabalho assalariado.

Em Ponte Nova, Rio Casca e Raul Soares, no Alto Rio Doce, as lavouras de café, em terrenos mais inclinados, esgotavam-se em quinze anos, mas na zona de Colatina, Baixo Rio Doce, era comum cafezais serem abandonados com dez anos, e em terrenos de maior aclave num tempo ainda menor.



Próximo de Governador Valadares, a cultura do café concentrou-se nos Municípios de Caratinga, Conselheiro Pena, Resplendor e Itueta, os três últimos nas margens da Estrada de Ferro Vitória-Minas, e o primeiro servido pela Estrada de Ferro Leopoldina. Essa produção regular de café era realizada em terras mais elevadas e afastadas das margens do Rio Doce, seguindo o mesmo modelo itinerante.

A tentativa de aproveitamento agrícola mercantil dos solos da região com plantações de cana-de-açúcar e algodão não ganhou importância nem teve continuidade nas décadas seguintes.

Estaremos lutando pela recuperação dos rios de Minas Gerais, especialmente as bacias dos Rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha. A Bacia do Rio Doce tem uma área de 83.400 quilômetros quadrados. De todo o seu território, 86% estão em Minas Gerais e 14% no Espírito Santo. A população de 3,5 milhões de habitantes distribui-se em mais de 230 Municípios, e 70% dela vivem em áreas urbanas. A topografia, o solo, a cobertura vegetal, as reservas minerais, o clima, a biodiversidade e até mesmo as atividades econômicas são bem diferenciados ao longo das várias regiões que constituem esse território.

Estivemos, quando Vereador, presente em todo o processo de criação e implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, cujos membros foram empossados no último dia 20 de dezembro. Agora, como Deputado Federal, vamos acompanhar o início dos trabalhos desse Comitê, colocando nosso mandato como instrumento de luta na recuperação ambiental daquele importante rio e seus afluentes, o que certamente evitará as constantes enchentes nas cidades ribeirinhas, causadas pelo assoreamento do seu leito, como ocorreu em janeiro, em Governador Valadares, e em outras cidades da região, como Caratinga, Inhapim e cidades vizinhas, que, devido à fúria das águas, sofreram prejuízos materiais incalculáveis, provocados pela inundação de residências e de estabelecimentos comerciais. Como membro efetivo da Comissão de Agricultura e Política Rural e como suplente da Comissão de Meio Ambiente, estarei envidando esforços para que esses dois setores venham a receber os benefícios necessários.



Estaremos apoiando a reforma agrária proposta pelo Governo Lula, que será pautada não somente pela distribuição da terra, mas pela garantia de financiamento, preço mínimo e escoamento dos produtos. A verdadeira reforma agrária só acontecerá se o campo passar a ser uma melhor opção de vida em relação à cidade, dotado de escolas com ensino de boa qualidade, condições dignas de moradia e serviços como energia elétrica e telefonia, além de fornecimento de água potável, saneamento básico, atendimento médico e estradas em boas condições.

A reforma agrária será um grande instrumento contra a violência urbana, será o bloqueio ao círculo migratório do campo para a cidade, alcançado pela fixação do homem no campo; reduzirá o número de favelas e, conseqüentemente, a violência em todas as suas formas.

Quanto à reforma política, não faz bem para a democracia ter um amontoado de partidos políticos sem nenhuma consistência ideológica. É necessário que façamos uma reforma política que garanta o direito à organização partidária, sim, mas uma organização em que os partidos não sejam simples objeto de troca de interesses e passem a desempenhar o seu verdadeiro papel, o de instrumento da ação política.

O financiamento das campanhas eleitorais tem que ser objeto de responsabilidade do Estado, para que possamos acabar com os interesses intrínsecos dos patrocinadores privados, principais geradores da corrupção neste País. Não menos importante serão as discussões sobre a fidelidade partidária, o voto distrital misto, o voto em lista, o voto nominal, a cláusula de barreira, o fundo partidário, a contribuição de pessoas físicas e jurídicas, a limitação para pesquisas, o tempo de campanha, a reeleição e o voto facultativo, entre outros assuntos.

A Previdência também não pode continuar sendo instrumento de privilégio para poucos e motivo de desconsolo para muitos. Lutaremos por uma Previdência que dê dignidade a quem trabalhou grande parte da vida na construção deste País, para que tenham, em seus últimos anos de vida, a tranquilidade, a paz e o respeito que merecem. Quero participar efetivamente das discussões das principais diretrizes da reforma, que são: garantir justiça social e viabilidade



orçamentária ao sistema previdenciário; assegurar a preservação dos direitos adquiridos, de acordo com a Constituição; propor ao Congresso Nacional um conjunto de alterações de regras para os atuais servidores públicos da ativa, civis e militares; apoiar a aprovação de um novo sistema previdenciário para o setor público, com regras para os futuros servidores; e garantir maior isonomia em relação às regras existentes no sistema do INSS.

Por fim, e tão importante quanto as outras reformas, será a reforma tributária. A oneração dos produtos com o excesso de tributos e encargos não pode mais continuar. O retorno do desenvolvimento do nosso País passa também por desonerar a produção e fazer com que nossos produtos tenham competitividade no mercado internacional. Mister se faz que nossos produtos cheguem à mesa do brasileiro a baixo custo, para que todos tenham acesso à alimentação de boa qualidade e com preço acessível, sendo o excesso exportado, para gerar as divisas tão necessárias para a nossa autonomia no atual mundo globalizado.

Sr. Presidente, para finalizar, quero agradecer aos milhares de cidadãos que me elegeram hoje a confiança em mim depositada para estar aqui cumprindo o papel de expor e defender seus interesses como seu legítimo representante.

Quero deixar um agradecimento especial aos meus pais e a toda a minha família. Quero dizer-lhes que estou consciente da grande responsabilidade de conduzir este mandato, ante tantos desafios e expectativas de todas as Minas Gerais.

Espero contar com o apoio desta Casa para que a dura realidade do nosso povo venha a se transformar naquilo com que o eleitor sonhou quando depositou suas esperanças em nós, elegendo-nos Deputados Federais, e em Lula, elegendo-o Presidente da República.

É chegada a hora da verdadeira mudança!

Avante, Brasil!

Viva a paz mundial!

Finalizando nossa fala, quero agradecer a confiança depositada em mim, pelas milhares de pessoas que me elegeram para estar aqui hoje cumprindo este papel de expor e defender os seus interesses, como seu legítimo representante. Quero deixar um agradecimento especial aos meus pais e a toda a minha família. Quero



dizer-lhes que estou consciente da grande responsabilidade de conduzir este mandato, ante tantos desafios e expectativas de toda Minas Gerais. Espero contar com o apoio desta casa para que a dura realidade do nosso povo venha se transformar naquilo que sonharam quando depositaram suas esperanças nos elegendo deputado federal e Lula presidente da República. É chegada a hora da verdadeira mudança!

Avante, Brasil! Viva a paz mundial!



Documento 49/53

014.1.52.O Sessão Ordinária - CD 13/03/2003-15:58

Publ.: DCD - 14/03/2003 - 6648 SÉRGIO CARVALHO-PSDB -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Urgência no encaminhamento, pelo Poder Executivo, das propostas das reformas estruturais ao Congresso Nacional.

O SR. SÉRGIO CARVALHO (PSDB-RO. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, quero agradecer a Deus por me ter dado forças para estar presente aqui hoje e a todos os amigos que têm orado pela minha recuperação.

Na pessoa da minha esposa, Cláudia, e também nas pessoas das colegas Deputadas, quero render minhas homenagens a todas as mulheres, cuja data maior se comemorou no último sábado, dia 8 de março.

Sras. e Srs. Deputados, acredito que, quando mais de 53 milhões de brasileiros fizeram a opção pela eleição do Presidente Lula, eles mandaram um recado claro: queriam acelerar a implementação das reformas que vinham sendo feitas pelo Governo do Fernando Henrique Cardoso, mas que, infelizmente, tantas vezes foram duramente criticadas e impedidas de serem aprovadas pela Oposição, capitaneada pela bancada do Partido dos Trabalhadores, sob todo tipo de



argumento. E não importava que também estivesse prejudicando o Brasil; importava, sim, que fosse imposta toda sorte de dificuldades àquele Governo.

Agora entramos no terceiro mês da Administração Lula, e sabemos que é muito pouco tempo para que sejam apresentadas mudanças palpáveis. Por outro lado, percebemos que o povo já dá os primeiros sinais de impaciência, talvez muito mais por expectativas criadas do que pela indecisão e desencontro da equipe do Governo.

Urge, Sr. Presidente, que o Executivo encaminhe a esta Casa propostas de reforma previdenciária, tributária, da CLT e também de reforma política. Esta Casa precisa o quanto antes iniciar essa discussão, seja em seu conteúdo original, seja com as mudanças e adequações formuladas pela equipe do novo Governo.

O Brasil caminha em ritmo acelerado e precisa urgentemente de transformar intenções em medidas práticas sob pena de entrarmos num retrocesso que jogará por terra todos os inegáveis avanços dos últimos anos.

Aqui não vai, Sr. Presidente, nenhuma crítica gratuita ao Governo do PT, mas uma reflexão acerca daquilo que estamos ouvindo nas ruas. É importante perceber que a lua-de-mel do Presidente Lula com o eleitorado brasileiro não vai durar para sempre, principalmente se a situação do País se agravar. Esta é minha observação com relação ao atual Governo, que se elegeu com a promessa de fazer em tempo recorde tudo aquilo que o Governo anterior não havia feito. E a faço com um apelo: que o Presidente Lula aproveite esta fase de lua-de-mel com o eleitorado e este clima de boa vontade do Congresso para com o seu Governo, porque somos conscientes do nosso papel para o desenvolvimento do Brasil.

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. autorizasse a divulgação deste pronunciamento no programa A Voz do Brasil e no Jornal da Câmara.



Documento 50/53

017.1.52.O Sessão Ordinária - CD 18/03/2003-15:16

Publ.: DCD - 19/03/2003 - 8046 EUNÍCIO OLIVEIRA-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher, instituído pela ONU — Organização das Nações Unidas, celebrado no último sábado, dia 08 do corrente, colocou mais uma vez em destaque e em debate a secular luta do movimento feminista mundial pela total igualdade de direitos com o homem, condição essencial para a conquista da cidadania plena, sem distinção de qualquer natureza.

Não se pode deixar de reconhecer que já foram obtidos resultados significativos na cruzada pela igualdade de direitos e contra todas as formas de discriminação e exclusão, notadamente nos países do chamado Primeiro Mundo, mas também é inegável que muito ainda há de ser feito para a completa e definitiva integração da mulher no mercado de trabalho, em igualdade de condições com o homem.

Em sua primeira Mensagem ao Congresso Nacional, quando da instalação da atual Legislatura, a que esteve presente, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu a magnitude dessa questão ao afirmar:



"Nosso compromisso com todas as mulheres brasileiras, em sua diversidade, é afirmado no aprofundamento da democracia, no combate aos preconceitos e ao racismo, na ação firme para enfrentar a discriminação e a exclusão. Se a pobreza tem cara feminina, a luta contra a pobreza assim será."

Para comandar essa cruzada pela completa integração da mulher na vida do País e pelo seu desenvolvimento integrado, sem discriminação ou privilégio de qualquer natureza, o Presidente da República, logo que assumiu o mandato que lhe foi outorgado pelo povo brasileiro em outubro de 2002, criou a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, diretamente subordinada à Presidência da República, o que lhe assegura condições de maior desenvolvimento na operacionalização das ações estratégicas de combate às discriminações e à exclusão, ainda persistentes em todo o território nacional.

A luta contra os preconceitos, as discriminações e os privilégios vem sendo feita já há mais de um século, mas a participação da mulher brasileira na vida pública do País somente se efetivou a partir da vitória da Revolução Constitucionalista de 1932, que contou com o apoio e a solidariedade da mulher paulista.

No final de 1932, com a consolidação do movimento constitucionalista, a médica Carlota Pereira de Queiroz foi eleita a primeira Deputada Federal do Brasil, pelo Estado de São Paulo, tornando-se também a primeira mulher constituinte do País, e ainda a primeira mulher eleita para a centenária Academia Nacional de Medicina e para a Academia de Medicina de Buenos Aires.

A vitória da Revolução Constitucionalista de 1932 foi muito importante para a democratização nacional. No tocante à legislação eleitoral, promoveu mudanças significativas, como a instituição do voto secreto, a representação proporcional, o direto da mulher ao voto, a formação de partidos políticos e um sistema democrático de apuração dos pleitos.

Em 1936, uma segunda mulher foi eleita para a Câmara dos Deputados: Bertha Maria Júlia Lutz, que fez do mandato parlamentar um instrumento vigoroso em defesa dos direitos da mulher em geral, advogando sobretudo mais constante assistência e maior proteção à mulher-mãe.



Posteriormente, a Dra. Bertha Lutz veio a atuar na ONU como representante do Brasil em uma de suas mais importantes Comissões, ao lado de Eleonor Roosevelt, esposa do Presidente Franklin Delano Roosevelt e mulher de reconhecida projeção no cenário internacional, por sua firme atuação em favor da paz e dos direitos humanos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao comemorar o Dia Internacional da Mulher, é gratificante lembrar também a valiosa contribuição dada ao movimento de âmbito nacional pelos direitos civis e políticos da mulher brasileira pela Dra. Henriqueta Galeno, líder feminista de meu Estado, o Ceará. Delegada do II Congresso Internacional Feminista, realizado na cidade de Natal, nos idos de 1931, com a participação de representantes de quase todos os países, a Dra. Henriqueta Galeno teve uma atuação marcante ao defender, com forte determinação, o direito da mulher de votar e ser votada em todos os pleitos, para as Casas Legislativas e para mandatos no Poder Executivo. Em memorável pronunciamento, a representante cearense enfatizou:

"À mulher cabe o exercício de toda e qualquer função pública, devendo-se lhe exigir, tão somente, que tenha o necessário preparo para o cargo que venha a pleitear. Não se deve cogitar, para tanto, de sexo, e sim de sua capacidade para o desempenho das funções que venha a exercer."

E acrescentou:

"Para nossa emancipação econômica e livre acesso igualitário a todas as atividades sócio-políticas, os tempos são chegados. E na aurora da igualdade libertária do nosso País, não seria admissível que só a mulher continuasse a ser injustiçada.

Que respeitem os nossos direitos, como já o vêem fazendo todos os países europeus, onde a mulher exerce qualquer atividade ao lado do homem. A elevação que tem presidido a renovação administrativa do Brasil não pode falhar em seus atuais dirigentes na negação dos direitos da mulher."

A pregação da doutora Henriqueta Galeno não foi em vão. Pouco a pouco a mulher brasileira foi conquistando seus legítimos direitos, para pleno exercício da cidadania.



Como ressaltai anteriormente, as primeiras grandes vitórias pela igualdade dos direitos civis e políticos da mulher ocorreram a partir do movimento revolucionário constitucionalista de 1932.

Graças às conquistas alcançadas, a Dra. Auri Moura veio a ser a primeira mulher a exercer o cargo de Juíza de Direito no Brasil, culminando com sua alçada ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o que lhe conferiu também o privilégio de ter sido a primeira mulher Desembargadora do País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a luta das nossas patrícias pelo acesso às mais diversas profissões vem sendo marcada por muita determinação, por muita obstinação. Sempre enfrentando resistências poderosas e incompreensões intoleráveis, a mulher brasileira, com muita garra, chegou às universidades, à magistratura, às empresas, ao Legislativo e aos postos mais influentes do Poder Executivo, e em todos esses setores sempre se tem havido com bastante competência, eficácia e tirocínio administrativo.

Deve-se reconhecer, todavia, que em muitos casos ainda persistem as velhas discriminações, sobretudo no que concerne à questão salarial.

Apesar de ainda discriminada em alguns setores, a mulher brasileira está presente nas fábricas, nos hospitais, nas escolas, nas repartições públicas e em todos os setores produtivos do País. Paga impostos e contribui eficazmente para o desenvolvimento do Brasil.

A participação da mulher, principalmente na vida pública brasileira, vem acentuando-se ano a ano. Atualmente, temos várias mulheres atuando em posições relevantes: uma Ministra no Supremo Tribunal Federal; 44 Deputadas Federais e dez Senadoras da República; quatro Ministras de Estado; dezenas de Deputadas estaduais; Vereadoras em todos os Municípios brasileiros, Governadoras de Estados e Prefeitas municipais. O Rio de Janeiro, o segundo mais importante Estado da Federação, é governado por uma mulher, e a Capital de São Paulo, o centro econômico e financeiro mais poderoso do País, também é administrada por uma mulher.

Mesmo reconhecendo-se esses avanços, ainda persistem as desigualdades, que ainda são consideráveis. Estão por toda parte. Dados do próprio IBGE — Instituto



Brasileiro de Geografia e Estatística não deixam dúvidas a esse respeito. Pesquisas recentes do IBGE indicam que, enquanto a renda média das mulheres negras é de R\$ 210,08, a dos homens fica no patamar de R\$ 698,07. Por outro lado, a taxa de desemprego aberto por sexo e cor está em 14,8% para as mulheres negras e em 7,3% para os homens brancos.

As estatísticas indicam ainda que as mulheres brasileiras, sobretudo as mais pobres e analfabetas, são alvo de violências inomináveis na vida familiar, a cada dia.

É este, sem dúvida alguma, o desafio maior que cabe enfrentar, tendo em vista que o Brasil ocupa um lugar desconfortável no pódio da desigualdade global: 40% dos analfabetos adultos são mulheres; a cada duas horas uma brasileira morre por motivos relacionados à gravidez, e a cada quinze segundos uma mulher sofre algum tipo de violência física, psicológica ou sexual.

Estatísticas recentes indicam que a violência contra as mulheres vem crescendo com o desemprego, agravada pelo tráfico de drogas, responsável por crimes hediondos nas periferias de grandes e médias cidades.

A celebração do Dia Internacional da Mulher é, portanto, momento propício para uma reflexão sobre a necessidade de uma política governamental mais agressiva contra a violência e a impunidade, e sobre a necessidade de criação de mais oportunidades de trabalho, tanto para as mulheres como para os homens.

No Distrito Federal a situação é ainda mais grave. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego — PED, feita recentemente pela Secretaria de Trabalho, pela Fundação SEAD, de São Paulo, e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos — DIEESE, o Distrito Federal detém a mais alta taxa de desemprego entre as seis regiões metropolitanas listadas nesse estudo. De cada 100 mulheres em idade economicamente ativa, 58 estão em busca de emprego, e quando obtêm uma vaga no mercado de trabalho ganham bem menos do que o homem, apesar de exercerem a mesma função.

Para pôr fim a essa deplorável situação, que ocorre também em todos os Estados da Federação, faz-se necessário que nos empenhemos na construção de uma nova ordem social e econômica, que assegure ao País um desenvolvimento



permanente e integrado, única via possível para que todos, sem diferença de sexo ou de cor, possam ter verdadeiramente direito a uma vida com dignidade e segurança.

Só assim o Dia Internacional da Mulher será realmente um dia de fraternidade nesta Nação, um dia de conagração familiar.

Sr. Presidente, Sras, e Srs. Deputados, o PMDB tem um compromisso histórico com a mulher brasileira. Nossa Carta de Princípios consagrou como um dos objetivos prioritários do partido a defesa dos direitos civis e políticos da mulher, e principalmente a defesa das mulheres das zonas rurais, das mulheres pobres das zonas urbanas, das mulheres das zonas atingidas por conflitos armados nas favelas das grandes cidades, das mulheres de idade avançada, das excluídas do mercado de trabalho, das mulheres vítimas de violências sexuais, das mulheres que são o único sustento familiar, das detentas, das migrantes e das mulheres pertencentes a grupos minoritários e a grupos autóctones.

Era o que tinha a dizer.



Documento 51/53

017.1.52.O Sessão Ordinária - CD 18/03/2003-16:14

Publ.: DCD - 19/03/2003 - 8061 JANETE CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Justificativa de ausência na sessão solene em homenagem ao transcurso do Dia Internacional da Mulher. Prioridade do Governo Luiz Inácio Lula da Silva de conclusão da BR-156. Participação de inauguração de escola municipal de ensino fundamental e educação infantil na Capital amapaense. Realização de reuniões com pequenos e microempresários do bairro Zerão, em Macapá. Apoio ao projeto cultural Pontes entre Povos.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mesmo tendo sido proponente da sessão solene de homenagem ao Dia Internacional da Mulher nesta Casa, no último dia 12 de março, por ter participado de reunião em Macapá com o Ministro dos Transportes, Anderson Aduato, o Embaixador Marcelo Jardim, do Ministério das Relações Exteriores, o Governador do Estado, Waldez Góes, o Senador Capiberibe e colegas Parlamentares, não pude fazer uso desta tribuna. Devido a grande quantidade de chuvas na região, a BR-156 foi obstruída, e a população do norte do Estado ficou isolada, o que levou o Governo do Estado a decretar estado de calamidade pública em quatro Municípios.



Durante a reunião, o Ministro Anderson informou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lhe comunicou que considera a conclusão da rodovia — que já tem cem quilômetros da sua extensão asfaltada — uma prioridade de seu governo, assim como a construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, que ligará o Brasil, pelo Amapá, à Guiana Francesa. Na reunião, o Ministro ainda liberou R\$ 3 milhões para ações imediatas, para possibilitar a solução do problema da obstrução da estrada.

Sr. Presidente, a rodovia é motivo de discussão internacional, pois interessa ao MERCOSUL e à União Européia — os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac estiveram presentes na única fronteira do Brasil com a União Européia, que fica no meu Estado, o Amapá.

Aproveitando minha estada no Amapá, ainda participei, na sexta-feira, da inauguração de uma escola municipal de ensino fundamental e educação infantil, da Prefeitura Municipal de Macapá, que atenderá 600 alunos. Acredito que a educação infantil deve ser prioridade de todos os governos, porque assim possibilitaremos resgatar a dignidade e a cidadania para todos.

Visando otimizar os trabalhos parlamentares, cumprindo a nossa função de informar e mobilizar a população, no sábado a nossa assessoria, junto com a assessoria do Senador João Alberto Capiberibe, realizamos visitas e reuniões com micro e pequenos empreendedores e a comunidade do bairro Zerão, na Capital do Amapá. Participei ainda, no domingo próximo passado, do apoio ao Projeto Pontes entre Povos, projeto de cultura musical clássica e indígena, sob a condução da artista brasileira Marlui Miranda, e meu gabinete e o do Senador Capiberibe realizaram a sua conclusão.

Saibam que procurarei sempre mantê-los informados das demandas apresentadas pela população de meu Estado e envidarei todos os esforços a fim de procurar contribuir para o atendimento das mesmas pelos órgãos competentes.

Era o que tinha a dizer.



Documento 52/53

018.1.52.O Sessão Ordinária - CD 19/03/2003-15:18

Publ.: DCD - 20/03/2003 - 8373 LUIZ BITTENCOURT-PMDB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Realização do Fórum de Kyoto sobre a utilização da água no mundo. Lançamento, pela Cáritas Brasileira e a Comissão Pastoral da Terra, da cartilha Bendita Água.

O SR. LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, "a água é uma preciosidade que o Brasil joga fora." A afirmação não é minha, mas do pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, especialista em recursos hídricos e meio ambiente, Aldo Rebouças. Segundo ele, o maior inimigo da água em nosso País tem nome e se chama desperdício, pois vazamentos na rede de abastecimento deixam escoar de 40% a 60% da água tratada. O referido pesquisador frisa que as empresas de distribuição de água têm um dos maiores índices de desperdício do mundo. Setenta por cento da água entregue é desperdiçada com banhos demorados, vazamentos de torneiras e de descargas. A bacia sanitária comum gasta entre 18 e 20 litros, enquanto a mais econômica, cerca de 6 litros. Porém, a maioria das pessoas não sabe disso, e não há sequer uma campanha de informação sobre o problema.



O ambientalista Washington Novaes também sustenta a opinião de que o uso per capita da água está aumentando, principalmente por causa da urbanização acelerada. No mundo, o número de pessoas que vivem nas cidades já se aproxima de 50% (mais de 160 mil pessoas por dia) e a tendência é aumentar para 60% em menos de três décadas. Sua tese salienta que, dependendo do que façamos, em meados deste século, no mínimo 20 bilhões de pessoas em quarenta países sofrerão com a escassez, mas poderão ser 7 bilhões, conforme acentua a relatório *World Water Development Report*, em volume de seiscentas páginas coordenadas pela UNESCO, com a participação de 23 agências da ONU e outras instituições.

Todavia, o pesquisador Aldo Rebouças entende que essas perspectivas são exageradas e deformadas, eis que a crise não é tão violenta assim. Os técnicos da UNESCO têm de pintar o quadro com tintas mais fortes a fim de sensibilizar as pessoas para a crise da água, que sem dúvida existe. Há ainda outra questão: vincular os problemas da água ao Terceiro Mundo. Os ricos são os maiores gastadores e poluidores do precioso líquido. Esses técnicos, conforme acentua ainda, contabilizam apenas a oferta de água dos rios, a mais fácil de ser usada — somente 0,3% da água no mundo é dos rios. O resto é água das geleiras, das calotas subterrâneas, que pode ser melhor explorada. Outro aspecto que eles não consideram é a evolução tecnológica que será conquistada nos próximos anos para um melhor uso da água. Há 40 anos, por exemplo, extraía-se água do aquífero Ogallala, no centro-oeste dos Estados Unidos, a 40 metros de profundidade e hoje a tecnologia permite que se perfure a 250 metros.

Cerca de 10 mil delegados, incluindo vários Chefes de Estado, participam do maior fórum acerca da água já organizado e abordam sobre a escassez de água potável que sofre 1,4 bilhão de pessoas no mundo. No ritmo anual de utilização, 50% da população mundial pode ficar sem água potável em 2005, segundo estimativas do Conselho Mundial de Água. Na cúpula de Johannesburgo sobre o desenvolvimento sustentável, no ano passado, a comunidade internacional se comprometeu a reduzir à metade o número de pessoas que carecem de água potável. Agora, o Fórum de Kyoto debate temas variados como a utilização de



água na agricultura, a gestão das infra-estruturas de extração e distribuição, as repercussões ambientais das represas e a água como ocupação potencial dos conflitos. As grandes agências das Nações Unidas, o Banco Mundial e o Conselho Mundial de Água manifestaram desejo de que o fórum passe dos discursos para objetivos concretos, que incluam cifras.

Com atenção voltada para a questão da água no semi-árido do País, registro que a Cáritas Brasileira e a Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica estão lançando uma publicação destinada à educação e à conscientização sobre o uso do precioso líquido, cujo título é Bendita Água. Essa cartilha pretende mostrar que a água, quando respeitada e bem cuidada, não é rara na natureza e sempre existiu para todas as formas de vida, tanto as que dependem das águas doces como as que dependem das marinhas. O ciclo das chuvas repõe esse recurso constantemente, mas como já faz algum tempo que as águas estão sendo contaminadas, poluídas e concentradas nas mãos de algumas empresas e de algumas atividades específicas, fica mais difícil para a população ter acesso a ela. Faço estas considerações na esperança de que o Governo e o povo de nosso Brasil tomem consciência do grave problema da água e dêem início a uma ação efetiva de proteção ao desperdício dos nossos recursos hídricos.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente. Associo-me às homenagens prestadas à mulher, no seu dia internacional, celebrado no sábado, 8 de março em curso. Com imenso júbilo tributo meu louvor à mulher brasileira, sobretudo e principalmente à do meu Estado, Goiás, que tem contribuído tanto para as letras e as artes de nosso País, quanto para a atuação política, representando o povo nas duas Casa do Congresso Nacional.

Quero, em primeiro lugar, homenagear a memória de Cora Coralina, a poeta dos becos de Goiás, das desprotegidas e marginalizadas mulheres que lutam por um lugar ao sol e enfrentam os desafios da vida e os desajustes familiares.

Recordo a figura de Nelly Alves de Almeida, escritora de inconfundível mérito literário, mestra do gênero da crítica e dona de uma excepcional cultura.



Lembro o perfil de Regina Lacerda, folclorista de renome, muitas vezes citada no dicionário do Aurélio e que mereceu de Luiz da Câmara Cascudo uma enorme soma de louvores.

Evoco o nome de Damiana da Cunha, índia que tão bem atende aos reclamos de seus irmãos e os defende de injustificáveis discriminações da sociedade do seu tempo.

Homenageio a mulher de Goiás na lembrança da escritora Célia Coutinho Seixo de Britto, artista plástica, musicista e historiadora, autora de indeléveis páginas sobre a intelectualidade feminina no campo da cultura. Do mesmo modo, cito Rosarista Fleury, romancista premiada pela Academia Brasileira de Letras, Leodegária de Jesus, Marieta Teles, Haydê Jayme e muitas outras que se projetaram no mundo da literatura e do magistério universitário. Mulheres que, afinal, ofereceram a Goiás o melhor do seu talento, de seu amor ao chão natal, de sua reverência ao Brasil e do seu respeito às tradições da terra que me serviu de berço e que muito distingo no sacrário patriótico do meu coração.

Deixo minha homenagem à mulher no seu dia internacional e dedico um especial registro às personalidades referidas, que deixaram ao povo goiano um legado de puríssima formação moral, que as atuais e futuras gerações certamente terão de preservar.

Era o que tinha dizer.



Documento 53/53

047.1.52.O Sessão Ordinária - CD 14/04/2003-15:06

Publ.: DCD - 15/04/2003 - 14853 JANETE CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Realização, nas dependências da Casa, do Encontro Nacional dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil. Instalação da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas. Empenho da oradora na realização de sessão solene ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apresentação de requerimentos para realização de sessões solenes pelos transcurso do Dia do Índio e do 30º aniversário do assassinato do Presidente chileno Salvador Allende.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estive, na manhã da última quinta-feira, dia 10, acompanhada de outros Parlamentares e representantes de organizações indígenas e instituições não-governamentais, em audiência com o Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, com o intuito de buscar apoio e uma participação mais efetiva da Câmara no Encontro Nacional dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, que será realizado no período de 25 a 30 de abril, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados.

Discutimos ainda sobre a instalação da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas e a participação das comunidades indígenas na sessão solene em comemoração ao Dia do Índio, para a qual apresentei requerimento, com o



objetivo de registrar nesta Casa o grande genocídio que acontece nessas comunidades, e que será realizada no dia 24 próximo.

Quero registrar, Sr. Presidente, que, além desse requerimento, apresentei ainda requerimento para sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março — foi realizada no dia 12 de março — , como forma de dar maior visibilidade à questão de gênero, para que atinjamos a igualdade necessária na sociedade brasileira.

Estamos também, Sr. Presidente, apresentando requerimento para sessão solene a ser realizada no dia 11 de setembro para homenagear a figura histórica de grande líder democrático e Presidente eleito do Chile, o médico Salvador Allende, que foi assassinado pelo Governo americano, tendo como fantoche no Chile o general Pinochet.

Durante a audiência com o Presidente da Casa, o Presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira — COIAB, Agamenon Jeripankó, lembrou que em cem dias do Governo Lula ocorreram doze assassinatos de índio. Salientou ainda a falta de respostas efetivas do Governo para garantir a integridade dos povos indígenas e a demarcação de terras.

Essa causa, Sr. Presidente, também é de responsabilidade desta Casa, e é imprescindível a participação não apenas da Câmara, como também do Senado.

Por tudo isso, Sr. Presidente, conclamo a Casa a participar efetivamente dessa causa, que não é apenas minha, não é só do meu partido, mas de todo o povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.